

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

FRANCO DE MARQUET FREITAS

O PODER NAVAL CHINÊS E O MAR DO SUL DA CHINA

Rio de Janeiro
2020

FRANCO DE MARQUET FREITAS

O PODER NAVAL CHINÊS E O MAR DO SUL DA CHINA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito necessário à obtenção do título de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Orientador:
Prof. Dr. João Rafael Gualberto de Souza Morais

Rio de Janeiro
2020

FRANCO DE MARQUET FREITAS

O PODER NAVAL CHINÊS E O MAR DO SUL DA CHINA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito necessário à obtenção do título de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Rafael Gualberto de Souza Moraes (Orientador) – UFF

Prof. Dr. Vitelio Marcos Brustolin (Leitor) – UFF

Rio de Janeiro
2020

Agradeço ao meu orientador pelos ensinamentos e pela paciência durante a construção deste trabalho. Aos meus pais e irmãos pelo constante incentivo. À minha esposa e meu filho pelo sacrifício comigo compartilhado. Sei que não teria conseguido sem o esforço deles. E a Deus, por ter me conduzido até aqui.

RESUMO

Nos últimos anos, particularmente a partir deste século, a China tem investido no desenvolvimento de seu Poder Naval. Em paralelo, tensões com seus países vizinhos por disputas de soberania envolvendo o Mar do Sul da China apresentam-se de forma patente ao resto do mundo. O presente trabalho visa a entender a relação entre essas duas questões, com a seguinte hipótese: o desenvolvimento recente do Poder Naval chinês tem como motivação principal a garantia dos interesses do país no Mar do Sul da China. Para isto será feita uma abordagem histórica que contextualize a importância da região do Mar do Sul da China e como eventos anteriores influenciam a dinâmica de poder até os dias atuais. Posteriormente uma análise das forças armadas chinesas – especialmente sua marinha – trará um panorama sobre a evolução recente do Poder Naval do país. Por fim buscar-se-á entender a atual dinâmica geopolítica envolvendo a região e como a China tem se posicionado nesse cenário. O estudo será feito através de uma pesquisa exploratória, empregando dois métodos: pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos acadêmicos, relatórios de instituições internacionais de estudos estratégicos e reportagens jornalísticas; e pesquisa documental, com a análise de documentos da China e discursos oficiais de líderes dos principais países envolvidos na questão.

Palavras-chave: China. Mar do Sul da China. Poder Naval.

ABSTRACT

In recent years, particularly since this century, China has invested in the development of its Naval Power. At the same time, tensions with its neighboring countries over sovereignty disputes involving the South China Sea are clearly present to the rest of the world. The present work aims to understand the relationship between these two issues, with the following hypothesis: the recent development of Chinese naval power has as its main motivation the guarantee of the country's interests in the South China Sea. For this, a historical approach will be made that contextualizes the importance of the South China Sea region and how previous events influence the dynamics of power until today. Subsequently, an analysis of the Chinese armed forces - especially its navy - will provide an overview of the recent evolution of the country's Naval Power. Finally, we will seek to understand the current geopolitical dynamics involving the region and how China has positioned itself in this scenario. The study will be done through an exploratory research, using two methods: bibliographic research, through books, academic articles, reports from international institutions of strategic studies and journalistic reports; and documentary research, with analysis of documents from China and official speeches by leaders of the main countries involved in the issue.

Keywords: China. South China Sea. Naval Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reestruturação do CMC	37
Figura 2 – Reorganização territorial das forças	38
Figura 3 – Mar do Sul da China	56
Figura 4 – Rotas marítimas no sudeste asiático.....	58
Figura 5 – Mapa de 1946-1948, exibindo a <i>dashed line</i> , intitulado “Mapa das ilhas do Mar do Sul da China”.....	60
Figura 6 – Mapa contendo a <i>dashed line</i> apresentado em carta ao Secretário-Geral da ONU, em 2009	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gastos militares chineses (expressos em bilhões de dólares).....	40
Gráfico 2 – Proporção dos gastos militares em relação ao PIB e em relação ao total de gastos do governo.....	41
Gráfico 3 – Construção de navios no ano de 2018, por tonelagem.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ilhas com as maiores estruturas militares chinesas no Mar do Sul da China	72
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

AMTI	<i>Asia Maritime Transparency Initiative</i>
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
CMC	<i>Central Military Commission</i>
COC	<i>Code of Conduct in the South China Sea</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAFMM	<i>People's Armed Forces Maritime Militia</i>
PAP	<i>People's Armed Police</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PLA	<i>People's Liberation Army</i>
SAR	<i>Search and Rescue</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. RAÍZES E ENTORNO DA POTÊNCIA CHINESA.....	3
1.1 Origens: o Império do Meio	3
1.2 A modernidade e a chegada dos europeus	5
1.3 Sob a hegemonia britânica.....	6
1.4 A ameaça do Império japonês.....	15
1.5 A influência norte-americana.....	24
1.6 A China se ergue novamente	28
1.7 Considerações finais	30
2. POLÍTICA DE DEFESA E PODER NAVAL CHINÊS NO SÉCULO XXI.....	32
2.1 A Política Nacional de Defesa	32
2.2 O PLA no pós-Guerra Fria	36
2.3 O Poder Naval chinês	41
2.4 Considerações finais	54
3. O PODER NAVAL CHINÊS E A DINÂMICA GEOPOLÍTICA NO MAR DO SUL DA CHINA	55
3.1 A importância geopolítica do Mar do Sul da China	55
3.2 As disputas no Mar do Sul da China	59
3.3 Outros atores no Mar do Sul da China.....	63
3.4 As ações chinesas no Mar do Sul da China	68
3.5 Considerações finais	79
CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A	91
APÊNDICE B.....	92
APÊNDICE C.....	93

INTRODUÇÃO

A China tem investido no desenvolvimento de seu Poder Naval ao longo dos últimos anos – notadamente no século XXI – enquanto – na visão de muitos observadores – tem intensificado sua postura diante das disputas de poder na região do Mar do Sul da China. Este trabalho visa a identificar uma possível relação entre essas duas questões, sob a seguinte hipótese principal: os interesses e as disputas de soberania sobre os arquipélagos e águas no Mar do Sul da China são a principal motivação para a China desenvolver e expandir as capacidades do seu Poder Naval.

Para tal, o trabalho será organizado em três capítulos. O primeiro trará uma abordagem histórica, que visa a apresentar como uma nação milenar e poderosa – que por boa parte de sua existência foi o maior império de todo o leste asiático, muito avançada em conhecimento e tecnologia – em certo ponto da história optou, por meio de uma decisão monocrática de seu imperador, por abrir mão de sua expressão marítima, recolhendo-se ao isolamento em seu território continental.

Essa decisão permitiu que, mais tarde, povos europeus, em suas jornadas de descobrimento do mundo pelas grandes navegações, aproximassem-se da China com ofertas e demandas comerciais – e posteriormente políticas – cada vez mais desiguais. O outrora poderoso império chinês viu-se oprimido e explorado por povos distantes a quem, por muito tempo, considerou bárbaros. Esse período de humilhação nacional marcou profundamente a China ao longo de seu processo de reestruturação e reerguimento. Além disso, trouxe o entendimento da importância do mar e do Poder Naval para uma nação que busca estabelecer-se poderosa como outrora.

O segundo capítulo deste trabalho analisará a expressão militar chinesa, mais especificamente seu Poder Naval. Através da análise de documentos oficiais da China – a maioria emitido na última década – e discursos de seus líderes, poderemos entender como o país entende a importância de suas forças armadas no mundo moderno. O capítulo também buscará entender como o país tem reestruturado suas forças armadas: redistribuindo seu efetivo militar entre as diferentes forças singulares, redesenhando toda a cadeia de comando e repensando seu processo de preparação e emprego do poder militar.

Além disso, fará uma análise mais atenta sobre o Poder Naval chinês. Documentos oficiais têm apresentado um novo ponto de vista do país diante da importância do mar e da

defesa de seus interesses – inclusive sobre o Mar do Sul da China. Uma nova mentalidade que vem acompanhada da reestruturação de sua marinha: aumento da quantidade e qualidade dos meios navais e aeronavais – uma parcela cada vez maior deles projetada e construída na China, com armamentos e sensores dos mais modernos; construção de novos tipos de navios, trazendo capacidades que ampliam a flexibilidade de emprego e o poder da marinha chinesa; além da ampliação de sua tropa de fuzileiros navais – em número de homens e em doutrina de emprego.

O terceiro capítulo apresentará as razões que levam a região do Mar do Sul da China a ser tão relevante – não só para a China e seus vizinhos no sudeste asiático, mas para outros países do mundo. Por sua importância a região é motivo de diversas disputas – de soberania territorial a direitos de exploração de recursos marinhos. O capítulo apresentará as ações que a China e outros atores interessados têm tomado ao longo dos anos para afirmar sua presença e suas reivindicações de soberania na região.

1. RAÍZES E ENTORNO DA POTÊNCIA CHINESA

Este capítulo trará uma abordagem histórica, mostrando como um império poderoso como a China – com alguns milênios de existência – em certo ponto de sua história foi subjugado por países ocidentais – e posteriormente pelo império japonês – e como isso impactou o pensamento e o processo de reerguimento do país até a atual situação de potência mundial.

1.1 Origens: o Império do Meio

A China é uma nação de história milenar, de origem tão antiga que seu mito de criação, a fábula do Imperador Amarelo, relata o esforço de reestruturação de uma China que estava mergulhada no caos, mas já existia. Uma nação que não foi criada, mas sempre esteve ali. (KISSINGER, 2012, p. 13)

A história chinesa impressiona não apenas por sua extensão temporal, mas por sua perenidade. Não faltaram, ao longo do tempo, crises e revoltas internas que levaram a guerras civis sangrentas. Tampouco povos vizinhos que buscavam tomar parte do território ou mesmo dominar aquela poderosa nação. Mas o Império do Meio, como a China era conhecida, sobrepujou todas as ameaças em sua história, mantendo-se um império vasto, poderoso, integrado por uma burocracia eficiente e centralizado sob a direção de um imperador que era “uma figura de ascendência universal, governando o *tian xia*, ou ‘Tudo Sob o Céu’.” (KISSINGER, 2012, p. 14)

As inúmeras crises internas e guerras civis que mergulharam o país em caos político e social, invariavelmente se encerravam. A situação de fragmentação de poder culminava em um novo processo de reunificação, reafirmando a integridade e o poder do Império do Meio. (KISSINGER, 2012, p. 14-15)

Com relação às ameaças externas, a China não possuía rival que se equiparasse em tamanho e poder. Através de articulações diplomáticas inteligentes, sempre buscou a estratégia de lançar “bárbaros contra bárbaros”, garantindo que seus vizinhos nunca se unissem a ponto de representar uma oposição à altura. E nas vezes que esses povos bárbaros logravam êxito em suas invasões, os chineses convenciam-nos que a melhor forma de governar tão vasto império era mantendo a cultura e a burocracia vigente. Dessa forma, em pouco tempo o invasor não mais se diferenciava do povo invadido, e o Império do Meio permanecia existindo, mantendo sua tradição e estruturas sociais vivas. (KISSINGER, 2012, p. 22)

Com toda essa resiliência histórica, a China sempre se viu como uma nação especial, única. O império ao qual todos os povos deviam tributo. Esse raciocínio explica, em parte, a aparente ausência de ambição chinesa em expansão territorial – aos moldes europeus. O Império do Meio, sendo único e tão superior a todos os outros povos, tão vasto e suficiente em si mesmo, não via ganho na conquista dos territórios bárbaros. Era suficiente que estes admitissem a soberania universal do Imperador chinês e prestassem tributo a seu império. A interpretação chinesa era de que as nações buscavam realizar comércio com o Império do Meio como uma forma se sujeitar a sua grandiosidade. (KISSINGER, 2012, p. 17 e 29-30)

A existência dos povos europeus não era do desconhecimento dos chineses, que os chamavam de “bárbaros do Mar Ocidental”. Mas “não viam grandes diferenças entre os europeus e outros estrangeiros operando nas fronteiras do império, salvo talvez sua particularmente evidente falta de dotes culturais chineses”. (KISSINGER, 2012, p. 31)

O Império do Meio também se revelou poderoso em seu poder marítimo. Tendo inventado a bússola, desde muito cedo mantinha rotas comerciais com as Índias e as ilhas do Pacífico, potencialmente tão lucrativas quanto as rotas das caravanas terrestres. Não era diferente com relação à capacidade de combate naval. No início do século XV, durante a dinastia Ming, possuía “1.350 navios de combate, inclusive 400 grandes fortalezas flutuantes e 250 navios destinados a viagens de longo curso”. Uma marinha que “bem poderia ter navegado em volta da África e ‘descoberto’ Portugal várias décadas antes que as expedições de Henrique, o Navegador, comessem a aventurar-se ao sul de Ceuta.” (KENNEDY, 1989, p. 16 e 17)

Uma nação que se entendia como única – “não apenas uma ‘grande civilização’ entre outras, mas a própria civilização” (KISSINGER, 2012, p. 16) – caminhou para o isolamento também na direção dos mares. Seja por uma tendência isolacionista, seja por estar sofrendo pressões dos mongóis nas fronteiras ao norte, em 1436 o imperador chinês emitiu um decreto que “proibia a construção de navios de alto-mar; e um pouco mais tarde, uma ordem específica proibia a existência de navios de mais de dois mastros” (KENNEDY, 1989, p. 17). “Desse modo a história naval da China foi uma dobradiça que emperrou: tecnicamente capaz de dominação, a China se retirou voluntariamente do campo da exploração naval exatamente quando o interesse ocidental começava a surgir” (KISSINGER, 2012, p. 16).

1.2 A modernidade e a chegada dos europeus

De fato, ao longo do século XV os portugueses expandiam rapidamente seu alcance marítimo. Após ter sido o primeiro europeu a contornar o Cabo da Boa Esperança, Vasco da Gama chegou em 1498 a Calicute, na costa da Índia, abrindo uma rota marítima às especiarias do oriente, que até então chegavam à Europa por vias terrestres, num comércio dominado pelos estados italianos. (SOLSTEN; KEEFE, 1993, p. 28).

A partir daí Portugal passou a alcançar cada vez mais longe, num avanço pautado em expansão comercial e esforço de conversão de não-cristãos ao catolicismo (ROSS; SAVADA, 1988, p. 18). As novas rotas comerciais eram estabelecidas através da coerção, garantida pelos canhões dos navios. Relatórios de Vasco da Gama descreviam que “seus navios de guerra abriram caminho a tiros em meio às frotas de *dhow*s árabes e outros navios ligeiros que encontraram ao largo da costa de Malabar e dos estreitos de Ormuz e Malaca” (KENNEDY, 1989, p. 34).

Em 1505 os portugueses chegaram ao Ceilão, atual Sri Lanka, onde conheceram uma nova especiaria, a canela (ROSS; SAVADA, 1988, p. 18). Em 1510 estabeleceram em Goa, a capital do Estado Português da Índia. Dali partiram outras expedições, como a que conquistou Malaca em 1511, dominando o estreito que é o principal acesso entre o Oceano Índico e o Mar do Sul da China. No ano seguinte chegaram à Indonésia e em 1513 estabeleceram o primeiro contato com a China (SOLSTEN; KEEFE, 1993, p. 31).

As relações comerciais com a China, no entanto, davam-se conforme os seus cerimoniais, uma vez que consideravam aqueles europeus como mais um povo bárbaro vindo prestar tributo à soberania chinesa. De tal modo que os portugueses – e outros povos europeus depois deles – não eram autorizados a estabelecer base comercial permanente. Somente em 1557 os portugueses puderam fixar-se em Macau, de onde monopolizavam o comércio com a cidade portuária de Cantão, e que viria ser um importante entreposto comercial dos portugueses com o Japão (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987, p. 21).

Como o governo chinês tinha voltado as costas, voluntariamente, ao comércio marítimo, ele não se importava que este caísse nas mãos dos bárbaros. Até mesmo o semioficial posto de comércio que os portugueses abriram em Macau em 1557, por mais lucrativo que deva ter sido para os comerciantes locais de seda e os administradores coniventes, não parece ter perturbado a tranquilidade de Pequim (KENNEDY. 1989, p. 34)

Outra potência naval nesse período era a Espanha, que vinha concentrando seus esforços em suas colônias no Novo Mundo, mas não abriu mão, no entanto, de dedicar atenção à Ásia. O navegador português Fernão de Magalhães, a serviço do rei da Espanha, alcançou em 1521 a ilha de Cebu, no Mar do Sul da China, vindo das Américas. Neste local Magalhães foi morto, mas a expedição continuou, tornando-se a primeira viagem de circunavegação da história. (DOLAN, 1991, p. 5)

O arquipélago, que viria a receber o nome de Filipinas, foi reivindicado pelo rei da Espanha. Muitas expedições foram enviadas nas décadas seguintes. Apenas em 1565 os espanhóis conseguiram estabelecer-se de forma permanente em Cebu, e posteriormente em Manila, que seria a capital do governo espanhol naquelas ilhas. (DOLAN, 1991, p. 5)

A Espanha buscava sua parcela no comércio de especiarias do Oriente. No entanto, as ilhas revelaram-se muito pouco lucrativas, em comparação com as regiões sob domínio dos portugueses. Os espanhóis não encontraram especiarias interessantes, tampouco minerais preciosos. As ilhas acabaram tendo maior importância como entreposto comercial para os navios provenientes da costa oeste do México. (DOLAN, 1991, p. 5-6)

1.3 Sob a hegemonia britânica

Desde o início do século XVII, outras nações europeias fracassavam na busca por novos caminhos à Ásia, diferentes dos já utilizados por Portugal e Espanha. Enquanto isso, neerlandeses iniciaram expedições comerciais em direção ao Oriente contornando a África e desafiando o domínio português sobre essa rota. Em 1619 já haviam tomado vários portos do controle português. (GRENVILLE, 2017)

Ali estava uma tênue, mas bem estruturada cadeia de suprimentos, que se estendia por todo o caminho de Banda (Indonésia) até Amsterdã, através de inúmeros portos e funcionários, administrados com eficiência brutal pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. [...] Essa poderosa máquina produzia 3.000 toneladas de noz-moscada anualmente e a transportava por águas perigosas para entregá-la aos burgueses da Holanda e ao resto da alta classe europeia, sedenta de especiarias.¹ (GRENVILLE, 2017)

Na esteira do sucesso neerlandês, França e Inglaterra também se dedicaram a essa rota marítima ao Oriente, disputando – algumas vezes através de conflitos armados locais – postos

¹ *Here was the tenuous but well-structured supply-chain, extended all the way from Banda to Amsterdam, via numerous ports and functionaries, administered with brutal efficiency by the Dutch East India Company [...]. This mighty machine produced 3000 tons of nutmeg annually and transported it across hazardous waters to deliver it to the burghers of Holland and on to the rest of Europe's spice-hungry upper-class.* (Texto original em inglês)

comerciais e domínio dos mercados asiáticos. No final do século XVII, após a Revolução Gloriosa e a ascensão do neerlandês Guilherme II, o Príncipe de Orange, ao trono inglês, Inglaterra e Países Baixos chegam a acordos de divisão do espaço comercial da região. (FERGUSON, 2002, p. 19)

Um acordo efetivamente manteve a Indonésia e seu mercado de especiarias com os neerlandeses, deixando os ingleses desenvolverem o crescente mercado têxtil indiano. Isso mostrou-se um acordo positivo para os ingleses, uma vez que o mercado têxtil rapidamente superou o mercado de especiarias. Percebeu-se que a demanda por pimenta, noz-moscada, cravo e canela – especiarias das quais a fortuna das companhias neerlandesas dependiam – eram significativamente menos elásticas que a demanda por calicô, chita e algodão. Essa é a razão pela qual, por volta de 1720, os ingleses haviam superado os neerlandeses em termos comerciais.² (FERGUSON, 2002, p. 19 e 20)

A presença inglesa no Oriente não se limitou à Índia. Muitas expedições comerciais foram enviadas também para a China, onde as negociações davam-se em termos diferentes do que em outras regiões da Ásia. Assim como fora com os portugueses, o comércio com os ingleses dava-se estritamente de acordo com os rigorosos protocolos chineses, onde buscava-se sempre evidenciar a relação soberana chinesa em relação aos estrangeiros tributários. (KISSINGER, 2012, p. 32)

Para os representantes estrangeiros, os pontos de entrada na China e as rotas para a capital eram estritamente circunscritas. O acesso ao mercado chinês estava limitado a um comércio sazonal estritamente regulamentado em Guangzhou (Cantão). Todo inverno, mercadores estrangeiros recebiam ordens de navegar de volta para seus países. Não lhes era permitido se aventurar pelo interior da China. Os regulamentos deliberadamente os mantinham a distância. [...]

Os contatos estendidos aos comerciantes da Europa Ocidental, por mais limitados que fossem, eram vistos pelos Qing como uma indulgência considerável. O Filho do Céu havia, sob a perspectiva chinesa, mostrado sua benevolência permitindo-lhes participação no comércio chinês — particularmente chá, seda, objetos de laca e ruibarbo, pelos quais os bárbaros do Mar Ocidental haviam desenvolvido um apetite voraz. (KISSINGER, 2012, p. 32)

Ao final do século XVIII a Inglaterra já era a potência naval e comercial mais importante do Ocidente. Dominavam o comércio com as Índias, mas ainda precisavam assumir uma ultrajante – ao menos do ponto de vista inglês – posição de reverência tributária quando se tratava de comércio com a China. Não era difícil perceber que a China, que se mantivera isolada

² *A deal was done which effectively gave Indonesia and the spice trade to the Dutch, leaving the English to develop the new Indian textiles trade. That turned out to be a good deal for the English company, because the market for textiles swiftly outgrew the market for spices. It turned out that the demand for pepper, nutmeg, mace, cloves and cinnamon – the spices on which the Dutch company's fortunes depended - was significantly less elastic than the demand for calicoes, chintz and cotton. This was one reason why, by the 1720s, the English company was overtaking its Dutch rival in terms of sales.* (Texto original em inglês)

por tantos séculos, apesar de vasta e poderosa, era tecnologicamente desatualizada, especialmente em questões militares. Segundo Kissinger, “a Inglaterra se enfurecia com o papel a ela designado na cosmologia do Império do Meio, cujo exército, observaram os britânicos, ainda utilizava sobretudo arcos e flechas e cuja marinha era praticamente inexistente.” (2012, p. 32)

Os ingleses desejavam mais do que o comércio limitado ao porto de Cantão, com comerciantes especificamente designados pelo imperador chinês e sob as taxas impostas por estes. Buscavam acesso não apenas a outros portos na costa, mas ao vasto mercado interior chinês. Os ingleses intencionavam levar à China o conceito de livre comércio e as negociações diplomáticas em iguais termos – algo inconcebível para a forma de pensamento do Império do Meio. (KISSINGER. 2012, p. 32-33)

Expedições diplomáticas foram enviadas à China a fim de convencê-los a uma maior abertura. A primeira e mais bem concebida delas ficou conhecida como a Missão Macartney. A expedição recebeu o nome de seu comandante, um funcionário público inglês com grande experiência em diplomacia oriental. Entre seus membros “incluía um cirurgião, um médico, um mecânico, um metalúrgico, um relojoeiro, um fabricante de instrumentos matemáticos e cinco músicos alemães”. Levavam como presentes ao imperador, produtos manufaturados – “peças de artilharia, uma carruagem, relógios de pulso cravejados de diamantes, porcelana inglesa [...]. Macartney levou até um balão de ar quente vazio” – com o intuito de mostrar aos chineses as maravilhas tecnológicas ocidentais, que poderiam obter no comércio com a Inglaterra. (KISSINGER. 2012, p. 33-34)

A intenção de Macartney era estimular o diálogo simétrico entre as duas nações. Essa ideia incomodava muitos ingleses, que achavam um excesso de deferência a um povo distante e não-europeu. Para os chineses a ideia de tratar os ingleses – ou qualquer outro povo – como iguais era ultrajante. Os presentes entregues pela comitiva, em vez de uma demonstração convidativa das possibilidades tecnológicas ocidentais, foram interpretados pelo imperador como mero tributo desinteressante. Macartney e sua comitiva foram enviados de volta à Inglaterra. A missão foi, no fim das contas, um fracasso. (KISSINGER. 2012, p. 33)

Na verdade, os chineses trataram os britânicos como uma tribo bárbara arrogante e desinformada cortejando favor especial junto ao Filho do Céu. A China permaneceu aferrada aos seus costumes agrários, com sua população crescente tornando a produção de alimento mais urgente do que nunca, e sua burocracia confucionista ignorando os elementos-chave da industrialização: energia a vapor, crédito e capital, propriedade privada e ensino público. (KISSINGER. 2012, p. 34)

Pelas duas décadas seguintes os ingleses não voltaram a enviar expedições diplomáticas como a de Macartney. Isso pode ter soado aos chineses como uma desistência resignada dos “bárbaros do Mar Ocidental”. Na verdade, esse hiato de investidas diplomáticas deveu-se às Guerras Napoleônicas que, ao longo dos primeiros anos do século XIX, consumiram as atenções, os meios militares e os recursos dos Estados europeus. (KISSINGER. 2012, p. 37)

Mas os resultados desse conflito na distante Europa não deixaram de gerar consequências na dinâmica de poder na Ásia. A marinha francesa, apesar de contar com cerca de 70 navios, reforçada pela esquadra espanhola, com mais cerca de 20 navios, acabou sendo esmagadoramente derrotada pela Marinha Real inglesa na Batalha de Trafalgar, em 1805. A partir desse momento a Inglaterra passou a ter pleno controle dos mares. Além de estabelecer forte bloqueio ao litoral francês, passou a investir sistematicamente contra as colônias e impérios satélites franceses além-mar. Na Ásia conquistaram, entre 1808 e 1811, as ilhas indonésias de Molucas, Amboina, Banda e Java (KENNEDY, 1989, p. 128-129).

O fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, não significou apenas a queda francesa, mas também a absoluta vitória inglesa, como concluiu o general prussiano August Neidhardt von Gneisenau . (KENNEDY, 1989, p. 140):

A Grã-Bretanha deve mais a esse celerado [Napoleão] do que a qualquer outro. Pois por meio dos fatos por ele provocados, a grandeza, prosperidade e riqueza da Inglaterra elevaram-se muito. Ela é a senhora do mar e nesse domínio, e no comércio mundial, não tem hoje a temer nenhum rival. (KENNEDY, 1989, p. 140, apud MARCUS, 1971, p. 501)

Tão logo encerrou-se a ameaça napoleônica na Europa, a Inglaterra voltou a enviar uma expedição à China, em 1816, com os mesmos objetivos comerciais e diplomáticos da missão Macartney. A comitiva inglesa foi abruptamente dispensada, do lado de fora da sala do trono do imperador, quando o comandante da missão, Lord Amherst, afirmou que não faria a reverência tradicional – prostrando-se de joelhos e testa no chão – ao imperador, como era exigido pelo cerimonial chinês. (KISSINGER. 2012, p. 37)

Em 1834, outra expedição foi enviada, dessa vez sob o comando do oficial naval escocês Lord Napier, com as ordens de negociar “relações diplomáticas permanentes e uma embaixada britânica residente em Pequim, acesso a mais portos ao longo da costa chinesa e, para completar, livre-comércio com o Japão”. A missão não logrou o êxito almejado pelos ingleses e Napier contraiu malária e veio a falecer. Antes de regressar à Europa, no entanto, a comitiva tomou

conhecimento da existência de uma ilha rochosa esparsamente povoada e com boas condições para o estabelecimento de um porto, chamada Hong Kong. (KISSINGER. 2012, p. 38)

A diplomacia chinesa estava certamente adiando, mas não encerrando os interesses da Inglaterra. Pelo contrário, a cada expedição os ingleses eram mais incisivos e ameaçadores. O cenário em que a maior potência naval e comercial do mundo dialogava em posição de inferioridade e com um império oriental, grande, mas tecnologicamente atrasado, era insustentável. A tecnologia avançada das máquinas e das ferramentas industrializadas, em especial os armamentos modernos, garantiam uma vantagem absoluta para os ingleses. “Além disso, a belonave movida a vapor significava que o poderio marítimo europeu, já supremo em águas abertas, podia ser estendido às regiões do interior, via grandes rios como o Níger, o Indus e o Yangtzé [...]” (KENNEDY, 1989, p. 150)

Os produtos da China que possuíam maior demanda no Ocidente eram a seda, o chá e a porcelana. Poucas mercadorias ocidentais interessavam realmente os chineses, no entanto. Esse desequilíbrio comercial obrigava os ingleses a pagar pelos produtos com prata e ouro. Em 1773, eles tomaram conhecimento – e assumiram imediatamente o monopólio – de um produto que os portugueses já vendiam à China desde o início do século, com grande taxa de lucro: o ópio. (Opium trade, 2020)

O ópio, derivado da papoula, já havia sido introduzido na China pelos comerciantes árabes, por volta dos séculos VI e VII. Era originalmente usado de forma oral, contra a dor, mas ganhou popularidade como droga a partir do século XVII. Seu consumo na China aumentou de tal forma que o imperador Yongzheng proibiu a venda e o fumo do ópio, em 1729. A proibição não surtiu o efeito desejado e, em 1799, o imperador Jianqing proibiu a importação e o cultivo do produto. (Opium trade, 2020)

Sob o domínio inglês, o ópio cultivado na região de Bengala, na Índia, era transportado para a China através das mãos contrabandistas. A prata e o ouro arrecadados com a venda do produto eram usados para comprar a seda, o chá e as porcelanas que seriam enviados para a Europa. (Opium trade, 2020)

A quantidade de ópio importada para a China cresceu de cerca de 200 caixas³ por ano em 1729, para 1000 caixas em 1767, e uma média de 10.000 caixas por ano entre 1820 e 1830. Em 1838, algo em torno de 40.000 caixas de ópio eram contrabandeadas para a China

3 Cada caixa equivalia a cerca de 63,5 kg.

anualmente. O consumo de ópio alcançou níveis tão dramáticos que começou a afetar o desempenho das tropas e dos funcionários imperiais. (Opium trade, 2020)

O imperador decidiu erradicar o comércio de ópio na China e, em 1839, enviou para Cantão o comissário Lin Zexu, para fazer com que os mercadores ocidentais respeitassem a proibição oficial. Um dos primeiros atos de Lin foi enviar uma carta à rainha Vitória, exigindo – com a polidez e a presunção de soberania características da corte chinesa – que a Inglaterra encerrasse sua produção de ópio na Índia. A carta terminava com a ameaça de encerramento da exportação dos produtos chineses – que Lin julgava serem essenciais para a existência dos povos do ocidente. (KISSINGER, 2012, p. 39)

A carta nunca chegou às mãos da rainha, mas, inexplicavelmente, chegou ao jornal britânico *The Times of London*, que publicou a mensagem. Ao mesmo tempo, Lin emitiu um decreto confiscando todo o ópio em Cantão – estivesse em mãos chinesas ou estrangeiras – e ordenou o bloqueio de todos os navios estrangeiros, até que entregassem seu suprimento ilegal de ópio (SANELLO; HANES, 2002, p. 41-48).

As ações hostis de Lin soaram como uma afronta inaceitável aos ingleses. O comissário inglês de comércio em Cantão, Capitão Charles Elliot, escreveu uma carta a Londres aconselhando o emprego de força militar. Diversos lobistas do “comércio com a China” também pressionaram o Parlamento por uma declaração de guerra. Por fim, a Inglaterra decidiu enviar uma frota com ordens de bloquear os principais portos chineses, tomar e embarcações, além de conquistar alguma parte conveniente do território chinês. Estava iniciada a 1ª Guerra do Ópio. (KISSINGER, 2012, p. 40)

Em meados de 1840 os navios de guerra ingleses chegaram à costa chinesa. Em pouco tempo destruíram o bloqueio de Lin no estuário do Rio das Pérolas, na região de Cantão. Outras regiões na costa foram tomadas em demonstração de força, como as ilhas diante da cidade portuária de Ningbo, mais ao norte, perto da foz do Rio Yangtzé. (SANELLO; HANES, 2002, p. 128)

Apesar da enorme disparidade de poder entre as nações – onde confrontavam-se as mais modernas tecnologias militares ocidentais contra os armamentos e as técnicas com séculos de atraso, dos chineses – a corte em Pequim, embebida do histórico senso de superioridade, recusava-se a aceitar que aqueles “bárbaros” eram uma ameaça a sua soberania. A China

mostrava-se, como dissera Lord Amherst em sua expedição, alguns anos antes, “uma combinação de fraqueza e obstinação”⁴ (SANELLO; HANES, 2002, p. 23)

Os ataques aos navios e aos portos chineses continuaram enquanto as negociações eram incapazes de gerar acordos que agradassem qualquer uma das nações. Tentativas de resistência aos ocidentais ocorreram, a maioria sem sucesso. Em 1942 o imperador ordenou um contra-ataque para retomar a cidade de Ningbo. A ação, que contava com cerca de 5.000 chineses, entre soldados e cidadãos sem treinamento – muitos sob visível efeito do consumo de ópio – foi violentamente repelida por não mais que 150 soldados ingleses armados com mosquetes e uma única peça de artilharia. (SANELLO; HANES, 2002, p. 140)

Poucos meses depois, tropas inglesas tomaram a cidade de Xangai e Nanquim, ganhando total controle sobre o tráfego militar e comercial no Rio Yangtzé, o maior rio da Ásia. O governador de Nanquim, Yilibu, enviou uma carta ao imperador relatando a situação (SANELLO; HANES, 2002, p. 144-145):

O Rio Yangtzé é como uma garganta, à qual toda a nação está ligada. Agora eles cortaram o transporte e a comunicação dos nossos mercadores e viajantes. Isto não é como uma doença de pele, mas um problema em nosso coração e nosso estômago.⁵ (SANELLO; HANES, 2002, p. 147)

Nesse momento a corte em Pequim aceitou negociar e o conflito encerrou-se com a assinatura do Tratado de Nanquim. O acordo “estabelecia o pagamento de uma indenização de 6 milhões pela China, a cessão de Hong Kong e a abertura de cinco ‘portos signatários’ pelo litoral, em que os ocidentais teriam permissão para residir e fazer negócios.” (KISSINGER, 2012, p. 43)

Nos anos que se seguiram, outras nações ocidentais, como os Estados Unidos e a França, aproveitaram-se da instabilidade chinesa e também impuseram a negociação de acordos semelhantes. Tantos acordos desiguais e a imposição de que a China tratasse essas nações estrangeiras como pares feria diretamente a premissa da ordem mundial chinesa e colocava em xeque a soberania celestial do imperador. (KISSINGER, 2012, p. 43-44)

⁴ [...] *combined weakness with obstinacy* [...]. (Texto original em inglês)

⁵ *The Yangtze River is a region like a throat, at which the whole situation of the country is determined. Now they have already cut off our salt and grain transportation and stopped the communication of merchants and travelers. That is not a disease like ringworm, but a trouble in our heart and stomach.* (Texto original em inglês)

Uma das muitas consequências disso foi a eclosão de diversas rebeliões internas por todo o território. A mais dramática delas foi a Rebelião Taiping, iniciada em 1850, motivada por uma seita cristã criada por Hong Xiuquan, um chinês que afirmava ser irmão mais novo de Jesus Cristo e defendia que o imperador e toda sua dinastia eram demônios e deveriam ser destruídos. Em 1851 Hong já convertera mais de 20.000 fiéis a sua causa. Em seu ápice o movimento chegou a controlar 17 províncias na região central e sul da China, e só foi contido totalmente em 1864, a um custo muito alto (SANELLO; HANES, 2002, p. 167 e 169):

[A Rebelião Taiping] foi a guerra civil mais destrutiva da história da humanidade. A combinação de ação militar, repressão político-religiosa, retaliação e fome causada pelos deslocamentos de guerra, resultou na morte de algo entre 20 e 30 milhões de pessoas.⁶ (SANELLO; HANES, 2002, p. 167)

Ao mesmo tempo que enfrentava essa e outras rebeliões internas, o império chinês viu-se novamente envolvido em um conflito armado com as potências ocidentais. Os ingleses continuavam buscando mais acesso ao mercado chinês, além de um interesse antigo que ainda não fora alcançado: o estabelecimento de uma representação diplomática permanente em Pequim. (KISSINGER, 2012, p. 51)

O pretexto para novas hostilidades surgiu em 1856, quando o *Arrow* – o navio de um comerciante chinês, construído na China, tripulado por 14 marinheiros chineses, mas registrado em Hong Kong sob a bandeira inglesa, e comandando por Thomas Kennedy, um capitão inglês que não estava a bordo no momento do incidente – foi abordado para inspeção por oficiais chineses. O imbróglio ganhou vulto quando Kennedy chegou e alegou ver a bandeira inglesa de seu navio sendo arrancada do mastro por um militar chinês – apesar de um marinheiro português de outra embarcação afirmar, mais tarde, que a tal bandeira não estivera içada antes. A discussão terminou com quase toda a tripulação do *Arrow* presa e foi o estopim que a Inglaterra buscava para novamente declarar guerra à China, iniciando a 2ª Guerra do Ópio. (SANELLO; HANES, 2002, p. 176)

Alguns meses antes, no mesmo ano, um missionário francês chamado Abbé Auguste Chapdelaine fazia pregações em uma vila na província de Guangxi, no sul da China. Coincidentemente, essa região era um dos focos da Rebelião Taiping. O missionário acabou sendo acusado pelo governo chinês de associação com a rebelião e foi, num ato extremo, executado por decapitação. A morte de Chapdelaine gerou muita revolta na França e acabou

⁶ *It was the most destructive civil war in the history of humanity, as the combination of military action, religious-political repression and retaliation, and famine caused by the dislocations of war claimed the lives of between twenty and thirty million people. (Texto original em inglês)*

sendo o argumento que os franceses precisavam para entrar na guerra junto com os ingleses. (SANELLO; HANES, 2002, p. 175)

Menos de um mês após o evento no navio *Arrow*, um navio de guerra inglês subiu pelo Rio das Pérolas, bombardeando Cantão sem maior resistência. A China não evoluíra muito sua força militar desde a Primeira Guerra do Ópio. Os navios e tropas ingleses e franceses enviados da Europa não tiveram grande dificuldade para capturar a cidade de Cantão no ano seguinte. Um ano depois, em 1858, marcharam sobre a cidade de Tianjin, a pouco mais de 100 km de Pequim, forçando os chineses à assinatura de um novo tratado, o Tratado de Tianjin. (SANELLO; HANES, 2002, p. 213)

Em 1859, ingleses e franceses voltaram à região trazendo diplomatas dos dois países, a fim de ratificar o tratado em Pequim. Encontraram o caminho pelo Rio Hai bloqueado por tropas chinesas na altura dos fortes de Dagou. A comitiva ocidental forçou passagem, mas foi fortemente repelida, com o custo de mais de 500 vidas britânicas. (KISSINGER, 2012, p. 52)

As hostilidades voltaram a se intensificar. Em agosto do ano seguinte uma grande quantidade de navios de guerra ingleses e soldados franceses subiu o Rio Hai, destruindo os fortes Dagou e chegando até Pequim. Lord Elgin, o comandante da força, ordenou que o palácio de verão do imperador fosse saqueado e queimado. (PLETCHER, 2020)

Segundo Lord Elgin, “vinte e quatro homens determinados, armados com revólveres e quantidade suficiente de munição, poderiam cruzar a China de uma ponta a outra”⁷ (SANELLO; HANES, 2002, p. 211). Subjugados, os chineses foram obrigados a ratificar o Tratado de Tianjin, que garantia residência permanente de diplomatas em Pequim, navegação estrangeira pelo Rio Yangtzé, abertura de novos portos ao comércio ocidental e livre movimento de missionários cristãos pelo país. Além do tratado, os chineses acabaram tendo que legalizar a importação de ópio, e cederam aos ingleses a porção sul da Península de Kowloon, adjacente a Hong Kong. (PLETCHER, 2020)

França e Estados Unidos impuseram a negociação de acordos semelhantes. A China via-se cada vez mais sufocada pelos interesses de outras nações. Aos demais avanços ocidentais, somou-se o interesse da Rússia, que muitas vezes ao longo da história realizara investidas militares ou políticas a fim de anexar porções do território chinês. (KISSINGER, 2012, p. 52)

⁷ *Twenty-four determined men with revolvers, and a sufficient number of cartridges, might walk through China from one end to another.* (Texto original em inglês)

Em 1860, através de articulações políticas com a China – e secretamente com os ingleses e franceses – a Rússia ofereceu-se como possível mediadora capaz de afastar os interesses ocidentais da região. A engenhosa diplomacia empregada pelos russos conseguiu aliviar a pressão militar ocidental sobre a cidade de Pequim, mas ao custo de uma vasta faixa no nordeste da China, conhecida como Manchúria Exterior. (KISSINGER, 2012, p. 53)

A China necessitava claramente de uma abertura ao mundo exterior. Em especial, precisava acolher os avanços tecnológicos ocidentais. Por mais claro que essa demanda se mostrasse – repetidas vezes ao longo das últimas décadas – a facção mais tradicional da corte imperial insistia na política isolacionista pautada no princípio da superioridade celestial chinesa.

1.4 A ameaça do Império japonês

Mais a oeste, o Japão, que também vivera séculos de relativo isolamento, vinha lidando com as influências ocidentais, mas de forma muito diferente da China. A rápida modernização do país na segunda metade do século XIX alçou o Japão ao patamar de influência militar e política na região – poder que viria, algumas décadas depois, a voltar-se contra a China e outros países do entorno.

O Japão foi unificado sob uma espécie de feudalismo chamado xogunato, em 1603. Após longo período de guerras civis, a família Tokugawa alcançou o controle hegemônico sobre o território e seus inúmeros senhores feudais. Em busca da preservação da estabilidade interna, o país passou a adotar uma rígida política de isolamento. (MCCARGO, 2000, p. 14)

A maior parte dos cidadãos japoneses foram proibidos de sair do território e os estrangeiros que ali se encontravam, como os portugueses, foram expulsos. Alguma relação comercial ainda era mantida com a China e a Coreia. Com relação aos povos ocidentais, a única exceção era feita a um pequeno posto comercial neerlandês que recebeu autorização para estabelecer-se numa ilha no porto de Nagasaki. Era apenas através desses comerciantes que informações sobre o ocidente – e alguns livros – penetravam no país. A partir do século XVIII, acadêmicos japoneses, especialistas nos chamados “estudos holandeses”⁸ – conhecimento ocidental – passaram a traduzir e assimilar informação trazida pelos livros, especialmente nos temas de ciência e tecnologia. (MCCARGO, 2000, p. 15)

⁸ *Dutch studies*. (Texto original em inglês)

O isolamento japonês durou mais de dois séculos. Enquanto isso, outro país expandia-se e modernizava-se: os Estados Unidos. A expansão para o oeste garantiu aos americanos o acesso ao Oceano Pacífico, permitindo-lhes buscar participação no lucrativo comércio com a Ásia. (MEYER, 1993, p. 119)

Aos moldes do que os ingleses haviam conseguido com a China, os americanos possuíam interesses sobre o Japão. Visualizavam que aquelas ilhas poderiam tornar-se bons entrepostos comerciais para acesso ao vasto mercado chinês. Além disso, existia a crença de que o território japonês era rico em carvão, essencial para o funcionamento dos modernos navios a vapor americanos. Por fim, era importante garantir o domínio sobre o comércio com o Japão antes que os europeus o fizessem. (MEYER, 1993, p. 120)

Em 1853, uma expedição americana, composta por quatro navios, sendo dois a vapor – os primeiros navios a vapor jamais vistos no Japão – e comandada pelo Comodoro Matthew C. Perry, chegou à Baía de Edo – atualmente Baía de Tóquio – trazendo uma “carta do presidente [norte-americano] Millard Fillmore, solicitando paz e amizade, livre-comércio, [...] e provisões de carvão para os navios.”⁹ Em seguida, Perry e sua comitiva se retiraram, com a promessa de que voltariam dentro de um ano com uma força muito maior, para garantir o cumprimento das solicitações. (MEYER, 1993, p. 121)

Os japoneses viram-se em um dilema: se aceitassem a solicitação de abertura comercial aos americanos, acabariam tendo que ceder tratamento igual a diversas outras potências ocidentais, como acontecera com a China. Se recusassem tal solicitação, os americanos poderiam acabar obrigando-os a ceder pelo uso da força. (MEYER, 1993, p. 121)

Em fevereiro do ano seguinte, Perry retornou. Dessa vez com uma frota de 8 navios, sendo 3 a vapor. Compreendendo a disparidade de poder militar existente, os japoneses acabaram assinando um tratado com os americanos, que garantia a paz entre as duas nações, abertura comercial em alguns portos, representação diplomática permanente em uma cidade próxima a Tóquio e a cláusula da nação mais favorecida – muito usada nos tratados desiguais com os chineses, esse item garantia que toda vantagem que fosse concedida a outra nação, seria automaticamente concedida aos Estados Unidos. (MEYER, 1993, p. 122)

⁹ [...] *President Millard Fillmore's letter requesting peace and friendship, free trade, [...] and provisioning of coal for vessels.* (Texto original em inglês)

A presença americana e a abertura comercial imposta ao Japão, desigualmente vantajosa para os estrangeiros, acabaram levando a uma crise política e econômica que culminou com o colapso do sistema do xogunato Tokugawa. Em 1868, ocorreu a chamada Restauração Meiji, onde o poder efetivo sobre o país voltou às mãos do imperador. Por séculos antes disso a figura do imperador japonês existira apenas de forma representativa. (MACCARGO, 2000, p. 18)

Diante das inovações trazidas pelo ocidente, a postura japonesa na era Meiji foi oposta à dos chineses: decidiram aproveitar a abertura como uma oportunidade para assimilar a ciência e a tecnologia ocidentais, permitindo ao Japão alcançar o nível de poder das potências ocidentais. (MACCARGO, 2000, p. 18).

Esse processo de modernização ocorreu muito rapidamente. O Japão buscou inspiração em diversos países ocidentais, buscando qual modelo lhes serviria melhor. Logo no início da Era Meiji o país conseguiu formar “uma marinha e um sistema postal aos moldes ingleses, um sistema policial e jurídico aos moldes franceses, um sistema bancário e educacional aos moldes americanos e um exército aos moldes alemães.”¹⁰ Mais de 11.000 japoneses foram enviados para estudar no exterior ao longo da Era Meiji. (MACCARGO, 2000, p. 18-19, apud Pyle, 1996, p. 79).

Durante as duas primeiras décadas do período Meiji, os esforços estavam voltados para as mudanças internas do país. Empresas modernas foram criadas para alavancar a economia e órgãos governamentais eficientes foram desenvolvidos para garantir a estabilidade. A partir de 1890, o Japão havia se tornado um poderoso ator de nível mundial. A economia fortaleceu-se com uma industrialização cada vez mais robusta. A estabilidade interna permitiu a expansão das operações para além de suas fronteiras. A cultura nacional voltou-se para a valorização da história e das tradições japonesas. O país havia finalmente se tornado um império. (MEYER, 1993, p. 133-134)

Os primeiros impactos do crescimento do poder japonês além de suas fronteiras foram percebidos na disputa com a China pela influência sobre as ilhas Ryukyu. O arquipélago que se estende das ilhas do Japão até a ilha de Taiwan, possuía uma população de ancestralidade japonesa, mas que há tempos prestava tributo à soberania chinesa. Em 1871, 66 marinheiros das ilhas Ryukyu, após um naufrágio, foram parar na ilha de Taiwan, onde foram atacados pelos habitantes locais. Apenas 12 deles sobreviveram. A partir do ano seguinte os japoneses

¹⁰ [...] *a British-style navy and postal system, a French-style police and judicial system, American-style banking and primary school systems, and a German-style army.* (Texto original em inglês)

responderam de forma punitiva, enviando navios e tropas para as ilhas. A China, menos preparada e oprimida pelas nações europeias, acabou cedendo. Aceitou pagar uma indenização aos japoneses e abrir mão de qualquer reivindicação sobre as ilhas Ryukyu. (MEYER, 1993, p. 159)

O próximo ponto de controvérsias foi a Coreia. A península fora, por séculos, foco de disputa de influência – e ponto de intercâmbio cultural e comercial – entre China e Japão. A importância geográfica da Coreia para aquelas duas nações sempre foi marcante: para o Japão, a posse da península garantiria domínio e segurança para uma possível investida sobre a Manchúria ou o norte da China; para os chineses, era como “uma adaga apontada para o coração do Japão.”¹¹ (MEYER, 1993, p. 159-160)

A China, especialmente por sua proximidade terrestre, sempre buscou manter a Coreia sob sua influência direta, considerando-a mais um de seus vizinhos vassalos. A Coreia era uma nação fraca e cedia à suserania chinesa. Os esforços japoneses, a partir da dinastia Meiji, buscaram influenciar e garantir a estabilidade e independência dos coreanos, a fim de afastar a influência chinesa. (MEYER, 1993, p. 160)

Em 1874, em um desentendimento, um navio de guerra japonês, que patrulhava a foz do Rio Han, foi atacado por tropas coreanas. O Japão intensificou sua presença naval na região, em demonstração de força, até que os coreanos aceitaram assinar um tratado garantindo acesso japonês a mais portos. (MEYER, 1993, p. 160)

Havia uma permanente tensão na disputa de influência sobre a Coreia. Parte da corte coreana defendia uma abertura ao ocidente e a modernização, como os japoneses haviam feito. Outra parcela defendia a manutenção das tradições e a resistência às mudanças, como os chineses vinham tentando fazer. Em 1885, quando o atrito entre tropas dos dois países – enviadas à coreia para “garantir a estabilidade” – quase deflagrou um conflito aberto, Japão e China decidiram assinar um tratado, garantindo que quando uma das nações entendesse a necessidade de enviar tropas à Coreia, deveria primeiro notificar a outra. (MEYER, 1993, p. 160-161)

Em 1894, quando uma revolta interna eclodiu na Coreia, China e Japão decidiram enviar tropas à região. A tensão alcançou um ponto sem retorno e um conflito foi deflagrado quando navios japoneses abriram fogo contra navios chineses e um navio inglês que transportavam

¹¹ [...] *dagger pointed at the heart of Japan*. (Texto original em inglês)

tropas chinesas para a península. Iniciava-se a 1ª Guerra Sino-japonesa. (MEYER, 1993, p. 161)

O conflito demonstrou a superioridade militar que os japoneses haviam alcançado. Em pouco tempo as tropas chinesas foram rechaçadas e expulsas da península coreana, e sua pequena frota naval foi esmagada na Batalha do Rio Yalu. A China, derrotada, acabou tendo que assinar o Tratado de Shimonoseki, que garantia o reconhecimento da independência da Coreia, cedia ao Japão a península de Liaodong, a noroeste da Coreia, e a ilha de Taiwan, além do pagamento de indenização e a abertura de quatro portos ao comércio japonês, sob a cláusula – tão usada pelos ocidentais – da nação mais favorecida. (MEYER, 1993, p. 162)

A vitória japonesa, especialmente a conquista da península de Liaodong, tão perto de Pequim, despertou atenção das potências ocidentais e a preocupação com relação ao equilíbrio de poder na região. Apenas seis dias após a assinatura do tratado de Shimonoseki, Alemanha, Rússia e França coagiram o Japão a abrir mão da península recém-conquistada. Os japoneses cederam, mas a sua relação com aqueles países passou a ser de estranhamento e desconfiança a partir de então. (MEYER, 1993, p. 162)

Após a vitória sobre a China, ficou claro para os japoneses que a ameaça que deveria preocupá-los era a crescente presença russa na região. Já tendo anexado a Manchúria Exterior algumas décadas antes, ganhando assim acesso ao Pacífico, os russos aumentavam cada vez mais sua esfera de influência. Estavam completando a construção da ferrovia Transiberiana, que chegava a Vladivostok. Além disso, estavam articulando tratados com a China e com a Coreia por defesa mútua contra ameaças estrangeiras. (MEYER, 1993, p. 162)

Os japoneses visualizavam três alternativas para conter a ameaça. A primeira seria buscar uma aliança com os ingleses – sendo a principal potência ocidental na região, possivelmente estariam interessados em evitar a concorrência russa. A segunda opção seria articular uma aliança com os chineses e coreanos em defesa contra as ameaças ocidentais – considerando a inferioridade militar das duas nações continentais, essa seria a alternativa menos factível. A terceira opção seria entrar em acordo com os russos, partilhando a região por esferas de influência. A decisão japonesa foi, num primeiro momento, pela terceira opção. No entanto, os russos não se mostraram tão interessados em limitar seu alcance. (MEYER, 1993, p. 163)

Em 1899, eclodiu na China uma grande revolta contra a presença estrangeira, chamada Levante dos Boxers. Uma força de coalizão, composta por navios e tropas de oito países –

Japão, Rússia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália foi articulada para conter o movimento. Após a contenção do levante, milhares de soldados russos permaneceram estacionadas na região da Manchúria, no nordeste da China, o que deixou claro para os japoneses que a convivência harmoniosa seria inviável. (KISSINGER, 2012, p.63-64)

Em uma mudança de estratégia, em 1902, os japoneses assinaram um tratado de defesa mútua com os ingleses – estes, por sua vez, aceitaram o acordo por temer a possibilidade de aliança entre Rússia e Japão. A assinatura desse tratado deixava claro que a era de supremacia inglesa na região chegara ao fim. (MEYER, 1993, p. 164)

As tensões alcançaram o ápice em 1904, quando os japoneses declararam guerra aos russos, torpedeando alguns de seus navios próximos à península de Liaodong. A Guerra Russo-Japonesa durou 18 meses. Os russos enviaram sua Esquadra do Báltico numa longa viagem ao redor da Europa e da África, até a Coreia, apenas para ser destruída pela marinha japonesa. Em terra, a maior parte das batalhas foi travada em solo chinês, mas não tiveram uma conclusão tão clara quanto os embates no mar. O conflito chegou ao fim em 1905, sob mediação do presidente norte-americano, Theodore Roosevelt – o que lhe garantiu um Prêmio Nobel da Paz – com o Tratado de Portsmouth. (MEYER, 1993, p. 164)

A guerra não terminou com uma vitória clara para os japoneses e o tratado trazia concessões e restrições para ambos os contendores. Ainda assim, o Japão alcançou um novo status no cenário internacional.

[...] a posição do Japão foi fortalecida na Ásia continental, alcançando o patamar de poder político e militar mundial. Tendo entrado na guerra como um país oprimido, acabou emergindo com um enorme prestígio. O Japão incendiou o imaginário de toda a Ásia colonial. Era a primeira vez que uma nação asiática combatia uma nação ocidental em iguais condições, ‘derrotando-a’. O nacionalismo na Ásia aflorou, enquanto o ocidente, incluindo os Estados Unidos, começou a reavaliar sua posição num novo panorama de segurança internacional na Ásia.¹² (MEYER, 1993, p. 165)

O Japão entendia que sua proeminência crescente poderia atrair a animosidade das potências ocidentais. Essa sensação de vulnerabilidade foi mais um componente que acelerou as suas já existentes intenções expansionistas. (MACCARGO, 2000, p. 22)

¹² [...] *Japan's position was strengthened on mainland Asia, and it achieved the status of a world military and political power. Entering the war as the underdog, it emerged with enhanced prestige. Japan fired the imagination of colonial Asia, for here at last was an Asian power fighting a white power on an equal basis and "defeating" it. Asian nationalists took heart, while the Western powers, including the United States, began to reevaluate their positions in a changing Asian international security pattern.* (Texto original em inglês)

Os esforços japoneses voltaram-se, mais uma vez, para a Coreia. Já em 1905, assinaram um tratado que colocava o país na posição de protetorado japonês. Com influência crescente nos assuntos internos daquela nação, os japoneses passaram a assumir controle de diversas instituições, chegando a forçar a abdicação do rei coreano. Após novo tratado, em 1907, o exército coreano foi dissolvido. Finalmente, em 1910, a Coreia foi formalmente anexada, tornando-se o centro político e militar do Japão no continente. (MEYER, 1993, p. 166)

Em 1912, o imperador Meiji faleceu. Seu filho assumiu o trono, dando início à Era Taisho. Esse período foi marcado por uma diminuição constante do poder do imperador – voltando à condição meramente simbólica da Era Tokugawa – e uma mudança na estrutura política do país. A esfera militar passou a ganhar mais poder e influência, apoiada pela nova elite japonesa. (MEYER, 1993, p. 172)

No mesmo ano da morte do imperador Meiji, em 1912, a dinastia Qing – que possuía o trono chinês há mais de dois séculos – enfraquecida especialmente pelas décadas de intervenção estrangeira e rebeliões internas, finalmente entrou em colapso. O sistema de governo foi substituído por uma república que, apesar de reconhecida pelo Japão e pelo ocidente, não era minimamente capaz de garantir a soberania sobre todo seu território. Grupos rivais assumiram o controle de diferentes regiões da China, governando de forma independente. (MEYER, 1993, p. 174)

O Japão possuía grande interesse no comércio com os chineses, pois eram um mercado consumidor gigante e um farto fornecedor de matéria-prima – especialmente ferro e carvão – para as indústrias japonesas. A caótica instabilidade interna chinesa não era favorável para os negócios. O Japão investira muito capital e estabelecera muitas indústrias em território chinês, especialmente na Manchúria. (MEYER, 1993, p. 174)

O início da 1ª Guerra Mundial trouxe impactos positivos para a economia japonesa. Com a indústria europeia voltada para o esforço de guerra, o Japão tornou-se “virtualmente livre para produzir para o mercado asiático e para estender seu comércio ao mercado europeu e africano. Eles assumiram o papel inglês de principal poder econômico estrangeiro sobre a China.”¹³ (MEYER, 1993, p. 173)

¹³ *Japan was virtually free to produce for Asian markets and to make inroads into European and African markets. It displaced Great Britain as the chief foreign economic power in China [...].* (Texto original em inglês)

Motivados seja pelo tratado de defesa mútua assinado com os ingleses em 1902, seja para garantir maior influência no cenário internacional, seja para expandir seus domínios na Ásia, os japoneses decidiram também entrar em guerra contra os alemães. Enquanto o conflito se desenrolava na Europa, os japoneses atacaram territórios alemães na Ásia – territórios que os alemães adquiriram ao longo do último século nos diversos acordos desiguais com os países da região, em especial com a China. Dessa forma, conquistaram a região de Shandong – uma província no nordeste da China – e as Ilhas Marianas, Ilhas Carolinas e Ilhas Marshall, no Pacífico. (MEYER, 1993, p. 175-176)

A partir da década de 1920, a economia japonesa ganhou novo ímpeto. Enquanto boa parte do mundo ainda se recuperava da depressão da 1ª Guerra Mundial, o Japão expandia seu comércio exterior, comprava territórios na Ásia, aumentando suas fontes de matéria-prima e acessos a novos mercados, e aumentava seus gastos militares. Tornou-se a terceira maior potência naval do mundo. Nos anos 1930, a economia japonesa ficou cada vez mais voltada para a guerra. (MEYER, 1993, p. 183)

Em 1931 ocorreu o chamado Incidente da Manchúria, quando japoneses secretamente sabotaram uma importante ferrovia, acusando os chineses pelo ato. A destruição causou impactos no fluxo comercial e industrial na região e acabou sendo o pretexto para que tropas japonesas invadissem toda a Manchúria, transformando-a em um Estado fantoche chamado Manchukuo. (MEYER, 1993, p. 191)

O Japão mantinha tropas em diversas regiões importantes da China, sob o pretexto de garantir seus interesses econômicos. Em julho de 1937, tropas dos dois países envolveram-se em pequena hostilidade próximo de Pequim. Esse incidente foi o pretexto para que o Japão iniciasse uma série de manobras militares em solo chinês. (MEYER, 1993, p. 198)

Ao longo daquele ano, tropas japonesas ocuparam vários enclaves na costa chinesa, de Xangai a Cantão. Não houve uma declaração formal de guerra. Da mesma forma como fizeram com a Manchúria, os japoneses estabeleceram governos fantoche sobre esses territórios. (MEYER, 1993, p. 198-199)

A partir do início da 2ª Guerra Mundial o Japão tornou mais agressivas suas ações na Ásia. Assim que a França foi ocupada pela Alemanha nazista, em 1940, os japoneses avançaram sobre a Indochina. O comércio inglês em Hong Kong foi fortemente ameaçado e seus diplomatas na China eram maltratados pelos japoneses. A quantidade de tropas inglesas na

região era muito reduzida e o conflito na Europa não permitia a abertura de uma nova frente na Ásia. (MEYER, 1993, p. 200)

Os Estados Unidos, no entanto, eram a potência ocidental que ainda não entrara no conflito, e já vinham discordando da política expansionista japonesa há alguns anos. Havia protestado contra a tomada da região de Shandong e contra as investidas militares sobre Xangai e Cantão, apoiaram economicamente o governo chinês de Chiang Kai-shek, e impuseram sanções econômicas contra o Japão. (MEYER, 1993, p. 200-201)

Em meados de 1941, em uma conferência imperial, o Japão decidiu expandir ainda mais seus domínios no sudeste asiático. Mas para isso, precisariam impedir uma possível reação norte-americana. A fim de neutralizar a esquadra americana do Pacífico, em dezembro daquele ano, os japoneses lançaram um ataque aéreo contra a base naval de Pearl Harbour. 6 navios de guerra americanos foram neutralizados, 120 aeronaves foram destruídas e cerca de 2.400 militares morreram no ataque. (MEYER, 1993, p. 202-203)

Sem uma potência para rivalizá-lo no Pacífico, o Japão conseguiu alcançar todos seus principais objetivos expansionistas. Até 1942, já dominavam a Manchúria chinesa e boa parte do nordeste da China, Indochina, Tailândia, Birmânia, Malásia, Singapura, Filipinas, Indonésia, Nova Guiné e diversas ilhas no Pacífico, além das ilhas Attu e Kiska, nas Aleutas. (MEYER, 1993, p. 203)

Ainda assim, os americanos voltaram a operar no Pacífico com os meios que não foram destruídos em Pearl Harbour, enquanto sua indústria produzia navios e aeronaves em uma escala surpreendente. (MEYER, 1993, p. 204)

Em junho de 1942, a marinha japonesa realizou um ataque para conquistar a Ilha de Midway, mas foi repelida por intensos ataques aéreos. Os americanos conseguiram destruir quatro dos seus melhores navios aeródromos. A Batalha de Midway foi a primeira grande derrota japonesa naquela guerra. (MEYER, 1993, p. 204)

A balança de poder deixou de pesar a favor dos japoneses conforme as tropas americanas avançavam reconquistando ilha após ilha, desde as Ilhas Salomão. Em 1944 já haviam reconquistado as Filipinas. No ano seguinte, após a conquista de Okinawa e Iwo Jima, os americanos iniciavam os preparativos para invadir o Japão. (MEYER, 1993, p. 205)

Na primeira quinzena de agosto de 1945, os americanos lançaram as bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, e os soviéticos entraram no Teatro de Operações do Pacífico, contra os japoneses. Finalmente, em 15 de agosto, um decreto imperial encerrava as hostilidades por parte do Japão. Privado de suas conquistas, o império, que em poucas décadas alcançara uma extensão sem precedentes na história da região, chegou ao fim. (MEYER, 1993, p. 206-207)

1.5 A influência norte-americana

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a dinâmica de poder mundial havia se alterado. A maioria das potências estavam completamente desgastadas pela guerra. Os Estados Unidos, no entanto, haviam alcançado um novo papel no cenário mundial. Não tendo vivenciado o conflito em seu próprio território – com exceção de algumas ilhas no Pacífico – e tendo expandido significativamente seu parque industrial durante o período, “entre as grandes potências, os Estados Unidos foram a única que se tornou mais rica – na verdade, muito mais rica – do que pobre, com a guerra.” Haviam se tornado o maior exportador de mercadorias, sendo responsáveis por metade do transporte marítimo mundial. Eram donos da maior marinha do mundo e possuíam o monopólio das bombas atômicas. (KENNEDY, 1989, p. 343)

Os americanos acabaram ocupando o vácuo de influência deixado pelas potências tradicionais. Assumiram um papel inevitável na dinâmica internacional – o que muitos americanos entendiam ser parte de seu “destino manifesto”. (KENNEDY, 1989, p. 345-346)

Não só a China, sobre a qual recaíam grandes esperanças, como todos os outros países do que seria logo chamado de Terceiro Mundo foram estimulados a adotar os ideais americanos de autoajuda, espírito empresarial, livre comércio e democracia. (KENNEDY, 1989, p. 346)

Havia outra potência nessa dinâmica que estava menos propensa a abraçar os ideais americanos. A União Soviética alegava ter sido a verdadeira vencedora da luta contra o fascismo. Foram responsáveis por cerca de 10 milhões, das 13,6 milhões de baixas alemãs durante a 2ª Guerra Mundial. Com o fim do conflito as fronteiras territoriais soviéticas ampliaram-se sobre a Europa centro ocidental, englobando a Finlândia, Polônia, parte da Romênia, Estônia, Letônia, Lituânia, parte da Prússia e da Tchecoslováquia. Além dessa expansão terrestre, a esfera de influência soviética alcançava os Estados satélites da Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia e Albânia. No oriente, a participação soviética contra os japoneses, perto do fim da guerra, lhes garantiu a rápida ocupação da Manchúria, a porção norte da península coreana e a Ilha Sacalina. A União

Soviética não tinha a pujança econômica dos Estados Unidos, mas era um gigante militar. (KENNEDY, 1989, p. 346-347)

Com ambas as potências expandindo suas esferas de influência sobre o mundo, ficava cada vez mais clara a polarização. Os americanos preocupavam-se com a expansão dos ideais comunistas e consequente crescimento da influência soviética. Em 1948 criaram o Plano Marshall para ajudar na reconstrução dos países aliados, impedindo a disseminação do comunismo. No ano seguinte foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar que contribuiu para o aprofundamento da divisão da Europa. (KENNEDY, 1989, p. 362)

Foi com um olhar de preocupação com o avanço do comunismo que as potências ocidentais perceberam os movimentos nacionalistas que ebulliam em suas colônias na Ásia – tivessem ou não real influência do comunismo soviético. Ainda em 1945 um movimento de independência expulsou os neerlandeses da Indonésia. Os ingleses lutavam para manter o domínio sobre a Malásia, que acabaria independente em 1957. Já os franceses, mergulhavam na luta armada contra os Vietmin de Ho Chi Min. Em 1949, a Revolução Chinesa, que colocou o Partido Comunista de Mao Tsé-tung no poder, foi um duro golpe para o ocidente. Os americanos cogitaram reconstruir a economia e as forças armadas japonesas, para que estes se tornassem um “baluarte anticomunista na Ásia”. (KENNEDY, 1989, p. 364-365)

A primeira grande crise resultante desse embate de potências deu-se no sudeste asiático. Em 1945, após a capitulação das forças japonesas, as tropas soviéticas que invadiram a Manchúria, avançaram pelo norte sobre a península coreana e as tropas americanas posicionaram-se, em seguida, na porção sul. Um acordo entre os dois países definiu o paralelo 38 como o limite do que agora eram as Coreia do Norte e Coreia do Sul. (HASTINGS, 2000, p. 15)

O apoio norte-americano à recém-estabelecida Coreia do Sul cresceu rapidamente nos anos seguintes. Havia uma grande preocupação de que a expansão da influência soviética alcançasse todo o sudeste asiático, país após país, como peças de dominó. A península acabou tornando-se o local de prova para as intenções mútuas das duas potências. (HASTINGS, 2000, p. 15-16)

Em 25 de junho de 1950, o líder norte-coreano Kim Il-sung tomou a iniciativa para a conquista e reunificação de toda a península coreana sob seu regime – até hoje não é claro se a

decisão possuía algum apoio de Moscou ou Pequim. As tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38, invadindo a Coreia do Sul. A balança de poder pesava muito favoravelmente aos atacantes. O exército de Kim somava mais de 135.000 soldados bem equipados, carros de combate russos modelo T-34, amplo apoio de artilharia e cerca de 200 aeronaves de caça e bombardeiros. A força sul-coreana, por sua vez, contava com 95.000 homens, não possuía veículos blindados, armamento anticarro ou artilharia superior a 105 mm, e suas poucas aeronaves foram totalmente destruídas em solo nas primeiras horas de combate. Apenas um terço do efetivo estava posicionado para defender a linha do paralelo 38 e possuíam munição em estoque para apenas seis dias de combate. (HASTINGS, 2000, p. 45-46)

Syngman Rhee, o presidente sul-coreano, imediatamente apelou por auxílio ao embaixador norte-americano: “Os comunistas invadiram [...]. Nossos soldados lutam com coragem, mas lhes faltam armas. Por favor, peça ao governo dos Estados Unidos para acelerar o envio de armamento para nós.”¹⁴ Os Estados Unidos não podiam entrar formalmente no conflito de dois Estados independentes, sob o risco de justificar a intervenção da União Soviética. A questão foi levada ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que no mesmo dia emitiu uma resolução “condenando o ataque norte-coreano, e exigindo a retirada das forças de Kim Il-Sung a sul do paralelo 38.”¹⁵ A resolução aprovou o envio imediato de tropas sob a bandeira das Nações Unidas num “apoio inequívoco de uma nação combatente contra outra.”¹⁶ (HASTINGS, 2000, p. 49-51)

Sob o comando do General MacArthur, tropas – a maior parte dos Estados Unidos – foram enviadas para combater o exército norte-coreano. Apesar disso, os primeiros meses da Guerra da Coreia foram marcados pelo avanço esmagador das forças de Kim. Em menor número, as forças da ONU foram pressionadas cada vez mais para o sul da península, acabando limitadas a defender, com dificuldade, o perímetro ao redor do porto de Pusan. (RIELLY, p. 117)

Em setembro, a operação anfíbia realizada em Inchon permitiu a MacArthur o cerco à cidade de Seul e a interrupção do fluxo logístico das tropas norte-coreanas ao sul, obrigando-as a retrain. Esse contra-ataque contribuiu para a reconquista do território a sul do paralelo 38 e o

¹⁴ *The communists have invaded [...]. Our soldiers are fighting courageously, but they lack weapons. Please ask the government of the United States to hasten the delivery of arms to us.* (Texto original em inglês)

¹⁵ [...] *condemning the North Korean attack, and calling for the withdrawal of Kim Il-Sung's forces south of the 38th Parallel [...].* (Texto original em inglês)

¹⁶ [...] *unequivocal support for one combatant against another.* (Texto original em inglês)

avanço das tropas da ONU para norte, em perseguição, chegando perto da fronteira com a China, o que acabou atraindo a participação destes para o conflito. A entrada súbita de cerca de 300.000 soldados chineses inverteu mais uma vez a balança de poder. Norte-americanos, sul-coreanos e aliados foram empurrados para sul até a linha original do paralelo 38, onde o conflito manteve-se num impasse que só foi encerrado em 1953, com o cessar-fogo. (RIELLY, p. 119-120)

A Guerra da Coreia marcou o aumento do comprometimento dos Estados Unidos na Ásia. Em 1951 assinaram um tratado com os filipinos, garantindo o direito de manutenção de bases aéreas e navais nas Filipinas, além do compromisso de defender aquelas ilhas. No mesmo ano assinaram um tratado de segurança com a Austrália e a Nova Zelândia, além do tratado de paz com o Japão, finalmente formalizando o fim da Guerra no Pacífico, mas garantindo a permanência de forças norte-americanas nas ilhas japonesas. Apoiaram o governo indonésio na luta contra rebeldes comunistas e encorajaram os ingleses a fazerem o mesmo na Malásia. Com relação aos franceses e sua luta contra o Vietmin, na Indochina, os norte-americanos envolveram-se cada vez mais, fornecendo principalmente armamento e dinheiro. (KENNEDY, 1989, p. 366)

Desde o século XIX os franceses ocupavam a região da Indochina, composta pelo Vietnã, Laos e Camboja. Durante a 2ª Guerra Mundial, o movimento nacionalista Vietmin, liderado por Ho Chi Minh, lutou contra os japoneses pela libertação do Vietnã. Com o fim da guerra, os japoneses foram embora, mas franceses voltaram a reivindicar seu domínio sobre a região. O movimento de Ho Chi Minh passou a lutar, então, contra a ocupação francesa. A chamada 1ª Guerra da Indochina, entre franceses e vietnamitas durou de 1945 a 1954. Após a derrota francesa na Batalha de Dien Bien Phu, em 1954, França e Vietnã assinaram um tratado, dividindo o país em dois: Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. De forma semelhante ao que ocorrera na península da Coreia, a situação tornou-se palco para a disputa ideológica da Guerra Fria. (MARQUETTE, 2003, p. 9-11)

Com os soviéticos e os chineses apoiando Ho Chi Minh, os americanos passaram a apoiar o impopular governo sul-vietnamita de Ngo Dinh Diem. As tropas de Diem não eram capazes de conter as ações das forças revolucionárias e os norte-americanos acabaram envolvendo-se mais, com o envio de tropas. Inicialmente poucos soldados foram enviados, mas já somavam um efetivo de 17.000 homens em 1963, 74.000 em 1965, alcançando o ápice em 1969, com 542.000 soldados em solo vietnamita. (MARQUETTE, 2003, p. 13)

A participação americana no Vietnã foi muito marcada pela preocupação de Washington em saber “até onde poderiam ir sem provocar o tipo de intervenção chinesa que ocorreu na Guerra da Coreia.” A prolongada campanha gerou impactos no sistema de poder internacional e mesmo na psicologia nacional do povo americano. As batalhas desenrolavam-se em “selvas e terrenos alagados, que diminuía as vantagens da potência de fogo americana.” A opinião pública nos Estados Unidos questionava cada vez mais a validade daquele conflito, enquanto “os norte-vietnamitas [...] estavam lutando por alguma coisa em que acreditavam fervorosamente” (KENNEDY, 1989, p. 385-387). Por fim, em 1973, um acordo de paz foi assinado e os últimos soldados americanos retiraram-se do país. Dois anos depois, o exército do Vietnã do Norte invadiu e reunificou os dois países em um único Vietnã sob o regime comunista. (MARQUETTE, 2003, p. 34-37)

1.6 A China se ergue novamente

Após o desgastante conflito no Vietnã, os Estados Unidos não voltaram a mergulhar de forma direta na geopolítica do leste asiático. A política mais pragmática do governo Nixon percebia “que o equilíbrio mundial se estava transformando, e novas forças minavam o domínio, até então inquestionável, das duas superpotências.” Em termos políticos e econômicos, novos atores ganhavam importância global, além dos Estados Unidos e da URSS. Dois deles encontravam-se no extremo oriente: Japão e China. (KENNEDY, 1989, p. 389)

O Japão mostrou pouca expressão imediatamente após o fim da 2ª Guerra Mundial, bastante dependente da ajuda americana. A partir de 1950, no entanto, o país reiniciou um processo intenso de transformação econômica, que viria a ser chamado de “milagre japonês”. Em parte, impulsionado pelo aumento dos gastos americanos com a Guerra da Coreia e Vietnã, “entre 1950 e 1973, seu produto interno bruto cresceu à média fantástica de 10,5% ao ano, muito acima de qualquer outra nação industrializada.” (KENNEDY, 1989, p. 397-398)

A transformação econômica do Japão [...] ofereceu o exemplo mais espetacular de modernização constante naquelas décadas, ultrapassando quase todos os países ‘adiantados’ existentes, como competidor comercial e tecnológico, e constituindo-se num modelo para a emulação por outros ‘Estados comerciantes’ da Ásia. (KENNEDY, 1989, p. 397-398)

O crescimento chinês, por outro lado, mostrou-se mais tímido nos seus primeiros anos como República Popular da China. Para os padrões econômicos mundiais, o país encontrava-se bastante atrasado. No início da década de 1950, possuía um nível de industrialização baixíssimo, com uma população formada majoritariamente por camponeses pobres. No entanto,

Mao Tsé-tung via o potencial nacional: existia uma infraestrutura básica de estradas e ferrovias, diversas cidades e portos chineses possuíam grande fluxo comercial há séculos, e havia pequenos centros industriais, especialmente os desenvolvidos pelos japoneses na Manchúria durante a década de 1930. O que a China precisava era de estabilidade e entrada de capital estrangeiro. (KENNEDY, 1989, p. 398)

O primeiro passo de Mao foi o chamado Plano Quinquenal, iniciado em 1953, que enfatizava o desenvolvimento da indústria pesada no modelo soviético, contando com tecnologia e apoio financeiro da URSS. Em termos políticos, houve a centralização da administração do partido e do governo. (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987, p. 41-42)

Em 1958, implementou-se o “Grande Salto à Frente”¹⁷, que buscava acelerar ainda mais o desenvolvimento econômico e industrial chinês. A estrutura social e de produção foi reorganizada em mais de 23.000 comunas em todo o país. Cada comuna, com uma média de 5.000 famílias, foi planejada como uma comunidade autossustentável de produção agricultura e indústria local. Apesar de alguns avanços na indústria de pequena escala e melhorias nas técnicas agrícolas, o resultado geral foi um fiasco econômico para a China. Um dos motivos foi o encerramento do apoio financeiro soviético, uma vez que a relação entre os dois países esfriou a partir de 1959, por divergências ideológicas. (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987, p. 43-44)

A partir de 1961 a China voltou seu foco para a agricultura, mas a “Revolução Cultural”¹⁸ promulgada por Mao em 1968, mergulhou o país em crise e perseguições políticas. As importações de tecnologia e equipamentos estrangeiros foram reduzidas, e o país teve uma “terrível escassez de pessoal altamente qualificado, causada pelo fechamento das universidades.”¹⁹ Na década de 1970, com a gradual retomada da estabilidade política, foi possível um novo impulso ao desenvolvimento, com a reabertura de universidades e a expansão do contato com nações estrangeiras. A reaproximação com os Estados Unidos incentivou a aproximação de diversas outras nações, como Alemanha, Espanha, Austrália e Japão. As relações entre China e Japão, em especial, deram novo impulso ao florescente comércio asiático. (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987, p. 218-221)

¹⁷ *Great Leap Forward*. (Texto original em inglês)

¹⁸ *Cultural Revolution*. (Texto original em inglês)

¹⁹ [...] *the dire shortage of highly educated personnel caused by the closing of the universities*. (Texto original em inglês)

Após a morte de Mao, o programa de modernização nacional intensificou-se. Houve aumento do comércio exterior e do intercâmbio de estudantes com países desenvolvidos.

Entre 1976 e 1978, a economia se recuperou rapidamente da estagnação da Revolução Cultural. A produção agrícola foi lenta em 1977 por causa de um terceiro ano consecutivo de condições climáticas adversas, mas recuperou com uma colheita recorde em 1978. A produção industrial aumentou 14% em 1977 e aumentou 13% em 1978.²⁰ (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987, p. 222-223)

Apesar desse crescimento, ao fim da década de 1970, enquanto “os cidadãos da China tinham que se contentar com suprimentos de comida quase insuficientes, roupas racionadas, moradia inadequada, e um setor de serviços que era inadequado e ineficiente”²¹, os vizinhos “Japão e Hong Kong rivalizavam com os países europeus em tecnologia moderna.”²² Em 1978, a China decidiu empreender profundas reformas na economia. O objetivo era fazer o seu sistema comunista funcionar melhor, “aumentando substancialmente o papel dos mecanismos de mercado e reduzindo – e não eliminando – o planejamento do governo e o controle direto.”²³ No fim da década de 1980, o programa havia alcançado “resultados notáveis no aumento da oferta de alimentos e outros bens de consumo e criou um novo clima de dinamismo e oportunidade na economia.”²⁴ (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987, p. 223)

Nas décadas que se seguiram a China continuou crescendo em ritmo vertiginoso. Tornou-se um dos principais centros industriais e comerciais do mundo, a caminho de consolidar-se como a maior economia global. A importância geopolítica da China superou a japonesa no cenário asiático e, na virada do século, já extrapolava os limites regionais. O gigante asiático finalmente reestabeleceu o papel central que sua história milenar sempre afirmou.

1.7 Considerações finais

Décadas de exploração por parte de nações estrangeiras marcaram profundamente o imaginário nacional chinês, tornando clara a necessidade de reconstrução do país como uma

²⁰ *Between 1976 and 1978, the economy quickly recovered from the stagnation of the Cultural Revolution. Agricultural production was sluggish in 1977 because of a third consecutive year of adverse weather conditions but rebounded with a record harvest in 1978. Industrial output jumped 14 percent in 1977 and increased by 13 percent in 1978. (Texto original em inglês)*

²¹ *[...] China's citizens had to make do with barely sufficient food supplies, rationed clothing, inadequate housing, and a service sector that was inadequate and inefficient. (Texto original em inglês)*

²² *[...] Japan and Hong Kong rivaled European countries in modern technology [...]. (Texto original em inglês)*

²³ *[...] substantially increasing the role of market mechanisms in the system and by reducing – not eliminating – government planning and direct control. (Texto original em inglês)*

²⁴ *[...] remarkable results in increasing supplies of food and other consumer goods and had created a new climate of dynamism and opportunity in the economy. (Texto original em inglês)*

nação poderosa novamente. Para isso, conforme sua economia e sistema político se organizavam, a China passou a investir cada vez mais em seu poder militar, para que permanecesse capaz de, no futuro, resistir a ameaças de nações estrangeiras.

2. POLÍTICA DE DEFESA E PODER NAVAL CHINÊS NO SÉCULO XXI

Ao longo do fim do século XX e o início do século XXI, a China reergueu-se, assumindo de forma cada vez mais clara sua posição como potência mundial. Acompanhando o avanço industrial, econômico e político do país, houve a necessidade de modernização de suas forças armadas, para que alcançassem um patamar de tecnologia, capacidades e eficiência equivalente ao das outras grandes potências mundiais.

2.1 A Política Nacional de Defesa

Durante o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em outubro de 2017, o Secretário-Geral do partido e presidente do país, Xi Jinping, proferiu o principal discurso do evento. Relembrou que a China “com uma história de mais de 5.000 anos, [...] fez contribuições notáveis para a humanidade e se tornou uma das grandes nações do mundo. Mas com a Guerra do Ópio de 1840, a China mergulhou na escuridão da turbulência doméstica e da agressão estrangeira.”²⁵ Ainda que os chineses tenham lutado “com tenacidade e heroísmo”²⁶, não foram capazes de salvar a China antiga. Segundo Xi, o “rejuvenescimento nacional tem sido o maior sonho do povo chinês desde o início dos tempos modernos.”²⁷ (XI, 2017, p. 11)

De suas palavras, a expressão que talvez tenha sido mais marcante foi a “nova era” que a China estaria iniciando. “Em seu discurso no congresso, Sr. Xi sugeriu que se Mao fez a China independente, e Deng fez a China próspera, ele faria a China poderosa novamente”²⁸ (BUCKLEY, 2017).

É sob o espírito da nova era de Xi Jinping que, em meados de 2019 foi publicada a mais recente versão do Livro Branco de defesa chinês, sob o nome de “Defesa Nacional da China na Nova Era”²⁹. Um documento para “explicar a prática, os propósitos e o significado dos esforços chineses para construir uma defesa nacional fortalecida e um exército poderoso, com o objetivo

²⁵ *With a history of more than 5,000 years, [...] made remarkable contributions to mankind, and became one of the world's great nations. But with the Opium War of 1840, China was plunged into the darkness of domestic turmoil and foreign aggression [...].* (Texto original em inglês)

²⁶ *[...] tenacity and heroism [...].* (Texto original em inglês)

²⁷ *National rejuvenation has been the greatest dream of the Chinese people since modern times began.* (Texto original em inglês)

²⁸ *In his report to the congress, Mr. Xi suggested that if Mao made China independent, and Deng made it prosperous, he would make it strong again [...].* (Texto original em inglês)

²⁹ *China's National Defense in the New Era.* (Texto original em inglês)

de ajudar a comunidade internacional a entender melhor a defesa nacional da China.”³⁰ (CHINA, 2019, p. 3)

O documento, após uma breve análise da situação de segurança no âmbito internacional – que cita o aumento de investimentos de defesa norte-americanos, intensificação dos exercícios militares da OTAN na Europa oriental, reforço das capacidades nucleares russas, além de outras ameaças “não-tradicionais” como terrorismo, pirataria, ameaças cibernéticas e de biossegurança –, afirma que a China tem aumentado significativamente seu poder militar e sua influência global. No entanto, ainda precisa realizar grande esforço de modernização de suas forças armadas. “O PLA³¹ ainda está muito atrás das principais potências militares do mundo”³². (CHINA, 2019, p. 5-6)

O documento relaciona nove metas da política nacional de defesa chinesa:

- Deter e resistir à agressão;
- Salvaguardar a segurança nacional, a segurança das pessoas e a estabilidade social;
- Opor-se e conter a “independência de Taiwan”;
- Reprimir os defensores de movimentos separatistas, como a “independência do Tibete” e a criação do “Turquistão Oriental”;
- Salvaguardar a soberania nacional, a unidade, a integridade territorial e a segurança;
- Salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China;
- Proteger os interesses de segurança da China no espaço sideral, no espaço eletromagnético e no ciberespaço;
- Salvaguardar os interesses estrangeiros da China; e
- Apoiar o desenvolvimento sustentável do país.³³ (CHINA, 2019, p. 6-7)

³⁰ [...] explain the practice, purposes and significance of China's efforts to build a fortified national defense and a strong military, with a view to helping the international community better understand China's national defense. (Texto original em inglês)

³¹ People's Liberation Army. (Texto original em inglês) – Exército Popular de Libertação.

³² The PLA still lags far behind the world's leading militaries. (Texto original em inglês)

³³ To deter and resist aggression;
To safeguard national political security, the people's security and social stability;
To oppose and contain “Taiwan independence”;
To crack down on proponents of separatist movements such as “Tibet independence” and the creation of “East Turkistan”;
To safeguard national sovereignty, unity, territorial integrity and security;
To safeguard China's maritime rights and interests;
To safeguard China's security interests in outer space, electromagnetic space and cyberspace;
To safeguard China's overseas interests; and
To support the sustainable development of the country. (Texto original em inglês)

A ideia central da política nacional de defesa chinesa – segundo o documento, a característica distintiva da nova era do país – é a adoção de uma postura defensiva por natureza, “nunca buscando hegemonia, expansão ou esferas de influência”³⁴. Uma China que preza pelo “desenvolvimento da cooperação amigável” e pela “promoção da paz mundial”, e que “opõe-se à interferência nos assuntos internos de outras nações, abuso dos fracos pelos fortes e qualquer tentativa de imposição da vontade de uma nação sobre outras.”³⁵ (CHINA, 2019, p. 7-8)

O Livro Branco foi escrito em completo alinhamento às palavras proferidas por Jinping ao Partido Comunista Chinês dois anos antes. A expressão-chave “desenvolvimento pacífico”³⁶ repete-se diversas vezes ao longo do documento e também no citado discurso do presidente (XI, 2017, p. 6, 22-23, 51-52). Essa, no entanto, não é uma ideia criada por Xi Jinping. Seu antecessor no cargo, Hu Jintao, já usava a expressão para enfatizar a ideia de uma China avessa aos conflitos e defensora da cooperação entre os povos:

Em um mundo em que a tendência à multipolaridade é irreversível, a globalização econômica está se aprofundando e a revolução científica e tecnológica está se acelerando, o futuro da China está mais intimamente ligado ao futuro do mundo do que nunca.

A China manterá firmemente o caminho do desenvolvimento pacífico, uma decisão estratégica tomada pelo governo e pelo povo chinês. [...] os interesses fundamentais do povo chinês e os interesses comuns do mundo estão em harmonia. [...] a China está comprometida com a solução pacífica de disputas internacionais e segue uma política de defesa de natureza defensiva. A China nunca buscará hegemonia ou expansão.³⁷ (HU, 2008)

A expressão “desenvolvimento pacífico” foi cuidadosamente selecionada e passou a ser empregada nos textos oficiais chineses ao longo do governo de Hu Jintao. O termo anteriormente empregado – que também fora formalizado a partir do início daquele governo, em 2003 – era a “ascensão pacífica”³⁸. A mudança de retórica demonstra a preocupação chinesa

³⁴ *Never seeking hegemony, expansion or spheres of influence.* (Texto original em inglês)

³⁵ [...] *developing friendly cooperation [...] promote world peace [...] opposed to interference in the internal affairs of others, abuse of the weak by the strong, and any attempt to impose one's will on others.* (Texto original em inglês)

³⁶ *Peaceful development.* (Texto original em inglês)

³⁷ *In a world where the trend toward multipolarity is irreversible, economic globalization is deepening and the scientific and technological revolution is accelerating, China's future is more closely linked with the future of the world than ever before.*

China will firmly keep to the path of peaceful development, a strategic decision made by the Chinese Government and people. [...] the fundamental interests of the Chinese people and the common interests of the world's people are in harmony. [...] China is committed to peaceful settlement of international disputes and follows a defense policy that is defensive in nature. China will never seek hegemony or expansion. (Texto original em inglês)

³⁸ *Peaceful rise.* (Texto original em inglês)

em não alarmar o mundo com a “ascensão” de seu poder, evitando ser vista como ameaça pelos seus vizinhos ou pelas grandes potências. (GLASER; MEDEIROS, 2007, p. 291-310)

Essa autodeclarada postura de não-agressão da China busca suavizar a imagem que a crescente pujança econômica e militar do país gera na região e no mundo. Naturalmente, algumas nações interpretam a questão com desconfiança. O relatório de 2019, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, sobre a China diz que:

Na região do Indo-pacífico, a China se descreve buscando uma estratégia de desenvolvimento pacífico e identifica os Estados Unidos como o ator regional dominante que pretende conter a ascensão chinesa. Ao mesmo tempo, a China se mostra resoluta em defender seus interesses territoriais. [...]

A China procura garantir seus objetivos sem comprometer a estabilidade regional que permanece crítica para o desenvolvimento econômico que ajudou o Partido Comunista Chinês a manter seu monopólio do poder. No entanto, os líderes da China empregam táticas [...] para alcançar seus objetivos estratégicos por meio de atividades calculadas que evitem provocar conflitos armados com os Estados Unidos, seus aliados e parceiros na região do Indo-pacífico. [...] A China também está disposta a empregar medidas coercitivas – militares e não militares – para promover seus interesses e mitigar a oposição de outros países.³⁹ (USA, 2019, p. ii e 6)

A política de defesa da China, enquanto rejeita reproduzir atos imperialistas como os que outras grandes potências lhe impuseram no passado, reforça a determinação em garantir sua capacidade de resposta a ameaças. Sob a afirmação de que “nunca atacaremos, a menos que sejamos atacados. Mas certamente responderemos se formos atacados”⁴⁰, o país fortalece suas forças armadas a passos firmes. (CHINA, 2019, p. 8)

O investimento nas forças armadas segue alinhado com o “sonho do rejuvenescimento nacional” de Xi Jinping, com o argumento de garantir a segurança e o desenvolvimento pacífico do país. A China reconhece a necessidade de modernização de suas forças, atribuindo em sua política nacional de defesa, de 2019, os seguintes objetivos estratégicos de desenvolvimento: ter suas forças mecanizadas até 2020, com grande aumento de sua informatização e

³⁹ *In the Indo-Pacific region, China depicts itself as pursuing a peaceful development strategy and identifies the United States as the dominant regional actor that intends to contain China's rise. At the same time, China portrays itself as resolute in defending its territorial interests. [...]*

China seeks to secure its objectives without jeopardizing the regional stability that remains critical to the economic development that has helped the CCP maintain its monopoly on power. However, China's leaders employ tactics [...] to pursue China's strategic objectives through activities calculated to fall below the threshold of provoking armed conflict with the United States, its allies and partners, or others in the Indo-Pacific region. [...] China is also willing to employ coercive measures – both military and nonmilitary – to advance its interests and mitigate opposition from other countries. (Texto original em inglês)

⁴⁰ *[...] we will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked. (Texto original em inglês)*

desenvolvimento de capacidades estratégicas; até 2035 ter feito grande avanço na sua teoria militar e doutrina de emprego, e alcançado um nível de modernização de seus armamentos e equipamentos compatível com a modernização do resto do país; e até a metade do século ter elevado suas forças armadas ao nível das maiores potências mundiais. (CHINA, 2019, p. 8-10)

Para fortalecer a capacidade de defesa e as forças armadas da China na nova era, é imperativo implementar de maneira abrangente o pensamento de Xi Jinping sobre o fortalecimento das forças armadas, cumprir completamente o pensamento de Xi Jinping sobre estratégia militar, continuar a aumentar a lealdade política das forças armadas, fortalecê-las através de reformas e tecnologia, conduzi-las de acordo com a lei e com o foco na capacidade de lutar e vencer.⁴¹ (CHINA, 2019, p. 9)

2.2 O PLA no pós-Guerra Fria

O poder militar e de defesa chinês é organizado sob o órgão chamado *Central Military Commission*⁴² (CMC), subordinado diretamente ao Partido Comunista Chinês. Esse órgão, que concentra todo o poder militar do país, vem sofrendo profunda reestruturação ao longo do governo de Xi Jinping, como apresentado no Livro Branco de defesa chinês: “A reforma no tamanho, estrutura e composição da força é um passo essencial para otimizar a estrutura organizacional militar e estabelecer uma estrutura militar moderna com características chinesas.”⁴³ (CHINA, 2019, p. 18)

As forças armadas chinesas são o PLA, o Exército Popular de Libertação. Como o próprio nome pode sugerir, foram criados e por muito tempo existiram eixadas nas forças terrestres. Boa parte da reestruturação do CMC visa a equilibrar a importância das diferentes forças singulares, permitindo maior interação entre elas, e facilitando operações conjuntas⁴⁴. (CHINA, 2019, p. 16)

As forças singulares do PLA eram quatro: PLA *Army*, o exército – forças terrestres; PLA *Navy*, a marinha; PLA *Air Force*, a força aérea; e PLA *Second Artillery*, a segunda artilharia – força de mísseis e foguetes. (CHINA, 2019, p. 16-17)

⁴¹ *To strengthen China's national defense and military in the new era, it is imperative to comprehensively implement Xi Jinping's thinking on strengthening the military, thoroughly deliver on Xi Jinping's thinking on military strategy, continue to enhance the political loyalty of the armed forces, strengthen them through reform and technology, run them in accordance with the law, and focus on the capabilities to fight and win.* (Texto original em inglês)

⁴² Comissão Militar Central. (Tradução livre do autor deste trabalho)

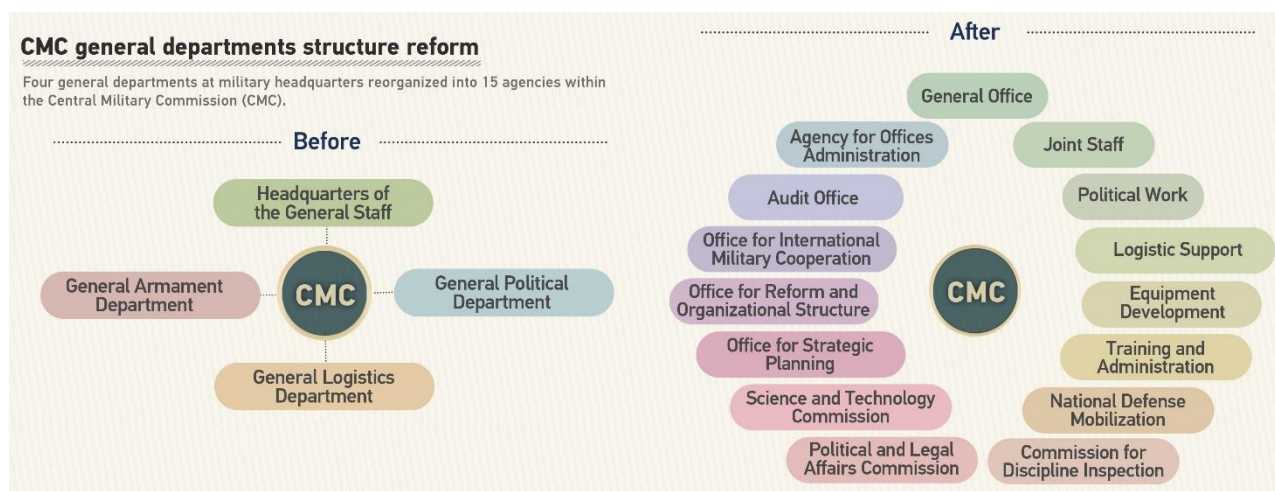
⁴³ Reform in size, structure and force composition is a pivotal step to optimizing military organizational structure and establishing a modern military force structure with Chinese characteristics. (Texto original em inglês)

⁴⁴ “Operação Conjunta – Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 190)

Na estrutura original, o CMC possuía apenas quatro departamentos subordinados: o Estado-maior⁴⁵ Geral, Departamento Político, Departamento de Logística e Departamento de Armamentos⁴⁶. Esses quatro departamentos coordenavam todas as atividades operacionais e administrativas das forças. Eram estruturas tão centralizadas na força terrestre, que o Estado-maior Geral do CMC era o próprio órgão de comando do PLA *Army*, enquanto as outras três forças singulares possuíam seus próprios comandos, subordinados – num segundo nível – a essa estrutura. (CHINA, 2019, p. 16)

Essa organização foi completamente refeita. Diversas atividades, antes coordenadas pelos departamentos, passaram à subordinação direta ao CMC, que passou a ter 15 órgãos sob sua liderança central – entre eles um Estado-maior Conjunto. “Assim, as cadeias de comando, desenvolvimento, gerenciamento e supervisão são mais simplificadas e as responsabilidades de tomada de decisão, planejamento, execução e avaliação são delegadas mais adequadamente.”⁴⁷ (CHINA, 2019, p. 16)

Figura 1 – Reestruturação do CMC



Fonte: LIU, 2019

A divisão territorial das forças também foi refeita. Anteriormente o território era dividido em sete Regiões Militares, que gerenciavam essencialmente as forças terrestres, enquanto as outras forças eram ligadas a essas regiões de forma administrativa. A nova estrutura

⁴⁵ “Estado-maior – Órgão composto de pessoal militar qualificado, que tem por finalidade assessorar o comandante no exercício do comando.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 108)

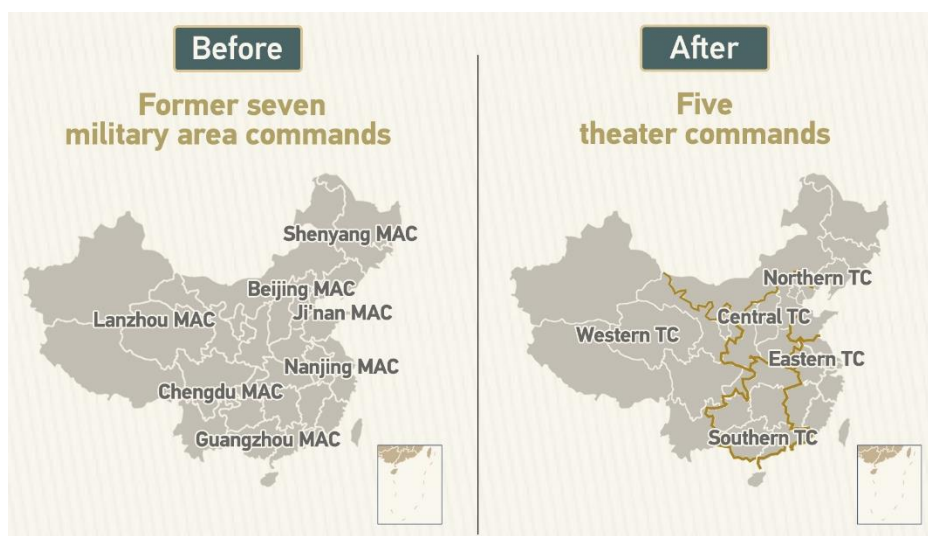
⁴⁶ *General Staff Headquarters, General Political Department, General Logistics Department e General Armaments Department.* (Tradução livre do autor deste trabalho)

⁴⁷ *Thus, the chains of command, development, management and supervision are more streamlined, and the responsibilities of decision-making, planning, execution and assessment are more properly delegated.* (Texto original em inglês)

divide o território chinês em cinco Comandos de Teatro⁴⁸: Norte, Sul, Leste, Oeste e Central. As forças singulares agora possuem seus meios e pessoal operacionalmente subordinados aos respectivos Comandos de Teatro. Esse sistema favorece o planejamento e a execução de Operações Conjuntas, uma vez que o “CMC exerce a liderança geral, e os [Comando de Teatros] são responsáveis pelas operações”⁴⁹ de todas as forças. (CHINA, 2019, p. 16)

Figura 2 – Reorganização territorial das forças

Fonte: LIU, 2019



Também houve uma marcante reestruturação nas forças singulares. O PLA *Army* ganhou um comando próprio, passando a ser estruturalmente equivalente às demais forças. Está dividido entre os cinco Comandos de Teatro, com a responsabilidade pela defesa das fronteiras e defesa de costa. (Liu, 2019)

A PLA *Air Force* também está dividida pelos cinco Comandos de Teatro, com a responsabilidade sobre a aviação, as operações aeroterrestres⁵⁰, a defesa antiaérea⁵¹ e os sistemas de radares de vigilância do espaço aéreo. (Liu, 2019)

⁴⁸ *Theater Commands* (Texto original em inglês). O termo teatro está ligado ao conceito de “Teatro de Guerra – Todo o espaço geográfico – terrestre, marítimo e aéreo – que seja ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 265)

⁴⁹ [...] *the CMC exercising overall leadership, the TCs responsible for military operations* [...]. (Texto original em inglês)

⁵⁰ “Operação aeroterrestre – Operação relacionada com o movimento aéreo e a introdução de forças de combate, com seus respectivos apoios, por meio de aterragem das aeronaves ou por meio de lançamento aéreo com paraquedas, em uma determinada área [...]”. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 189)

⁵¹ “Defesa antiaérea – Ações de defesa aeroespacial ativa, desencadeadas da superfície, visando impedir, anular ou neutralizar a ação de vetores aéreos hostis, tripulados ou não.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 84)

A PLA Navy está dividida entre os Comandos de Teatro Norte, Sul e Leste. Engloba os meios navais de superfície, os submarinos, a aviação naval e os fuzileiros navais, e também possui responsabilidade pela defesa de costa. (Liu, 2019)

A PLA *Second Artillery* foi renomeada como PLA *Rocket Force*⁵². Diferentemente das anteriores – por sua importância estratégica – apenas seus meios convencionais estão operacionalmente subordinados aos Comandos de Teatro, enquanto o emprego dos meios nucleares está sob o poder direto do CMC. (CHINA, 2019, p. 20-21)

Duas novas forças foram criadas dentro da estrutura do PLA. A primeira delas é a PLA *Strategic Support Force*⁵³, operacionalmente subordinada ao CMC. Muitos documentos oficiais chineses ainda são vagos sobre esta que seria “um novo tipo de força de combate para salvaguardar a segurança nacional [...]. Inclui forças de apoio para o campo de batalha, informações, comunicações, segurança da informação e testes de novas tecnologias”⁵⁴ (CHINA, 2019, p. 22). Alguns discursos oficiais, no entanto, revelam que esta força traria à China a capacidade de “enfrentar os desafios não apenas da guerra tradicional, mas também da nova guerra, centrada nas novas tecnologias”⁵⁵, incluindo a segurança cibernética e espacial. (DONG, 2016)

A outra força recém-criada é a PLA *Joint Logistics Support Force*⁵⁶. Uma força para coordenar o apoio logístico nos níveis estratégico e operacional⁵⁷, reduzindo as redundâncias nas operações conjuntas e tornando esse apoio mais eficiente. (CHINA, 2019, P. 22)

Outro ponto importante sobre reestruturação das forças armadas chinesas é que, em 2015, elas sofreram um corte de 300.000 militares. Redução no efetivo militar chinês não é algo novo. Na década de 1970 a China possuía mais de 6 milhões de militares no serviço ativo. O número foi reduzido para 3 milhões até o final da década de 1980, 2,3 milhões em 2005, e um total de 2 milhões atualmente (LIU, 2019). Segundo o Livro Branco de defesa, a ideia é

⁵² Força de Foguetes. (Tradução livre do autor deste trabalho)

⁵³ Força Estratégica de Apoio. (Tradução livre do autor deste trabalho)

⁵⁴ [...] *a new type of combat force for safeguarding national security [...]. It comprises supporting forces for battlefield environment, information, communications, information security, and new technology testing.* (Texto original em inglês)

⁵⁵ [...] *meet the challenges of not only traditional warfare but also of new warfare centered on new technology.* (Texto original em inglês)

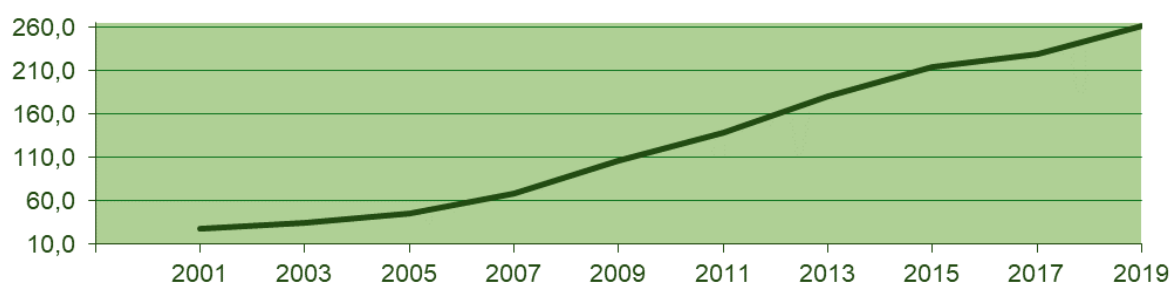
⁵⁶ Força Conjunta de Apoio Logístico. (Tradução livre do autor deste trabalho)

⁵⁷ “Nível estratégico - Nível [...] em que são formuladas as possíveis soluções estratégicas para o problema político para o emprego das forças em operação.
Nível operacional - Nível que compreende o planejamento militar e a condução das operações requeridas pela guerra, em conformidade com a linha estratégica estabelecida.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 182)

“transformar de um modelo de quantidade para um modelo de qualidade e eficiência, assim como de um modelo centrado em pessoal para um centrado em ciência e tecnologia.”⁵⁸ De fato, o que aconteceu foi uma significativa redução no efetivo do PLA *Army* – passando à inédita marca de menos de 50% do efetivo total do PLA –, e um aumento no efetivo da PLA *Navy* e PLA *Rocket Force*. (CHINA, 2019, p. 18-19)

A China é atualmente o segundo país do mundo em gastos militares, atrás apenas dos Estados Unidos. Teria gastado o equivalente a 261 bilhões de dólares em 2019, o que equivale a 14% de todos os gastos militares mundiais. A China tem aumentado seus gastos militares, em valores absolutos, ininterruptamente desde 1994. Um aumento de 5,1% de 2018 para 2019. Comparando os gastos de 2019 e 2010, o aumento foi de 85%. (NAN, 2020, p. 2-3)

Gráfico 1 – Gastos militares chineses (expressos em bilhões de dólares)

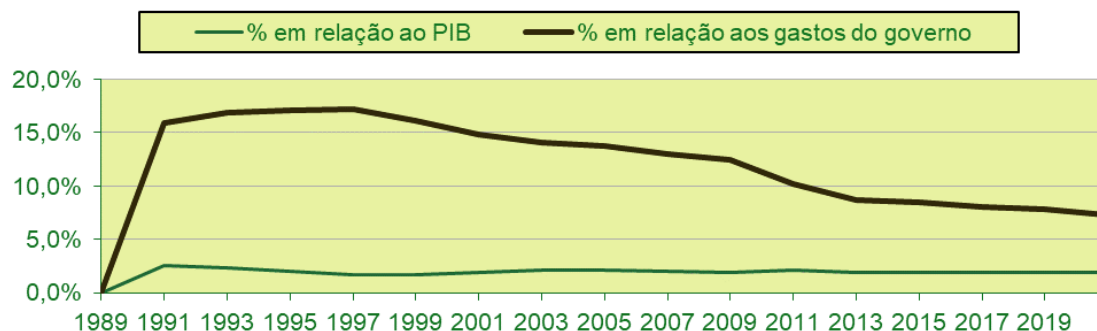


Fonte: Gráfico criado pelo autor do trabalho, com dados do SIPRI, 2020

O Livro Branco de defesa chinês aborda a questão dos gastos militares, mas com um ponto de vista que busca dissipar a imagem da China como uma ameaça às outras nações. Segundo eles, o crescimento dos gastos militares apenas tem acompanhado o crescimento da economia do país (CHINA, 2019, p. 26). Essa afirmação toma por base o fato de que a proporção de tais gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) tem se mantido próxima de 2% há quase três décadas. Além disso, a proporção dos gastos militares chineses em relação ao total dos gastos do governo tem diminuído gradualmente ao longo dos anos. (SIPRI, 2020)

⁵⁸ [...] *to transform from a quantity-and-scale model to that of quality and efficiency, as well as from being personnel-intensive to one that is [science and technology]-intensive.* (Texto original em inglês)

Gráfico 2 – Proporção dos gastos militares em relação ao PIB e em relação ao total de gastos do governo



Fonte: Gráfico criado pelo autor do trabalho, com dados do SIPRI, 2020

2.3 O Poder Naval chinês

A Doutrina Militar Naval brasileira caracteriza o Poder Naval como o elemento militar do poder marítimo de um país. Segundo o documento, “de uma maneira geral, os países marítimos possuidores de litoral extenso, de rede fluvial apreciável [...], dependem das navegações em mar aberto e nas águas interiores, essenciais para o desenvolvimento econômico” (MARINHA DO BRASIL, 2017, p. 16-17⁵⁹).

A China, que possui mais de 18.000 km de extensão de litoral e complexas questões de segurança marítima (CHINA, 2019, p. 11), demonstra o entendimento da importância do seu Poder Naval. Isso tem se mostrado de forma ainda mais clara ao longo do governo de Xi Jinping. Em seu discurso no 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, afirmou: “Buscaremos o desenvolvimento terrestre e marinho coordenado e intensificaremos os esforços para transformar a China em um forte país marítimo”⁶⁰ (2017, p. 29). Outro documento publicado durante seu governo, a Estratégia Militar da China⁶¹, aborda a questão:

A mentalidade tradicional de que a terra supera o mar deve ser abandonada, e é necessário atribuir grande importância à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos. É necessário que a China desenvolva uma estrutura moderna de força militar marítima proporcional aos seus interesses nacionais de segurança e desenvolvimento, proteja sua soberania nacional e direitos e interesses marítimos, proteja a segurança das [linhas de comunicação marítima] estratégicas e interesses ultramarinos e participe da cooperação marítima internacional, para garantir

⁵⁹ Os manuais da Marinha do Brasil citados neste trabalho utilizam numeração de páginas por capítulos. Na citação em questão as páginas do manual são 1-4 e 1-5. Foi decisão do autor deste trabalho utilizar numeração corrida para as citações desses manuais.

⁶⁰ *We will pursue coordinated land and marine development, and step up efforts to build China into a strong maritime country.* (Texto original em inglês)

⁶¹ *China Military Strategy.* (Tradução livre do autor deste trabalho)

apoio estratégico ao seu desenvolvimento como uma potência marítima.⁶² (CHINA, 2015, p. 16)

O principal representante do Poder Naval chinês é a PLA Navy, que é hoje a maior marinha de toda a Ásia, com mais de 300 navios de guerra, incluindo os submarinos e navios de apoio. A China tem dedicado muita atenção ao desenvolvimento e modernização da sua marinha, o que demonstra sua busca crescente por domínio marítimo. “A PLA Navy vem substituindo rapidamente seus navios obsoletos, geralmente os de único propósito, por navios de guerra maiores e de múltiplo emprego, com avançados armamentos e sensores antinavio, antiaéreos e antissubmarino.”⁶³ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 63)

A economia chinesa depende fortemente do comércio marítimo, por esse motivo a PLA Navy tem assumido um papel cada vez mais decisivo em muitos dos principais desafios de segurança da China. “Hoje, o foco principal das operações, treinamento e planejamento da PLA Navy permanece nos mares próximos⁶⁴, onde a China enfrenta disputas de soberania sobre várias ilhas, [...] águas territoriais e direitos marítimos associados”⁶⁵ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 64-65).

No entanto, a China tem apresentado uma estratégia mais ampla de emprego e influência: “[...] a PLA Navy mudará gradualmente seu foco da ‘defesa dos mares próximos’ para a combinação da ‘defesa dos mares próximos’ com ‘proteção de mar aberto’ e construirá uma estrutura combinada, multifuncional e eficiente da força de combate marítimo”⁶⁶ (CHINA, 2015, p. 14). Esse conceito “estende a esfera de operações marítimas da China para além da Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas⁶⁷ e para o alto-mar.”⁶⁸ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 64)

⁶² 必须突破重陆轻海的传统思维，高度重视经略海洋、维护海权。建设与国家安全和利益相适应的现代海上军事力量体系，维护国家主权和海洋权益，维护战略通道和海外利益安全，参与海洋国际合作，为建设海洋强国提供战略支撑. (Texto original em chinês)

⁶³ The PLAN is rapidly replacing obsolescent, generally single-purpose ships in favor of larger, multirole combatants with advanced antiship, antiair, and antisubmarine weapons and sensors. (Texto original em inglês)

⁶⁴ “Near seas” – o termo refere-se ao Mar Amarelo, ao Mar da China Oriental e ao Mar do Sul da China. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 63)

⁶⁵ Today the PLAN’s primary operational, training, and planning focus remains in the near seas, where China faces sovereignty disputes over various islands, [...] territorial waters, and associated maritime rights. (Texto original em inglês)

⁶⁶ 海军按照近海防御、远海护卫的战略要求，防御与远海护卫型结合逐步实现近海防御型向近海转变，构建合成、多能、高效的海上作战力量体系. (Texto original em chinês)

⁶⁷ “First and second island chains”. (Ver apêndice A)

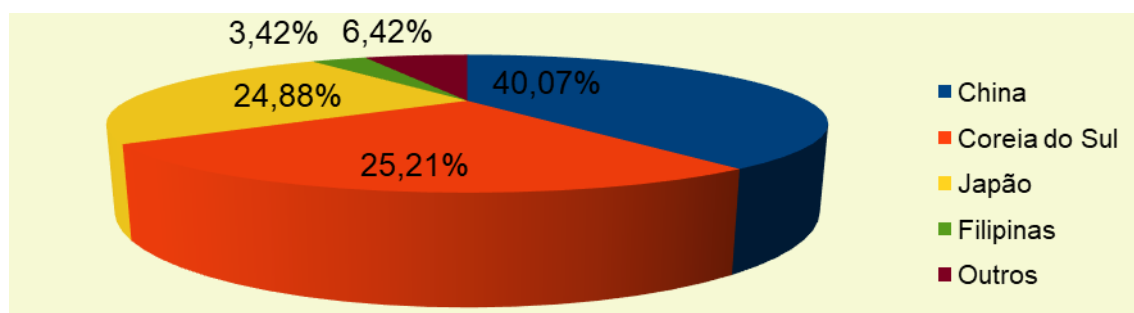
⁶⁸ [...] extends China’s maritime sphere of operations beyond the first and second island chains and into the high seas [...]. (Texto original em inglês)

A capacidade da marinha chinesa de realizar missões – particularmente a capacidade de combater – além dos mares próximos ainda é limitada, mas vem sendo desenvolvida rapidamente ao longo dos anos. “A PLA Navy continua a se tornar uma força global, estendendo gradualmente seu alcance operacional além do leste da Ásia, com uma capacidade sustentável de operar em distâncias cada vez maiores”⁶⁹ (USA, 2019, p. 59-60). Estima-se que quaisquer dessas limitações operacionais e logísticas em breve sejam superadas.

As modernas plataformas navais da China incluem mísseis avançados e recursos tecnológicos que fortalecerão as principais competências de combate da força e permitirão operações de combate críveis além do alcance das defesas terrestres. A expansão das operações navais além da vizinhança imediata da China fornecerá um conjunto diversificado de recursos para atingir alvos nas regiões do Pacífico e Oceano Índico, além de melhorar as capacidades defensivas – como exercer o controle das [linhas de comunicação marítima]. O aprimoramento das capacidades de alto-mar ampliará a segurança marítima da China para proteger os interesses nos mares próximos e nos mares distantes de maneira mais eficaz.⁷⁰ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 36)

Um sinal da capacidade chinesa de desenvolver sua marinha e seus meios navais é que o país é hoje o maior construtor mundial de navios, em tonelagem. Foi responsável por pouco mais de 40% de toda a produção mundial no ano de 2018. Muito à frente do segundo lugar, a Coreia do Sul, que produziu pouco mais de 25% da produção mundial. (SHIPS, 2020)

Gráfico 3: Construção de navios no ano de 2018, por tonelagem



Fonte: Gráfico criado pelo autor do trabalho, com dados do SHIPS, 2020

⁶⁹ *The PLAN continues to develop into a global force, gradually extending its operational reach beyond East Asia into a sustained ability to operate at increasingly longer ranges.* (Texto original em inglês)

⁷⁰ *Separately, China's modern naval platforms include advanced missile and technological capabilities that will strengthen the force's core warfighting competencies and enable credible combat operations beyond the reaches of land-based defenses. The expansion of naval operations beyond China's immediate vicinity will provide China with a diverse set of capabilities for striking targets across the Pacific and Indian Ocean regions, in addition to improving defensive capabilities such as exercising control of SLOCs. Improving bluewater capabilities will extend China's maritime security buffer to protect China's near- and far-seas interests more effectively.* (Texto original em inglês)

Com relação aos navios de guerra, a China produz domesticamente diversos tipos de meios navais – incluindo submarinos e navios anfíbios⁷¹. Dominam a produção “das turbinas a gás e motores a diesel de seus navios, bem como o armamento naval e os sistemas eletrônicos, sendo quase autossuficiente em todos os componentes da construção naval.”⁷² (USA, 2019, p. 98)

A China possuía, até 2019, um total de 10 submarinos de propulsão nuclear, sendo quatro com capacidade de lançamento de mísseis balísticos e os outros seis, submarinos de ataque⁷³. Além disso, possui ainda 50 submarinos convencionais – de propulsão diesel elétrica –, sendo 12 deles da classe *KILO*, comprados da Rússia entre as décadas de 1990 e 2000. A maioria dos submarinos convencionais chineses são capazes de lançar mísseis antinavio, podendo destruir meios navais de superfície a mais de 220 km de distância. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 72)

Os submarinos de propulsão nuclear com capacidade de lançar mísseis balísticos são os da classe *JIN* (*Type 094*), de fabricação chinesa. Os mísseis que eles utilizam são do modelo JL-2, também chinês. Esses mísseis podem transportar ogivas nucleares e seriam capazes de atingir alvos na porção continental dos Estados Unidos, a partir de posições próximas à costa chinesa. A combinação dos submarinos classe *JIN* com os mísseis JL-2 garantem à China, pela primeira vez, uma ferramenta de dissuasão nuclear a partir do mar e uma maior capacidade de resposta a um possível ataque nuclear. Supostamente a China precisaria ter no mínimo cinco submarinos classe *JIN* em atividade para garantir uma permanente capacidade de dissuasão a partir do mar (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 73). Em abril de 2020, em comemoração ao 71º aniversário da PLA Navy, a China anunciou a incorporação de mais dois submarinos da classe *JIN*, alcançando um total de seis desses meios em sua frota. (SUCIU, 2020)

Com relação aos navios de combate de superfície, desde o final da década de 1990, a marinha chinesa tem investido cada vez mais na produção de meios com maior capacidade de operação longe da costa. Além disso, desde o início da década de 2010, vem substituindo seus

⁷¹ São aqueles navios cuja finalidade é “efetuar o desembarque ou a retirada de uma força terrestre em um ponto do litoral defendido ou atacado pelo inimigo.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 28)

⁷² [...] *naval gas turbine and diesel engines as well as shipboard weapons and electronic systems, making it nearly self-sufficient for all shipbuilding components.* (Texto original em inglês)

⁷³ Os submarinos são classificados como convencionais, caso dotados de propulsão diesel-elétrica ou propulsão independente do ar atmosférico, ou nucleares, caso dotados de sistemas de propulsão nuclear (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 261). Os submarinos de propulsão nuclear possuem autonomia para deslocamento e capacidade de permanecerem submersos muito maior do que os convencionais.

navios importados da Rússia, por meios modernos de múltiplo emprego, projetados e construídos na China e equipados com armamentos e sensores chineses. “O avanço tecnológico da China nos projetos navais começou a se equiparar e, em alguns casos, superar o de outras marinhas modernas.”⁷⁴ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 69-70)

Esses navios de combate de superfície são plataformas capazes de realizar combate antinavio, antissubmarino, ataques a alvos em terra e defesa antiaérea. Até o ano de 2019 a marinha chinesa possuía mais de 129 desses meios em atividade. Os maiores e mais modernos modelos dessa categoria de navios são os cruzadores da classe *RENHAI* (Type 055). Apenas um navio dessa classe está atualmente em operação, outros três em fases de testes e diversos mais em diferentes estágios de construção. O modelo de navios imediatamente menor do que os cruzadores é o dos contratorpedeiros – que a PLA Navy possui mais de 30. Seus mais modernos contratorpedeiros são os da classe *LUYANG* III (Type 052). Os cruzadores *RENHAI* e os contratorpedeiros *LUYANG* III possuem sistema de lançamento vertical de mísseis de munição variada, podendo lançar os modernos mísseis antissuperfície⁷⁵ YJ-18 – alcance de 537 km – e os mísseis antiaéreos HHQ-9 – alcance de 101 km –, além de mísseis antissubmarino. Todos estes, armamentos de fabricação chinesa. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 70)

A China também possui mais de 50 fragatas. São navios menores do que os contratorpedeiros e um pouco restritos na quantidade de armamentos, mas ainda capazes de realizar grande variedade de missões de combate e escolta. A principal classe de fragatas é a *JIANGKAI* II (Type 054), com quase 30 unidades atualmente em operação. São equipadas com os mísseis antissuperfície YJ-83 – alcance de 120 km –, mísseis antiaéreos HHQ-16 – alcance de 35 a 70 km – e armamento antissubmarino. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 70)

A marinha chinesa possui, também, mais de 40 corvetas em atividade, com muitas outras em construção. Uma corveta é um navio menor do que uma fragata e, apesar de mais limitado a operações perto da costa, também possui múltiplo emprego. Quase todas as corvetas chinesas são da classe *JIANGDAO* (Type 056), equipadas com mísseis antissuperfície YJ-83, mísseis antiaéreos de curto alcance e torpedos. Algumas corvetas dessa classe foram construídas,

⁷⁴ *China's technological advancement in naval design has begun to approach a level commensurate with, and in some cases exceeding, that of other modern navies.* (Texto original em inglês)

⁷⁵ Pode ser empregado contra navios ou alvos em terra.

armadas e equipadas com sensores específicos para o combate antissubmarino. (USA, 2019, p. 36-37)

Por fim, a marinha chinesa possui mais de 80 embarcações de patrulha com capacidade de lançamento de mísseis. São embarcações pequenas e velozes, para atuação próxima da costa, mas equipadas com armamentos de alta capacidade. A principal classe dessa categoria é a *HOUBEI (Type 022)*, equipada com o mesmo míssil antissuperfície das fragatas e corvetas. (USA, 2019, p. 37)

Outro meio de extrema importância para qualquer potência naval moderna é o navio-aeródromo. A China entrou na seleta lista de países possuidores de um desses navios em 2012, quando incorporou o CNS *Liaoning*, comprado da Ucrânia (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 75). Em dezembro de 2019 a marinha chinesa deu mais um passo ao incorporar o CNS *Shandong*, o primeiro navio-aeródromo totalmente projetado e construído pela China. O CNS *Shandong* é bastante inspirado no CNS *Liaoning*. Ambos os navios são de propulsão convencional e possuem lançamento das aeronaves por rampa. (DONG, 2019)

Em 2018 a China iniciou a construção do seu segundo navio-aeródromo de projeto nacional. Será um navio ainda maior e terá um sistema de catapulta⁷⁶ para decolagem das aeronaves. Esse sistema permite o lançamento de aeronaves de maior peso ou carregadas com mais armamentos. Dessa forma o navio também poderá lançar meios aéreos especializados, como aeronaves de alarme aéreo antecipado⁷⁷. Estima-se que esse navio-aeródromo estará pronto e operacional em 2022. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 76)

O desenvolvimento desses navios-aeródromo marca uma nova era para a aviação naval chinesa. Aproveitando o desenvolvimento da PLA *Air Force*, a PLA *Navy* tem substituído suas antigas aeronaves de fabricação russa por modelos modernos projetados e construídos na China. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 73-74)

A marinha chinesa conta hoje com aeronaves para as mais variadas missões. Entre as de asa fixa estão: os aviões de caça J-10A e J-11B para interceptação de aeronaves; os bombardeiros JH-7 e H-6 para ataques a alvos em terra ou no mar – este último com algumas

⁷⁶ O sistema de catapulta traciona a aeronave durante a decolagem, acelerando-a e permitindo que alcance a velocidade de decolagem numa pista mais curta.

⁷⁷ “Aeronave de alarme aéreo antecipado – Aeronave equipada com recursos de detecção radar, controle e transmissão de informações e dados utilizados no controle de operações aéreas militares.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 22)

unidades adaptadas para transporte de combustível e realização de reabastecimento em voo; as aeronaves Y-8 e Y9 ASW para missões de alarme aéreo antecipado; e os AG-600 – maiores hidroaviões do mundo –, capazes de realizar missões de busca e salvamento, transportando até 50 passageiros. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 74-75)

Além disso possui três modelos principais de helicópteros em operação: os Z-9C, capazes de operar no convés de voo de qualquer navio da marinha chinesa, podendo ser adaptados com sonares e torpedos para combate antissubmarino; os Z-8/Z-18, de maior porte, utilizados principalmente para transporte; e os Ka-28/Ka-31 russos, adaptados para combate antissubmarino ou alarme aéreo antecipado. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 73-77)

Além dos citados navios de combate, a China tem construído navios de apoio para as mais variadas finalidades. São navios de inteligência e levantamento acústico, navios de socorro submarino, navios hospitais e navios-tanque. Estes últimos realizam o reabastecimento de combustível de uma força-tarefa no mar, o que possibilita operações de maior duração e a grandes distâncias da costa. A marinha chinesa possui atualmente 10 navios-tanque em operação, além de outros em construção. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 71-72)

Outra categoria de meios navais na qual a China tem investido esforços são os navios anfíbios. Na década de 1970 iniciou a construção de seus primeiros navios de desembarque de carros de combate⁷⁸ totalmente projetados no país. (HUANG, 2020a). Mas desde o início da década de 2000, novos e mais modernos meios vêm sendo construídos, ampliando significativamente a capacidade da marinha chinesa de projetar poder do mar para terra. Até 2019 a marinha chinesa possuía 59 navios anfíbios em operação. (USA, 2019, p. 116)

Desde 2005, a China construiu seis navios de desembarque doca⁷⁹ da classe *YUZHAO* (Type 071). Trata-se de navios de grande porte e grande autonomia, capazes de transportar viaturas anfíbias, embarcações de desembarque, tropas e pequena quantidade de helicópteros.

⁷⁸ “Navio de desembarque de carros de combate – Navio [...] apropriado para abicar em praia e desembarcar carros de combate, viaturas ou uma combinação de tropas e suprimentos, através de rampa móvel na proa.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 179)

⁷⁹ “Navio de desembarque doca – Navio similar a um dique flutuante, com propulsão própria, que, por alagamento dos tanques de lastro e aberturas de portas na popa, permite o desembarque no mar de carros lagarta anfíbios e embarcações de desembarque.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 180)

Outros navios da classe *YUZHAO* estão atualmente em construção. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 70)

A mais nova geração de navios anfíbios chineses está em produção, com dois navios já lançados ao mar, respectivamente em setembro de 2019 e abril de 2020, e atualmente em fase de testes. Trata-se dos porta-helicópteros multipropósito da classe *YUSHEN* (*Type 075*). Esses navios, além de maiores e com maior capacidade de transporte de pessoal, embarcações e viaturas, possuem um convés de voo integral, o que permite o lançamento de diversos helicópteros simultaneamente. Os navios da classe *YUSHEN* possibilitarão a projeção de grandes forças de desembarque pelo mar e pelo ar, ampliando a capacidade chinesa de conduzir operações anfíbias de larga escala. (WANG, 2020b)

A força terrestre da marinha chinesa é o *PLA Navy Marine Corps* – os fuzileiros navais. São a tropa vocacionada para a realização de desembarques, projetando poder do mar para a terra. Cumprem tarefas como “a conquista e consolidação de cabeças de praia⁸⁰, destruindo forças hostis [...] e apoiando desembarques do *PLA Army*.” Também podem realizar infiltrações pelo mar, conquistar bases navais inimigas, portos e ilhas. A principal missão do *PLA Navy Marine Corps* “é realizar operações anfíbias [...] no Mar do Sul da China, incluindo nas cadeias de ilhas Paracel e Spratly, e potencialmente as ilhas Senkaku.” (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 79)

A força naval composta por fuzileiros navais embarcados nos navios anfíbios, combinados com os demais navios de combate e de apoio, além dos submarinos e meios aeronavais, possui:

[...] as condições apropriadas para a condução de ações em um amplo espectro de operações, atuando em cenários estratégicos de interesse, como vetor de pronta resposta a crises ou outras contingências. A possibilidade de exploração da liberdade de navegação, usando o mar como espaço de manobra, permite o posicionamento de forças navais nas proximidades de áreas críticas, [...] para intervir, quando e como necessário [...]. (MARINHA DO BRASIL, 2013, p. 21)

Além da vocação natural para operações anfíbias, o *PLA Navy Marine Corps* vem assumindo um caráter mais expedicionário⁸¹. Eles “já são a força de reação rápida do PLA”⁸²,

⁸⁰ “Cabeça de praia – Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos [...] da força de desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material [...]” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 53)

⁸¹ “A capacidade expedicionária [...] decorre da existência de uma tropa de pronto emprego, autossustentável e adequadamente aprestada para cumprir missões por tempo limitado, sob condições austeras e em área operacional distante de sua base.” (MARINHA DO BRASIL, 2013, p. 21)

⁸² [...] *already is designated a rapid-reaction force for the PLA* [...]. (Texto original em inglês)

e vêm sendo empregados em uma ampla variedade de missões. Têm participado de operações humanitárias em resposta a desastres naturais na China – particularmente inundações e terremotos – e missões contra pirataria no golfo de Áden, além de terem sido a tropa escolhida para guarnecer a primeira base militar chinesa em território estrangeiro – no Djibuti –, “refletindo o crescente papel do PLA *Navy Marine Corps* nas forças armadas da China.”⁸³ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 80)

Muitas das tarefas atribuídas às forças armadas no Livro Branco são ideais para o PLA *Navy Marine Corps*, incluindo a garantia das reivindicações de soberania chinesa, salvaguardando a segurança e os interesses da China “em novos domínios”, salvaguardando a segurança dos interesses da China no exterior e executando tarefas como resgate de emergência e ajuda em desastres, proteção de direitos e interesses, e serviços de guarda.⁸⁴ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 80)

Esse aumento de importância é refletido no recente aumento de efetivo do PLA *Navy Marine Corps*. Anteriormente composto por duas brigadas⁸⁵ – aproximadamente 10.000 militares –, hoje possui sete brigadas – entre 28.000 e 35.000 militares –, distribuídas pelos Comandos de Teatro Norte, Sul e Leste. “É a força anfíbia mais capaz dentre qualquer dos requerentes ao Mar do Sul da China.”⁸⁶ (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 80-82). A China planeja “aumentar o tamanho do PLA *Navy Marine Corps* [...] para 100.000 homens, para proteger as [linhas de comunicação marítima] do país e seus interesses crescentes no exterior.”⁸⁷ (MINNIE, 2017).

O PLA *Navy Marine Corps* utiliza, como principais meios de desembarque de tropas: a viatura anfíbia de combate de infantaria, ZBD-05, que transporta até oito passageiros, mais a tripulação; e a embarcação de desembarque sobre colchão de ar da classe *YUYI* (Type 726), que transporta até 60 militares. Outros meios anfíbios de combate são: o carro de combate anfíbio, ZLT-05, equipado com canhão de 105 mm; e a peça de artilharia autopropulsada anfíbia de 122 mm, PLZ-07B. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 81-82)

⁸³ [...] reflecting the Marine Corps' growing role in China's military. (Texto original em inglês)

⁸⁴ Many of the tasks assigned to the armed forces in the white paper are ideally suited to the PLANMC, including ensuring Chinese sovereignty claims, safeguarding China's security and interests “in new domains,” safeguarding the security of China's interests overseas, and performing such tasks as emergency rescue and disaster relief, rights and interest protection, and guard duty. (Texto original em inglês)

⁸⁵ “Brigada – Grande Unidade básica de combinação de armas, integrada num conjunto equilibrado por unidade de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015. p. 50)

⁸⁶ It is the most capable amphibious force of any South China Sea claimant. (Texto original em inglês)

⁸⁷ China plans to increase the size of its Marine Corps [...] to 100,000 personnel to protect the nation's maritime lifelines and its growing interests overseas [...]. (Texto original em inglês)

Os meios anfíbios e terrestres do PLA *Navy Marine Corps*, ainda não são plenamente adequados – em quantidade e características – para realização de operações anfíbias de larga escala. Eles ainda possuem uma quantidade muito reduzida de viaturas blindadas sobre rodas e carecem de adequado apoio de helicópteros para realizar grandes assaltos aéreos. (USA, 2019, p. 61)

Os exercícios militares realizados pela marinha chinesa têm crescido em complexidade e quantidade de meios e pessoal envolvido. Em 2018, a demonstração anual em comemoração ao aniversário da PLA *Navy*, para o presidente Xi Jinping, ocorreu ao sul da ilha Hainan, no Mar do Sul da China. O evento envolveu cerca de 50 navios de guerra, incluindo submarinos e o navio-aeródromo CNS *Liaoning*, além de mais de 75 aeronaves. Após a demonstração, boa parte dos navios seguiu um exercício militar no Mar das Filipinas, onde “as aeronaves J-15 embarcadas no CNS *Liaoning* conduziram operações aéreas pela primeira vez fora da Primeira Cadeia de Ilhas.”⁸⁸ (USA, 2019, p. 22-23)

A demonstração para o presidente Xi Jinping, no aniversário da PLA *Navy*, um ano depois, incluiu também cerca de 20 navios de marinhas estrangeiras, entre elas Japão, Rússia, Singapura, Austrália, Índia, Tailândia e Vietnã (JOHNSON, 2019). A demonstração de aniversário em 2020 foi precedida por uma série de exercícios navais pelo país. A força-tarefa organizada ao redor do CNS *Liaoning* realizou diversos exercícios de ataque e defesa no Mar do Sul da China. O cruzador *Nanchang*, da classe RENHAI, realizou exercício de tiro real nas águas próximas à província de Shandong, no Mar da China Oriental. E o navio-aeródromo CNS *Shandong*, realizou exercícios no porto de Dalian, no nordeste da China. (WANG, 2020a)

Entre janeiro e fevereiro de 2020, a PLA *Navy* realizou um longo exercício naval além da Linha Internacional de Data, que cruza o meio do Pacífico e marca a divisão entre os hemisférios oriental e ocidental. Simbolicamente, a presença da marinha chinesa em operação além dessa linha representa a expansão do poder chinês sobre uma região que há muito tempo possuía os Estados Unidos como única força hegemônica. O exercício envolveu tiro com munição real, reabastecimento no mar, exercícios de resgate e exercícios de defesa antiaérea, demonstrando a capacidade da PLA *Navy* de estender as defesas chinesas muito além dos seus mares próximos. (HUANG, 2020b)

⁸⁸ [...] *Liaoning embarked J-15 fighters conducted flight operations for the first time outside the First Island Chain.* (Texto original em inglês)

No final de março de 2020, outro grande exercício foi realizado pela marinha chinesa no Mar do Sul da China, envolvendo navios de superfície, submarinos e aeronaves. Foram realizados treinamentos de defesa antiaérea, combate antinavio e antissubmarino, ataques contra alvos em terra e reabastecimento no mar. Esse exercício teria acontecido em resposta à constante presença de navios de guerra da marinha dos Estados Unidos no Mar do Sul da China. (CHEN, 2020)

Os exercícios ocorreram depois que os militares dos EUA enviaram navios de guerra e aviões para o Mar do Sul da China recentemente. Um contratorpedeiro norte-americano atravessou as águas territoriais da China nas ilhas Xisha em 10 de março. A força-tarefa do navio-aeródromo *Theodore Roosevelt* e uma força-tarefa anfíbia norte-americana realizaram exercícios conjuntos no Mar do Sul da China em 15 de março.⁸⁹ (CHEN, 2020)

O PLA *Navy Marine Corps* também tem buscado ampliar seus exercícios militares. Não apenas voltados para as operações anfíbias nas regiões insulares dos mares próximos à China, mas outros variados tipos de missão, em diferentes terrenos e climas, contribuindo para a consolidação do seu caráter expedicionário. (USA, 2019, p. 61)

Em 2016, centenas de fuzileiros navais chineses, com suas viaturas blindadas e peças de artilharia, realizaram exercícios de combate na província de Xinjiang. Trata-se de uma região de desertos e montanhas no extremo noroeste da China – fronteira com a Mongólia, Cazaquistão e Quirguistão –, com temperaturas que chegam a -15° C. As tropas empregadas deslocaram-se cerca de 6.000 km, no que foi o mais distante exercício militar realizado pelo PLA *Navy Marine Corps* até então. (ZHAO, 2016)

Em 2018, o PLA *Navy Marine Corps* empreendeu o maior exercício militar de sua história, envolvendo mais de 10.000 militares e centenas de viaturas. Realizado nas províncias de Yunnan – fronteira com Myanmar, Laos e Camboja – e Shandong – no litoral leste da China –, o exercício exigiu o deslocamento das tropas por mais de 2.000 km, através de navios, aviões, ferrovias e estradas. Um exercício dessa magnitude representa um esforço logístico que demonstra a crescente capacidade expedicionária dessa tropa. (HUANG, 2018)

A PLA *Navy* também vem intensificando seus exercícios com outras nações, em especial com os países na região do sudeste e leste asiático, como uma forma de estreitar laços

⁸⁹ *The drills came after the US military frequently sent warships and warplanes into the South China Sea recently. A US destroyer passed through China's territorial waters off the Xisha Islands on March 10, and the Theodore Roosevelt aircraft carrier strike group and the America amphibious assault ship expeditionary strike group conducted joint exercises in the South China Sea on March 15.* (Texto original em inglês)

e reduzir tensões. Em outubro de 2018 foi realizado o quarto Exercício Militar Combinado⁹⁰ de Paz e Amizade⁹¹, pelas marinhas da China, Malásia e Tailândia. A operação foi conduzida na região do estreito de Malaca e buscou “aprimorar a capacidade de responder conjuntamente a várias ameaças à segurança”⁹². Não envolveu apenas os meios navais, mas também tropas dos três países, que foram empregadas em treinamentos de combate e sobrevivência nas selvas da Malásia. (YAO, 2018)

Quase simultaneamente, a China participava de outro exercício naval combinado, o Exercício Marítimo China-ASEAN⁹³ 2018, envolvendo 10 países. Participaram do evento um contratorpedeiro, uma fragata e um navio-tanque da China, fragatas de Singapura, Tailândia e Vietnã, um navio patrulha de Brunei e um navio de apoio logístico das Filipinas. Além disso, havia observadores do Camboja, Indonésia, Malásia e Myanmar. (LI, 2018)

A presença da marinha e dos fuzileiros navais chineses em outras regiões do mundo segue o crescimento da influência do país como um ator global. Em 2016, navios da PLA Navy apoiaram as buscas e o resgate de sobreviventes da queda de um avião na costa do Vietnã. Em 2017, navios e equipes médicas apoiaram as operações de resposta às inundações que assolaram o Sri Lanka. Em 2018, o navio hospital da marinha chinesa, o *Ark Peace*, realizou uma missão de assistência hospitalar que passou por 11 países das Américas Central e Sul, onde atendeu mais de 50.000 pessoas. (CHINA, 2019, p. 46)

Além disso, para garantir a segurança das linhas de comunicação marítima que chegam à China, e para proteger o fluxo de comércio vindo do Mar Vermelho e suprimento de petróleo vindo do Oriente Médio, o país tem estendido sua presença pelo Oceano Índico. Desde 2008 a PLA Navy realiza missões contra pirataria no golfo de Áden, com navios e fuzileiros navais embarcados. Ao longo desse período, também tem realizado constante patrulhamento das rotas marítimas no Índico com seus submarinos. Desde 2016, oficialmente utilizam, também, submarinos nucleares nessas missões. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 51)

Em 2015, uma força-tarefa da PLA Navy realizou uma operação de evacuação de não combatentes no Iêmen, retirando “621 cidadãos chineses e 279 cidadãos de 15 outros países,

⁹⁰ “Operação combinada – Operação empreendida por elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, sob a responsabilidade de um comando único.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 190)

⁹¹ *Peace and Friendship Joint Military Exercise*. (Texto original em inglês)

⁹² [...] *enhance the ability to jointly respond to various security threats*. (Texto original em inglês)

⁹³ *Association of Southeast Asian Nations* – Associação de Nações do Sudeste Asiático.

incluindo Paquistão, Etiópia, Singapura, Itália, Polônia, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Índia e Japão.”⁹⁴ (CHINA, 2019, p. 15)

Em 2017, inauguraram uma base militar no Djibuti. A instalação é guarnecida por tropas do PLA *Navy Marine Corps* e visa a oferecer apoio logístico para as missões militares chinesas na região. Acredita-se que a China pretende aumentar sua influência com a instalação de novas bases militares em países com os quais tenha boas relações, e em regiões de interesse.⁹⁵ (USA, 2019, p. 28)

Existem outras ferramentas do Poder Naval chinês além da PLA *Navy*. Uma delas é a *China Coast Guard*, a guarda costeira chinesa. Anteriormente era uma organização descentralizada, com seus elementos subordinados às diversas províncias. Em 2018 foi agrupada sob um único comando, subordinado à *People's Armed Police*⁹⁶ (PAP), que é a força paramilitar para segurança e estabilidade doméstica da China. A PAP não é uma força singular do PLA, mas também está subordinada ao CMC. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 78)

A guarda costeira é responsável por uma série de missões relacionadas à proteção do direito marítimo, incluindo vigilância, proteção dos recursos pesqueiros e combate ao contrabando e a outros crimes. Possui em sua frota mais de 130 navios patrulha de mais de 1.000 toneladas. A maioria possui autonomia para permanecer longo tempo no mar, estrutura para operação com helicópteros e, até mesmo, armamento orgânico com calibres entre 30 mm e 76 mm. Ainda possuem mais de 70 navios patrulha de 500 toneladas e centenas de embarcações pequenas para patrulha costeira. São incomparavelmente a maior guarda costeira do mundo e possuem capacidade de atuar sobre toda a região de interesse chinesa nos mares próximos. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 78)

Por fim, existe a *People's Armed Forces Maritime Militia* (PAFMM) – a milícia marítima chinesa –, que é a parcela da reserva das forças armadas chinesas que pode ser

⁹⁴ [...] 621 Chinese citizens and 279 foreign citizens from 15 countries including Pakistan, Ethiopia, Singapore, Italy, Poland, Germany, Canada, the UK, India and Japan. (Texto original em inglês)

⁹⁵ Nota do autor: Não foi possível encontrar documentos oficiais ou notícias em veículos de imprensa de apoio chinês que confirmem essa especulação. No entanto é uma hipótese replicada por muitos órgãos, agências de análise e veículos de imprensa – particularmente os ocidentais. Além do relatório anual do Departamento de Defesa norte-americano ao Congresso, notícias da Al Jazeera cogitam o Paquistão como possível local para uma nova base militar chinesa, (USA, 2019, p. 16) (AL JAZEERA, 2019). O site de notícias britânico, The Guardian, considera também as opções de países no Oriente Médio ou no Pacífico (THE GUARDIAN, 2019). Outros veículos de imprensa especulam a possível criação de uma base chinesa no oceano Índico, na região das Maldivas (THE EURASIAN TIMES, 2020).

⁹⁶ Polícia Armada do Povo. (Tradução livre do autor deste trabalho)

mobilizada para atividades marítimas. A PAFMM não possui uma estrutura de comando central, sendo organizada nas vilas, cidades, pequenos distritos urbanos ou mesmo empresas privadas. É composta por civis que exercem atividades relacionadas ao mar, em muitos casos pescadores. Em situação de guerra ou de paz, quando requisitados pelo Estado chinês, podem cumprir tarefas de apoio à guarda costeira ou à PLA Navy, como “salvaguardar as reivindicações marítimas, proteger a pesca, fornecer apoio logístico, realizar busca e salvamento (SAR⁹⁷) e atividades de reconhecimento e vigilância”⁹⁸. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 79)

Antigamente eram utilizadas embarcações particulares – dos próprios membros da PAFMM ou de empresas privadas. Atualmente a China vem construindo uma frota estatal de barcos pesqueiros para serem usados pela PAFMM. Essas embarcações são construídas com casco reforçado e compartimento para eventual armazenamento de munição. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 79)

2.4 Considerações finais

A expansão do Poder Naval chinês revela a preocupação do país em ser capaz de projetar poder nos mares e a partir deles. A China possui os mais variados interesses nos mares – sejam próximos a seu litoral ou em regiões mais distantes do mundo – e uma região que sempre foi particularmente sensível para sua geopolítica é o Mar do Sul da China.

⁹⁷ *Search and Rescue* – Expressão “de uso internacional que significa o emprego de recursos disponíveis na prestação de auxílio à pessoa em perigo.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 248)

⁹⁸ [...] *safeguarding maritime claims, protecting fisheries, and providing logistic support, search and rescue (SAR), and surveillance and reconnaissance*. (Texto original em inglês)

3. O PODER NAVAL CHINÊS E A DINÂMICA GEOPOLÍTICA NO MAR DO SUL DA CHINA

Boa parte do comércio marítimo chinês depende do Mar do Sul da China. O interesse sobre a região também é compartilhado por diversos países – incluindo alguns de fora do sudeste asiático.

A China possui históricas reivindicações de soberania sobre a maior parte das ilhas e águas da região, o que é questionado por boa parte dos seus vizinhos. A construção de ilhas artificiais e sua militarização deixam clara a importância geopolítica do Mar do Sul da China.

3.1 A importância geopolítica do Mar do Sul da China

O Mar do Sul da China é a região marítima localizada entre os oceanos Índico e Pacífico, limitada por sete países: China, Vietnã, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei e Filipinas (ver Figura 3). Trata-se de um mar semifechado segundo o conceito definido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982: “mar rodeado por dois ou mais Estados e comunicando com outro mar ou com o oceano por uma saída estreita, ou formado inteira ou principalmente por mares territoriais e zonas econômicas exclusivas de dois ou mais Estados costeiros.”⁹⁹ (UNITED NATIONS, 1982, p. 67)

Com 3,5 milhões de quilômetros quadrados, é o terceiro maior mar do mundo, em área. Conecta-se a oeste com o Oceano Índico através do estreito de Malaca, e a noroeste com o Mar da China Oriental e o Oceano Pacífico através do estreito de Taiwan – entre o território continental da China e a ilha de Taiwan – e do canal de Bashi – entre a ilha de Taiwan e as Filipinas (CHINA NANHAI, 2017).

A conformação geográfica dos arquipélagos que constituem os países do sudeste asiático limita a navegação entre os oceanos Índico e Pacífico, canalizando a movimentação dos navios por canais e estreitos. Essa canalização é um dos motivos pelo qual o Mar do Sul da China tem uma das maiores concentrações de tráfego marítimo do mundo.

Com mais de 11 bilhões de toneladas de produtos transportados pelos mares no ano de 2018, o tráfego marítimo representa mais de 80% de todo o comércio mundial, em volume.

⁹⁹ [...] *sea surrounded by two or more States and connected to another sea or the ocean by a narrow outlet or consisting entirely or primarily of the territorial seas and exclusive economic zones of two or more coastal States.* (Texto original em inglês).

Figura 3 – Mar do Sul da China



Fonte: MAP, 2020

Desse comércio marítimo, a maior parte passa pela Ásia. Ainda no ano de 2018, 41% de toda a carga transportada por navios pelo mundo partiu de portos asiáticos, e 61% teve os portos asiáticos como destino final. Dados de 2018 mostram que dos 20 maiores portos do mundo – em quantidade de contêineres movimentados –, 14 ficam no leste e sudeste asiático. Desses, nove¹⁰⁰ encontram-se na China – incluindo o maior deles, o porto de Xangai – com uma movimentação anual quase três vezes maior do que a do porto de Dubai, o maior porto fora da região do leste e sudeste asiático.¹⁰¹ (UNCTAD, 2019, p. 4, 5, 9 e 17)

Estima-se que 1/3 do comércio marítimo mundial passe pelo Mar do Sul da China. Trata-se de uma região vital para a economia global. “Estudos [...] frequentemente afirmam que 5,3 trilhões de dólares em mercadorias transitam pelo Mar do Sul da China anualmente, com

¹⁰⁰ Dez, se considerarmos o porto de Kaohsiung, em Taiwan. (UNCTAD, 2019)

¹⁰¹ Ver apêndice B.

1,2 trilhão de dólares desse total contabilizando o comércio com os EUA.”¹⁰² (CHINAPOWER, 2019)

O Mar do Sul da China é especialmente importante para o fluxo comercial dos países asiáticos.

Mais de 64% do comércio marítimo da China passou por aquelas rotas marítimas em 2016, enquanto quase 42% do comércio marítimo do Japão passou pelo Mar do Sul da China no mesmo ano. Os Estados Unidos dependem menos do Mar do Sul da China, com pouco mais de 14% de seu comércio marítimo passando pela região.¹⁰³ (CHINAPOWER, 2019)

A importância cada vez mais central da China no cenário internacional salienta a vulnerabilidade de tamanha dependência do uso do Mar do Sul da China e de seus poucos acessos, em especial o estreito de Malaca. O ex-presidente chinês, Hu Jintao, demonstrou a preocupação sobre o que ele chamou de o “dilema de Malaca”¹⁰⁴, em discurso ao Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2003. Segundo Hu, certas “grandes potências” estariam empenhadas em controlar o estreito e a China deveria buscar estratégias alternativas que minimizassem tal vulnerabilidade. (STOREY, 2006, *apud* CHINA YOUTH DAILY, 2004)¹⁰⁵

O estreito de Malaca é a faixa marítima localizada entre a ilha indonésia de Sumatra e a porção sul da Tailândia e oeste da Malásia. Possui cerca de 800 km de extensão e uma largura que chega a apenas 65 km na porção mais estreita. Representa rota marítima para qualquer tipo de embarcação, por possuir profundidades variando entre 27 e 200 metros (STRAIT, 2019). Estima-se que mais de 100.000 navios cruzem o estreito anualmente. (CALAMUR, 2017).

Apesar de o estreito de Malaca ser o acesso mais utilizado entre os oceanos Índico e Atlântico – além de mais curto e mais economicamente viável –, não é o único. Existem outras rotas marítimas utilizáveis, como o estreito de Sunda e o estreito de Lomboque. Na hipótese da interrupção do tráfego marítimo pelo estreito de Malaca, estes estreitos seriam rotas alternativas viáveis – porém bem mais custosas. (CHINAPOWER, 2019)

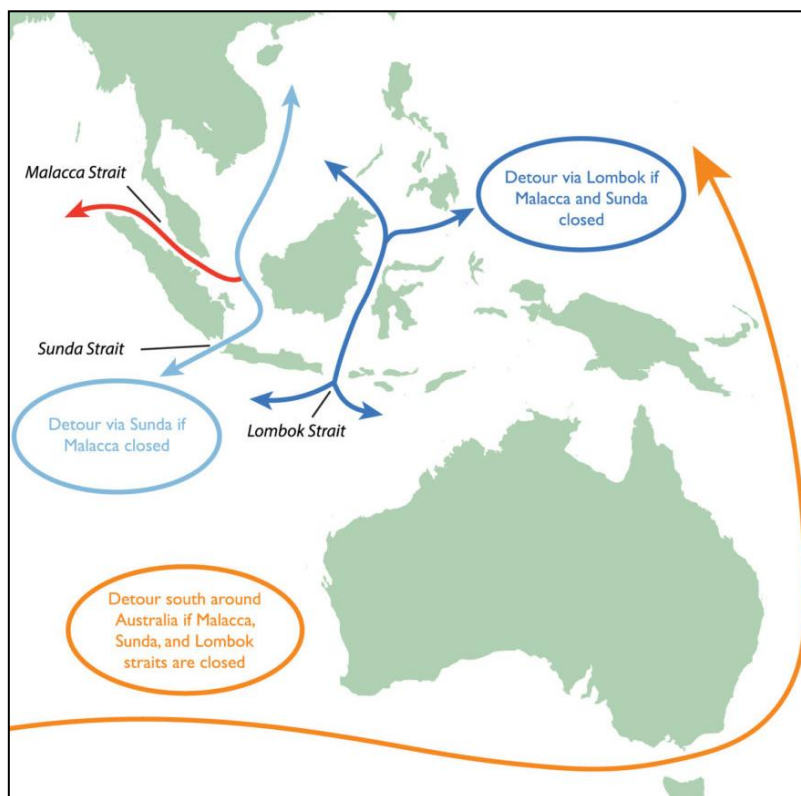
¹⁰² *Writings [...] frequently claim that \$5.3 trillion worth of goods transits through the South China Sea annually, with \$1.2 trillion of that total accounting for trade with the U.S.* (Texto original em inglês).

¹⁰³ *Over 64 percent of China's maritime trade transited the waterway in 2016, while nearly 42 of Japan's maritime trade passed through the South China Sea in the same year. The United States is less reliant on South China Sea, with just over 14 percent of its maritime trade passing through the region.* (Texto original em inglês)

¹⁰⁴ “*Malacca Dilemma.*” (Texto original em inglês)

¹⁰⁵ Storey cita o texto original do discurso, que teria sido publicado pelo jornal China Youth Daily em 15 de junho de 2004. Não foi possível ao autor do presente trabalho encontrar essa fonte primária.

Figura 4 – Rotas marítimas no sudeste asiático



Fonte: CHINAPOWER, 2019

Uma interrupção temporária na navegação pelo estreito de Malaca obrigaria os navios menores a desviarem suas rotas para o estreito de Sunda, de águas mais rasas, e os navios maiores – acima de 100.000 toneladas – para o estreito de Lomboque. Estima-se que tal mudança traria um aumento total de quase 65 milhões de dólares por semana, em gastos de transporte. Uma interrupção nos estreitos de Malaca e Sunda, obrigaria todos os navios a desviar para o estreito de Lomboque, com um acréscimo semanal de 119 milhões de dólares em transporte. A pior hipótese para o tráfego marítimo entre os oceanos Índico e Atlântico – e a única que evita o deslocamento pelo Mar do Sul da China – seria a da interrupção desses três estreitos, levando os navios a contornar pelo sul da Austrália. Isso geraria um aumento mensal de 2,8 bilhões de dólares em gastos com transporte marítimo. Seria o equivalente financeiro ao fechamento do canal de Suez, com as rotas comerciais passando a contornar o continente africano. (CHINAPOWER, 2019)

Limitações à circulação natural de navios pelo Mar do Sul da China e seus principais acessos, seja por causas ambientais ou crises políticas, não teriam apenas impacto econômico, mas também afetariam a segurança energética de muitos países. Japão, Coreia do Sul e China possuem quase toda sua importação de petróleo passando pelas rotas no Mar do Sul da China.

Além disso, cerca de 2/3 de todo o gás natural liquefeito transportado no mundo, passa por ali. (CHINA NANHAI, 2017)

Isso é especialmente verdadeiro para a China - o maior importador de petróleo bruto do mundo. Em 2016, quase 80% das importações de petróleo da China passaram pelo Mar do Sul da China através do estreito de Malaca. Para um país faminto por petróleo como a China, um fechamento de longo prazo apresentaria um cenário econômico e político preocupante.¹⁰⁶ (CHINAPOWER, 2019)

Além da sua importância pelas rotas de navegação, as águas tropicais do Mar do Sul da China favorecem uma intensa atividade pesqueira, que vai de atum e tubarão a grandes lagostas, lulas e outros produtos do mar mais raros. (CHINA NANHAI, 2017)

O Mar do Sul da China também possui um grande potencial energético. Existem diversos depósitos de petróleo e gás natural já identificados sob o leito do mar, mas ainda não explorados. Além disso, diversas formas de utilização da região como fonte de energias renováveis têm sido consideradas. Entre elas, a energia solar, eólica, energia das correntes marítimas e das marés. (CHINA NANHAI, 2017)

[...] o Mar do Sul da China tem reservas comprovadas de sete bilhões de barris de petróleo e cerca de 900 trilhões de pés cúbicos¹⁰⁷ de gás natural. Se os cálculos chineses estiverem corretos, de que o Mar do Sul da China renderia 130 bilhões de barris de petróleo [...], então o Mar do Sul da China conteria mais petróleo do que qualquer área do globo, exceto a Arábia Saudita. [...]. Se realmente houver tanto petróleo no Mar do Sul da China, a China terá aliviado parcialmente seu "dilema de Malaca."¹⁰⁸ (KAPLAN, 2014, p. 10)

3.2 As disputas no Mar do Sul da China

Há muito tempo existem disputas de domínio sobre o Mar do Sul da China, suas ilhas, águas, leito do mar e subsolo. Apesar de ser cercado por sete países, a China reivindica uma histórica soberania sobre quase a totalidade de suas águas e ilhas. (BAUMERT; MELCHIOR, 2014, p. 13)

A alegação de soberania chinesa sobre o Mar do Sul da China é antiga, apesar de não ter sido formalmente apresentada à comunidade internacional até o século XXI. Os primeiros

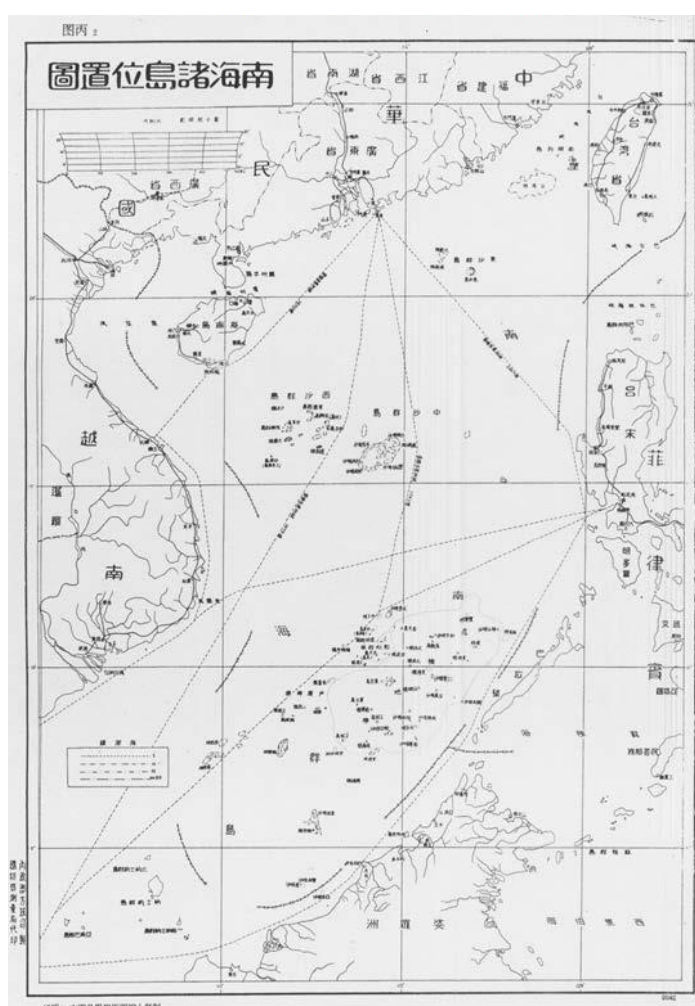
¹⁰⁶ *This is especially true for China – the world's top crude oil importer. In 2016, almost 80 percent of China's oil imports passed through the South China Sea via the Strait of Malacca. For an oil-hungry country like China, a long-term closure would present a worrisome economic and political scenario.* (Texto original em inglês)

¹⁰⁷ 1 pé cúbico equivale a 28,31 litros.

¹⁰⁸ [...] *the South China Sea has proven oil reserves of seven billion barrels, and an estimated 900 trillion cubic feet of natural gas. If Chinese calculations are correct that the South China Sea will ultimately yield 130 billion barrels of oil [...], then the South China Sea contains more oil than any area of the globe except Saudi Arabia. [...] If there really is so much oil in the South China Sea, then China will have partially alleviated its "Malacca dilemma."* (Texto original em inglês)

mapas – amplamente aceitos pelos estudiosos do assunto – apresentando essa reivindicação datam de algo entre 1946 e 1948, antes mesmo da proclamação da República Popular da China. Esses mapas apresentam uma linha tracejada delimitando o que seria o espaço de soberania chinesa na região. Tal representação ficou conhecida como a *dashed line*¹⁰⁹. Alguns estudiosos afirmam que esses mapas seriam baseados no “mapa das ilhas chinesas no Mar do Sul da China”¹¹⁰, publicado pela República da China em 1935, supostamente seguindo “mapas mais antigos”. (BAUMERT; MELCHIOR, 2014, p. 3)

Figura 5 – Mapa de 1946-1948, exibindo a *dashed line*, intitulado “Mapa das ilhas do Mar do Sul da China”



Fonte: BAUMERT; MELCHIOR, 2014, p. 3

No dia 6 de maio de 2009, Vietnã e Malásia enviaram uma carta conjunta à Comissão de Limites da Plataforma Continental, na ONU, reivindicando uma extensão de seus direitos

¹⁰⁹ Linha tracejada. Também traduzida como linha das raías. Alguns autores referem-se por outros nomes, como *Nine-Dash Line* (linha dos nove traços ou linha das nove raías), *Dotted Line* (linha pontilhada) ou *U-Shaped Line* (linha em forma de “U”). (BAUMERT; MELCHIOR, 2014, p. 1)

¹¹⁰ *Map of Chinese Islands in the South China Sea*. (Texto original em inglês).

no Mar do Sul da China. No dia seguinte, 7 de maio de 2009, a China enviou, através de sua Missão Permanente na ONU, uma carta ao então Secretário-Geral, Ban Ki-Moon, afirmando que aqueles dois países estavam infringindo a soberania chinesa, e exigindo que tal pleito fosse desconsiderado. O documento chinês afirmava (PERMANENT, 2009, p. 1):

A China tem soberania indiscutível sobre as ilhas do Mar do Sul da China e as águas adjacentes, e goza de direitos soberanos e jurisdição sobre as águas relevantes, bem como sobre o mar e seu subsolo [...]. A posição acima é sustentada de forma consistente pelo governo chinês e é amplamente conhecida pela comunidade internacional.¹¹¹ (PERMANENT, 2009, p. 1)

O documento apresentava em anexo uma representação gráfica da *dashed line*¹¹², e foi a primeira afirmação formal chinesa à comunidade internacional, a respeito da questão. Dois anos depois, em resposta a uma reivindicação das Filipinas, aos moldes do que haviam feito os vietnamitas e malaaios, a China enviou outra carta ao Secretário-Geral da ONU, repetindo sua afirmação de soberania sobre as ilhas e águas no Mar do Sul da China, acrescentando que “a soberania da China e os direitos e jurisdição relacionados no Mar do Sul da China são apoiados por abundantes evidências históricas e legais. O conteúdo da *Note Verbale* nº 000228 da República das Filipinas é totalmente inaceitável para o governo chinês.”¹¹³ (PERMANENT, 2011, p.1)

A afirmação da soberania chinesa na região não é clara. Além de apoiar-se em uma linha tracejada no mapa, sem maior precisão cartográfica, emprega termos vagos como “a jurisdição sobre águas relevantes” (PERMANENT, 2009, p. 1). Já sobre as ilhas no Mar do Sul da China, a reivindicação é mais clara e sua delimitação menos imprecisa. A Lei da República Popular da China sobre o mar territorial e zona contígua, de 1992, afirma em seu artigo 2º: “O território da República Popular da China inclui sua área continental e suas ilhas: Taiwan, ilhas Diaoyu, ilhas Penghu, ilhas Dongsha, ilhas Xisha, ilhas Nansha e outras ilhas que pertençam à República Popular da China¹¹⁴” (CHINA, 1992). Com exceção de Taiwan, as ilhas englobadas pela *dashed line*, somadas, possuem cerca de 13 quilômetros quadrados de área. Estão

¹¹¹ *China has indisputable sovereignty over the islands in the South China Sea and the adjacent waters, and enjoys sovereign rights and jurisdiction over the relevant waters as well as the seabed and subsoil thereof [...]. The above position is consistently held by Chinese Government, and is widely known by the international community.* (Texto original em inglês).

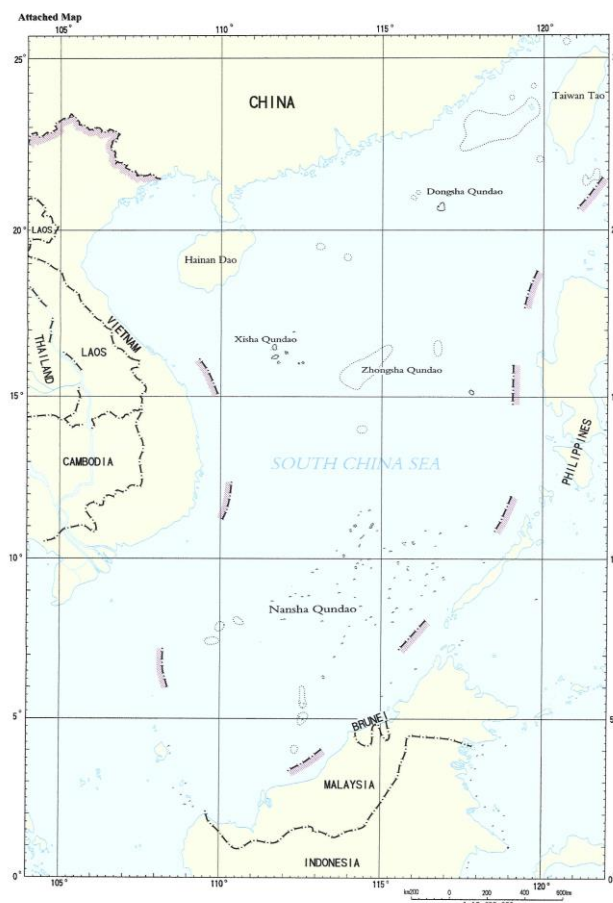
¹¹² Ver figura 6.

¹¹³ *China's sovereignty and related rights and jurisdiction in the South China Sea are supported by abundant historical and legal evidence. The contents of the Note Verbale nº 000228 of the Republic of Philippines are totally unacceptable to the Chinese Government.* (Texto original em inglês).

¹¹⁴ 中华人民共和国的陆地领土包括中华人民共和国大陆及其沿海岛屿、台湾及其包括钓鱼岛在内的附属各岛、澎湖列岛、东沙群岛、西沙群岛、中沙群岛、南沙群岛以及其他一切属于中华人民共和国的岛屿。 (Texto original em chinês).

organizadas em três grupos principais: as ilhas Paracel, as ilhas Spratly e os recifes Scarborough¹¹⁵. (BAUMERT; MELCHIOR, 2014, p. 4)

Figura 6 – Mapa contendo a *dashed line* apresentado em carta ao Secretário-Geral da ONU, em 2009



Fonte: PERMANENT, 2009, p. 2

A principal lei internacional que trata dos direitos de soberania no mar é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em 1982, em Montego Bay. O texto define inicialmente que “a soberania de um Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores [...] a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial¹¹⁶”. O mar territorial abrange uma faixa de água de 12 milhas náuticas¹¹⁷ a partir da linha de costa. (UNITED NATIONS, 1982, p. 27)

¹¹⁵ Chamados pela China, respectivamente, de Xisha Qundao (西沙群島), Nansha Qundao (南沙群島) e Huangyan Dao (黃岩島). (THEOBALD, 2017)

¹¹⁶ *The sovereignty of a coastal State extends, beyond its land territory and internal waters and [...] to an adjacent belt of sea, described as the territorial sea.* (texto original em inglês)

¹¹⁷ Uma milha náutica equivale a 1.852 metros.

Além do mar territorial existe a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), uma faixa de água que se estende até 200 milhas náuticas da costa, sobre a qual o Estado possui soberania para:

[...] exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos. (UNITED NATIONS, 1982, p. 43-44)

Em sua ZEE um Estado também possui o direito de construir e utilizar ilhas artificiais e outras estruturas. (UNITED NATIONS, 1982, p. 43)

“Uma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica acima da linha d’água na maré alta¹¹⁸”. A faixa de 200 milhas náuticas ao redor da ilha de um Estado também faz parte de sua ZEE, exceto quando se trata de uma ilha rochosa que não permite habitação humana ou a vida econômica (UNITED NATIONS, 1982, p. 27 e 66). Este último é o caso dos recifes Scarborough.

A *dashed line* chinesa estende-se sobre as ZEE de cinco países: Vietnã, Malásia, Indonésia, Brunei e Filipinas¹¹⁹, o que torna o pleito chinês motivo de disputas com esses Estados. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual a China é signatária, nas situações em que dois Estados se encontram em lados opostos de uma massa de água, suas ZEE devem ser limitadas de forma equidistante aos dois territórios. No entanto essa regra não se aplica aos casos em que, por questões históricas, os limites entre esses Estados já eram definidos de forma diferente (UNITED NATIONS, 1982, p. 30). A argumentação legal chinesa, então, apoia-se principalmente na afirmação de que todas as ilhas do Mar do Sul da China são historicamente parte de seu território, o que ampara suas ações de soberania na região, como exploração dos recursos do mar e construção de ilhas artificiais.

3.3 Outros atores no Mar do Sul da China.

Em agosto de 1967, representantes de cinco países do sudeste asiático reuniram-se na cidade de Bangkok e assinaram a declaração que criava a Associação de Nações do Sudeste Asiático. Originalmente composta por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, a ASEAN incorporou outros membros ao longo dos anos: Brunei, em 1984; Vietnã, em 1995; Laos e Myanmar, em 1997; e Camboja em 1999. Essa associação, que possui como alguns dos

¹¹⁸ *An island is a naturally formed area of land, surrounded by water, which is above water at high tide.* (Texto original em inglês)

¹¹⁹ Ver apêndice C.

princípios fundamentais o “respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e identidade nacional de todas as nações”¹²⁰ e a “resolução de diferenças ou disputas de forma pacífica”¹²¹, é um importante representante de interesses nas disputas no Mar do Sul da China. (ASEAN, 2020)

A China vem buscando aproximação da ASEAN, como forma de controlar as tensões e disputas na região. Parcerias e cooperações vêm se desenvolvendo ao longo das décadas. O volume de comércio entre China e ASEAN aumentou 37 vezes entre 1991 e 2010 (FU, 2016). Os países têm buscado aproximação no âmbito militar, com a realização recorrente das chamadas “Reuniões Informais dos Ministros da Defesa China-ASEAN”¹²², que “propõem e promovem de forma construtiva iniciativas para fortalecer a cooperação regional em defesa”¹²³. (CHINA, 2019)

Nesse sentido, desde 1992, China e os países da ASEAN vêm dedicando-se à proposta de criação de um Código de Conduta no Mar do Sul da China¹²⁴, com a perspectiva de resolver as diversas disputas de soberania na região. Diversas tentativas de acordo foram feitas, sem sucesso. Em 2018, o ministro das Relações Exteriores de Singapura chegou a anunciar que os países envolvidos haviam chegado a um consenso sobre uma nova proposta de texto para o COC. Até o momento, no entanto, o documento continua sendo apenas uma promessa, enquanto os países não conseguem chegar a um acordo para a criação de regras e mecanismos que solucionem as disputas em questão. (SOUTH, 2018)

Além das naturais divergências de interesses entre China e esses países, outra barreira para a aceitação plena de uma proposta para o COC está na composição da própria ASEAN. A associação é composta por países diretamente envolvidos na disputa – mais especificamente os países ao redor do Mar do Sul da China – e outros que não possuem quaisquer reivindicações na região – como Camboja, Tailândia, ou mesmo o Laos, que sequer é um país litorâneo. Alguns analistas defendem que um possível COC (SOUTH, 2018):

[...] para ser verdadeiramente [...] eficaz, deve levar a negociações multilaterais adicionais entre os requerentes isoladamente sobre gestão de pescas, cooperação ambiental e desenvolvimento de petróleo e gás – todos importantes gatilhos potenciais

¹²⁰ *Mutual respect for the independence, sovereignty, equality, territorial integrity, and national identity of all nations.* (Texto original em inglês)

¹²¹ *Settlement of differences or disputes by peaceful manner.* (Texto original em inglês)

¹²² *China-ASEAN defense ministers' informal meetings.* (Texto original em inglês)

¹²³ *[...] proposes and constructively promotes initiatives to strengthen regional defense cooperation.* (Texto original em inglês)

¹²⁴ *Code of Conduct in the South China Sea (COC).* (Texto original em inglês)

para conflito em que os membros não requerentes da ASEAN não têm interesse.¹²⁵ (SOUTH, 2018)

Em certo ponto de vista, essa falta de alinhamento entre os membros da ASEAN enfraquece o poder de coesão do bloco, favorecendo a posição chinesa nas negociações. Em 2013 as Filipinas entraram com uma ação na Corte Permanente de Arbitragem – em Haia – com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, questionando a validade do argumento chinês da *dashed line* e seu suposto direito histórico sobre a região. O caso foi concluído em julho de 2016 e o parecer foi contrário às reivindicações e às ações chinesas de construção e ocupação dos recifes e ilhas no arquipélago de Spratly – que eram o alvo da disputa em questão. (PCA, 2016, p. 1-3)

O Tribunal considera indiscutível que ambas as partes são obrigadas a cumprir a Convenção, incluindo suas disposições relativas à solução de controvérsias, e a respeitar os direitos e liberdades de outros Estados de acordo com a Convenção. [...] [A China] agravou a disputa entre as partes em relação aos seus respectivos direitos e prerrogativas na área dos recifes Mischief. [...] [O Tribunal] declara que a China violou suas obrigações nos termos dos artigos 279, 296 e 300¹²⁶ da Convenção, bem como de acordo com o direito internacional geral [...].¹²⁷ (PCA, 2016, p. 469, 476 e 477)

A vitória filipina foi entendida inicialmente como uma vitória de toda a ASEAN – em especial de seus membros também em disputas com a China –, algo que podia pesar a favor da conclusão do COC. No entanto a questão acabou expondo mais claramente a falta de alinhamento e consenso entre os Estados membros da associação. Em reunião interna da associação, para a elaboração de comunicado oficial após a conclusão do julgamento da disputa sino-filipina, o Camboja recusou a inclusão de menções à China no texto. Os três últimos Estados a ingressar na ASEAN – Myanmar, Laos e Camboja – são os que mais têm apresentado resistência no consenso sobre questões contra a China. (KHOO, 2016)

Camboja, Laos e Mianmar [...] estão na posição de ter a China como principal parceiro comercial e de não desfrutar de uma relação de segurança particularmente próxima

¹²⁵ *To be truly effective [...] it must lead to additional multilateral negotiations among the claimants alone on fisheries management, environmental cooperation, and oil and gas development—all important potential triggers for conflict in which the non-claimant ASEAN members have no direct stake.* (Texto original em inglês)

¹²⁶ Os artigos 279, 296 e 300 tratam, respectivamente, da obrigação de resolver disputas por vias pacíficas, da obrigação de cumprir quaisquer decisões de tribunais competentes, e do compromisso de cumprir as obrigações da Convenção em boa fé e sem abuso de direitos. (UNITED NATIONS, 1982, p. 129, 134 e 137)

¹²⁷ *The Tribunal considers it beyond dispute that both Parties are obliged to comply with the Convention, including its provisions regarding the resolution of disputes, and to respect the rights and freedoms of other States under the Convention. [...] has aggravated the Parties's dispute concerning their respective rights and entitlements in the area of Mischief Reef. [...] Declares that China has breached its obligations pursuant to articles 279, 296, and 300 of the Convention, as well as pursuant to general international law [...].* (Texto original em inglês)

com outras grandes potências não regionais. O imperativo de cooperar com Pequim invariavelmente pesa mais em suas mentes do que os vagos ideais de cooperação da ASEAN.¹²⁸ (KHOO, 2016)

Provavelmente o mais relevante ator não regional interessado nas questões envolvendo o Mar do Sul da China são os Estados Unidos. Por muito tempo o posicionamento oficial norte-americano sobre as reivindicações chinesas manteve alguma neutralidade. Conforme afirmou certa vez em discurso oficial, o porta-voz do Departamento de Estado: “os Estados Unidos não se posicionam sobre os méritos legais das reivindicações concorrentes de soberania sobre as várias ilhas, recifes, atóis e ilhotas no Mar do Sul da China”. (BAUMERT; MELCHIOR, 2014 *apud* Christine Shelly, 1995)¹²⁹

Essa foi a postura americana sobre o assunto até o início do século XXI. Em 2009, a declaração feita perante o Subcomitê de Assuntos do Leste Asiático e Pacífico, no Senado norte-americano, pelo secretário de Estado adjunto, apresentou uma nova abordagem sobre o tema. Ainda sem posicionar-se quanto às reivindicações sobre as ilhas e recifes no Mar do Sul da China, o texto deixava claro que as disputas nas faixas marítimas eram motivo de preocupação norte-americana. (MARCIEL, 2009)

A política dos Estados Unidos continua sendo a de que não tomamos partido nas reivindicações legais concorrentes sobre a soberania territorial no Mar do Sul da China. Em outras palavras, não tomamos partido nas reivindicações de soberania sobre as ilhas e outros aspectos terrestres no Mar do Sul da China ou as zonas marítimas (como mares territoriais) que derivam dessas características terrestres. No entanto, temos preocupações sobre reivindicações de “águas territoriais” ou qualquer zona marítima que não derive de um território. Essas reivindicações marítimas não são consistentes com o direito internacional, conforme refletido na Convenção do Direito do Mar.¹³⁰ (MARCIEL, 2009)

O interesse americano na questão tornou-se cada vez mais claro com o tempo, como percebido nas palavras da secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, em uma reunião na Indonésia, em 2011:

¹²⁸ *Cambodia, Laos, and Myanmar [...] are in the position of both having China as a major trading partner and of not enjoying a particularly close security relationship with other major non-regional powers. The imperative of cooperating with Beijing invariably weighs heavier on their minds than vague ideals of ASEAN cooperation.* (Texto original em inglês)

¹²⁹ Não foi possível ao autor do presente trabalho encontrar a fonte primária desta citação, uma vez que a página do Departamento de Estado dos Estados Unidos só disponibiliza arquivos de discursos a partir de 1997.

¹³⁰ *U.S. policy continues to be that we do not take sides on the competing legal claims over territorial sovereignty in the South China Sea. In other words, we do not take sides on the claims to sovereignty over the islands and other land features in the South China Sea, or the maritime zones (such as territorial seas) that derive from those land features. We do, however, have concerns about claims to “territorial waters” or any maritime zone that does not derive from a land territory. Such maritime claims are not consistent with international law, as reflected in the Law of the Sea Convention.* (Texto original)

E os Estados Unidos não se posicionam sobre qualquer reclamação feita por qualquer parte em qualquer área em disputa. O que queremos ver é um processo de resolução que será auxiliado pelo código de conduta no qual a ASEAN está trabalhando, [...] e que os princípios do direito internacional regerão, para que haja resolução pacífica de todas as reclamações. [...]

Portanto, pensamos que foi um primeiro passo importante, mas apenas um primeiro passo [...]. E elogiamos, mais uma vez, a liderança da Indonésia em conseguir isso, e exortamos a ASEAN a agir rapidamente - eu acrescentaria urgentemente - para obter um código de conduta que evite quaisquer problemas nas rotas marítimas vitais e nas águas territoriais do sul da China Mar.¹³¹ (CLINTON, 2011)

Em julho de 2020, o secretário de Estado norte-americano, Michael Pompeo, emitiu uma declaração à imprensa intitulada “posição dos Estados Unidos sobre reivindicações marítimas no Mar do Sul da China”¹³². O texto apresenta uma postura muito mais incisiva do que a expressa em governos anteriores. No primeiro parágrafo já há a clara afirmação de que “as reivindicações de Pequim sobre os recursos na maior parte do Mar do Sul da China são completamente ilegais, assim como sua campanha de intimidação para controlá-los”¹³³. Sob o argumento da busca norte-americana pela paz e estabilidade na região, liberdade dos Estados e manutenção do livre fluxo comercial, o texto afirma que as ações chinesas são uma forma de minar a soberania dos Estados do sudeste asiático, substituindo as leis internacionais pela “lei do mais forte”¹³⁴, e que Pequim nunca apresentou uma base legal coerente para seu argumento da *dashed line*. (POMPEO, 2020)

O mundo não permitirá que Pequim trate o Mar do Sul da China como seu império marítimo. [Os Estados Unidos] estão ao lado de seus aliados e parceiros do sudeste asiático na proteção de seus direitos soberanos aos recursos, de acordo com seus direitos e obrigações com base no direito internacional. Apoiamos a comunidade internacional em defesa da liberdade dos mares e do respeito pela soberania e rejeitamos qualquer pressão para impor a “lei do mais forte” no Mar do Sul da China ou na região.¹³⁵ (POMPEO, 2020)

¹³¹ *And the United States takes no position on any claim made by any party to any disputed area. What we want to see is a resolution process that will be aided by the code of conduct that ASEAN is working toward, [...] and that the principles of international law will govern, so that there can be peaceful resolution of all the claims. [...]*

So, we think that it was an important first step, but only a first step [...]. And we commend, again, Indonesia's leadership in achieving that, and urge that ASEAN move quickly -- I would even add urgently -- to achieve a code of conduct that will avoid any problems in the vital sea lanes and territorial waters of the South China Sea. (Texto original em inglês)

¹³² *U.S. Position on Maritime Claims in the South China Sea.* (Texto original em inglês)

¹³³ *Beijing's claims to offshore resources across most of the South China Sea are completely unlawful, as is its campaign of bullying to control them.* (Texto original em inglês)

¹³⁴ *Might makes right.* (Texto original em inglês)

¹³⁵ *The world will not allow Beijing to treat the South China Sea as its maritime empire. America stands with our Southeast Asian allies and partners in protecting their sovereign rights to offshore resources, consistent with their rights and obligations under international law. We stand with the international community in defense of*

Existe uma diferença de pontos de vista entre os dois países. Para os chineses a aproximação e o posicionamento norte-americano em favor de alguns de seus aliados, acaba por incentivar suas reivindicações no Mar do Sul da China.

China e Estados Unidos têm visões completamente diferentes sobre as causas da situação atual. Na China, geralmente se acredita que é precisamente porque os Estados Unidos impulsionaram a estratégia de reequilíbrio da Ásia-Pacífico que a questão do Mar do Sul da China tem se tornado cada vez mais acalorada. [...]

O posicionamento de tropas norte-americanas no Mar do Sul da China e seus arredores aumentou ainda mais as tensões regionais, e a posição da disputa do Mar do Sul da China no jogo de xadrez global foi deliberadamente exagerada.¹³⁶ (FU, 2016)

3.4 As ações chinesas no Mar do Sul da China

Robert Kaplan interpreta a relação da China com o Mar do Sul da China e suas ilhas – incluindo os Estados insulares da região – em certa semelhança à relação dos Estados Unidos com o Mar do Caribe.

[...] Assim como o Caribe, pontuado como é por pequenos Estados insulares e envolto pelos Estados Unidos, do tamanho de um continente, o Mar do Sul da China também é uma arena óbvia para a projeção de poder por uma nação do tamanho de um continente [...]. E assim como o Mar do Sul da China oferece uma configuração espacial perfeita para a expansão chinesa, também é em termos objetivos uma grande área de preocupação para a China [...]. A geografia dita uma forte presença naval chinesa no Mar do Sul da China como perfeitamente compreensível.¹³⁷ (KAPLAN, 2014, p. 20)

No Mar do Sul da China existem mais de 200 pequenas ilhas e recifes de corais, dos quais menos de 20% permanecem acima da água mesmo com a maré cheia. Há outras tantas ilhas rochosas e grandes bancos de areia (KAPLAN, 2014, p. 10). A China intensificou seu esforço de afirmação de domínio no Mar do Sul da China a partir da segunda década do século XXI, com uma intensa campanha de ocupação dessas ilhas – em muitos casos com a construção de ilhas artificiais.

freedom of the seas and respect for sovereignty and reject any push to impose “might makes right” in the South China Sea or the wider region. (Texto original em inglês)

¹³⁶ 对于导致当前局势的原因，中美看法全然不同。在中国，人们普遍认为，正是由于美国推进“亚太再平衡”战略，在南海问题上拉偏架，甚至直接走向前台插手干预，使问题复杂化，让南海议题愈来愈热。[...] 美军在南海及其周边的排兵布阵推动地区局势进一步紧张，也使得南海争议在全球战略棋局中的位置被刻意夸大。 (Texto original em chinês)

¹³⁷ [...] Like the Caribbean, punctuated as it is by small island states and enveloped by a continent-sized United States, the South China Sea is also an obvious arena for the projection of power by a continent-sized nation [...]. And just as the South China Sea provides a perfect spatial configuration for Chinese expansion, it is also in objective terms a great area of concern for China[...]. Geography dictates a strong Chinese naval presence in the South China Sea as thoroughly understandable. (Texto original em inglês)

Atualmente a China ocupa 20 ilhas no arquipélago de Paracel, sete ilhas no arquipélago de Spratly, além de manter domínio sobre outras ilhas e estruturas naturais, como os recifes Scarborough. As estruturas de ocupação variam de pequenas construções e postos avançados a grandes complexos residenciais ou militares. A construção de ilhas artificiais é feita por moderno processo de dragagem e aterramento de recifes – total ou parcialmente submersos – e bancos de areia, e já soma quase 13 quilômetros quadrados de terra seca construída. (AMTI, 2020a)

Em julho de 2012, o governo chinês estabeleceu uma nova entidade administrativa nível prefeitura, a cidade de Sansha¹³⁸, subordinada à província de Hainan. A administração da prefeitura de Sansha está sediada na ilha Woody¹³⁹ e engloba mais de 280 ilhas, recifes e bancos de areia, numa área de mais de dois milhões de quilômetros quadrados. Inclui os arquipélagos de Paracel e Spratly e os recifes Scarborough. (HAVER, 2020)

Em abril de 2018 o governo chinês decidiu estabelecer dois distritos subordinados à prefeitura de Sansha: o distrito de Paracel, sediado na ilha Woody, e o distrito de Spratly, sediado nos recifes Fiery Cross¹⁴⁰. Essa divisão amplia a dinâmica política chinesa no Mar do Sul da China, e não obedece apenas a lógica geográfica, mas geopolítica. O distrito de Paracel administra uma região com uma ocupação civil chinesa mais antiga e bem estabelecida, além de ser alvo de menores tensões com os países vizinhos. O distrito de Spratly envolve uma região que é alvo de disputas políticas mais intensas, com uma maior quantidade de ilhas artificiais recém ocupadas e maior presença militar. (HAVER, 2020)

Em março de 2015, o então comandante da Frota Americana do Pacífico, o Almirante Harry B. Harris Jr., em um discurso oficial para o Instituto de Política e Estratégia da Austrália, criticou a postura chinesa de reivindicação territorial no Mar do Sul da China. Afirmou que “A natureza excessiva de algumas dessas reivindicações [estaria] criando incerteza e instabilidade”¹⁴¹ (2015, p. 3). Criticou, ainda, de forma direta a construção das ilhas artificiais:

Mas o que realmente está atraindo muita preocupação aqui e agora é a reivindicação de terras sem precedentes conduzida atualmente pela China. A China está construindo terras artificiais bombeando areia para recifes de corais vivos - alguns deles submersos - e pavimentando-os com concreto.

¹³⁸ 三沙市. (Nome original em chinês).

¹³⁹ Chamada pela China de Yongxing Dao (永兴岛). (AMTI, 2020a)

¹⁴⁰ Chamado pela China de Yongshu Jiao (永暑礁). (AMTI, 2020a)

¹⁴¹ The excessive nature of some of these claims is creating uncertainty and instability. (Texto original em inglês)

[...] A China está criando uma grande muralha de areia, com dragas e escavadeiras, ao longo de meses. Quando se olha para o padrão de ações provocativas da China em relação aos Estados requerentes menores - a falta de clareza em sua alegação de linha de nove traços que é inconsistente com o direito internacional e a profunda assimetria entre as capacidades da China e de seus vizinhos menores - bem, não é surpresa que o escopo e o ritmo da construção de ilhas artificiais levantem sérias questões sobre as intenções chinesas.¹⁴² (HARRIS, 2015, p. 3-4)

Essa foi a primeira vez que a expressão “grande muralha de areia” foi utilizada. Uma alusão à Grande Muralha da China, que passou a ser repetida por muitos comentaristas e críticos da China.

Algo que tem preocupado alguns dos países no entorno do Mar do Sul da China, além de outras potências, como os Estados Unidos, é como tem sido feito o processo de ocupação das ilhas e quais os interesses chineses em questão. A principal crítica a esse processo, por vezes, é que a China estaria militarizando a região. (USA, 2019, p. 73)

A China tem construído diversas instalações de uso militar nas ilhas no Mar do Sul da China, em especial a partir de 2013. Fontes oficiais chinesas não negam a presença de tropas do PLA nas diversas ilhas ocupadas, mas naturalmente não existem detalhes oficiais sobre a quantidade de tropas em cada região, bem como os tipos de instalações construídas e suas possibilidades de emprego militar. Segundo um artigo escrito pela então presidente do Comitê de Relações Exteriores do Congresso Popular Nacional da China, Fu Ying, a intensificação das construções e ocupações chinesas a partir de 2013 deu-se em resposta à postura hostil de alguns países da região em relação às reivindicações territoriais no Mar do Sul da China. (FU, 2016)

Em resposta às mudanças na situação geral nas ilhas Spratly e para melhorar completamente a subsistência do povo, a defesa militar básica e a necessidade de salvaguardar os direitos e interesses soberanos das ilhas e recifes de Spratly, a China iniciou projetos de expansão nas ilhas e recifes sob seu controle no final de 2013.¹⁴³ (FU, 2016)

¹⁴² But what's really drawing a lot of concern in the here and now is the unprecedented land reclamation currently being conducted by China. China is building artificial land by pumping sand on to live coral reefs – some of them submerged – and paving over them with concrete.

[...] China is creating a great wall of sand, with dredges and bulldozers, over the course of months. When one looks at China's pattern of provocative actions towards smaller claimant states – the lack of clarity on its sweeping nine-dash line claim that is inconsistent with international law and the deep asymmetry between China's capabilities and those of its smaller neighbors – well it's no surprise that the scope and pace of building man-made islands raise serious questions about Chinese intentions. (Texto original em inglês).

¹⁴³ 针对南沙整体形势的变化, 并且为了彻底改善中国南沙岛礁民生、基本军事防御和维护主权利益的需要, 中方于2013年底在自己控守的岛礁上开始了扩建工程. (Texto original em chinês).

Sobre essa questão, a então porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Hua Chunying, em pronunciamento oficial afirmou:

O governo chinês vem realizando a construção e manutenção de instalações relevantes em algumas das ilhas e recifes guarnecidos em Spratly. Principalmente para melhorar as funções das ilhas e recifes, melhorar as condições de trabalho e de vida do pessoal da guarnição, proteger melhor a soberania territorial nacional e os direitos e interesses marítimos, e ter um melhor desempenho nas responsabilidades e obrigações internacionais da China em busca e resgate marítimo, prevenção e mitigação de desastres, pesquisa científica marinha, observação meteorológica, proteção ambiental, segurança da navegação e serviços de produção pesqueira. [...] após a expansão das ilhas e recifes de Spratly, as funções das ilhas e recifes serão multifacetadas e abrangentes, além de atender às necessidades de defesa militar necessárias, estarão mais capazes para atender às diversas necessidades civis.¹⁴⁴ (CHEN, 2015)

Apesar da falta de maiores detalhes oficiais sobre as capacidades militares chinesas nas ilhas do Mar do Sul da China, diversos estudiosos e organizações têm mantido acompanhamento da evolução dessas construções ao longo dos anos, através da análise de imagens de satélite. Uma organização que realiza e divulga esse tipo de acompanhamento é a Iniciativa de Transparência Marítima da Ásia¹⁴⁵.

O arquipélago de Spratly é palco das principais disputas na região, com a soberania chinesa sobre essas ilhas questionada pelo Vietnã, Filipinas, Brunei e Malásia. Talvez por isso seja a região onde foram dedicados os maiores esforços de construção de ilhas artificiais e instalações militares. Nele estão os chamados “Três Grandes”¹⁴⁶, as três ilhas com as mais completas estruturas militares do arquipélago: os recifes Fiery Cross, Subi e Mischief¹⁴⁷. Os três são bancos de areia ou estruturas rochosas submersas que foram aterradas e transformadas em ilhas artificiais. (UPDATED, 2017)

O arquipélago de Paracel é disputado apenas pela China e Vietnã. Existem 20 postos avançados chineses espalhados nas diversas ilhas, com diferentes níveis de capacidade militar. Várias dessas ilhas têm sido ampliadas através de processos artificiais. A maioria delas possui

¹⁴⁴ 中国对南沙部分驻守岛礁进行了相关建设和设施维护，主要是为了完善岛礁的相关功能，改善驻守人员的工作和生活条件，更好地维护国家领土主权和海洋权益，更好地履行中方在海上搜寻与救助、防灾减灾、海洋科研、气象观察、环境保护、航行安全、渔业生产服务等方面承担的国际责任和义务。[...] 南沙岛礁扩建后，岛礁上的功能是多方面的、综合性的，除满足必要的军事防卫需求外，更多的是为了各类民事需求服务. (Texto original em chinês)

¹⁴⁵ Asia Maritime Transparency Initiative (AMTI). (Texto original em inglês).

¹⁴⁶ Big Three. (Texto original em inglês).

¹⁴⁷ Os recifes Subi e Mischief são chamados pela China, respectivamente de Zhubi Jiao (渚碧礁) e Meiji Jiao (美济礁).

apenas instalações portuárias, helipontos, parques de antenas para comunicação e radares. (AMTI, 2020a)

A principal das ilhas, a Woody, além de capital administrativa da prefeitura de Sansha, é também o centro do poder militar chinês em todo o Mar do Sul da China. Todas as estruturas militares construídas nas “Três Grandes” já haviam sido construídas na ilha Woody (UPDATE, 2017). Além de ser, das ilhas do Mar do Sul da China, a que é há mais tempo ocupada pelos chineses, e a que possui a maior população civil com residência permanente – contando com uma escola, postos policiais, uma economia razoavelmente diversificada, estrutura turística e boa capacidade logística e de telecomunicações – também é a que possui a maior estrutura militar. (HAVER, 2020)

Outro local que se destaca no arquipélago de Paracel é ilha Duncan¹⁴⁸. Foi artificialmente unida a uma ilha vizinha de menor tamanho, com um grande porto sendo dragado entre elas. Acredita-se que pode desempenhar um importante papel na capacidade antissubmarina chinesa. (UPDATE, 2017)

Tabela 1 – Ilhas com as maiores estruturas militares chinesas no Mar do Sul da China

Arquipélago	Ilha	Instalações militares já identificadas
Spratly	Fiery Cross	• Pista de pouso com 3.000 metros de extensão; • Hangares para aeronaves de diversos tamanhos – de pequenas aeronaves de combate a grandes bombardeiros e aviões de transporte; • Amplo parque de antenas de comunicação; • 12 abrigos fortificados com tetos retráteis – possivelmente para lançamento vertical de mísseis; • Sistemas de radar; • Quatro grandes estruturas subterrâneas – possivelmente depósitos de munição, água ou combustível; e • Quatro posições defensivas fortificadas, que abrigam canhões de até 100 mm de calibre.
Spratly	Subi	• Pista de pouso com mais de 3.000 metros de extensão; • Hangares para aeronaves de diversos tamanhos – de pequenas aeronaves de combate a grandes bombardeiros e aviões de transporte; • Amplo parque de antenas de comunicação; • Oito abrigos fortificados com tetos retráteis – possivelmente para lançamento vertical de mísseis; • Sistemas de radar;

¹⁴⁸ Chamada na China de Chenhang Dao (琛航岛).

Arquipélago	Ilha	Instalações militares já identificadas
		• Quatro grandes estruturas subterrâneas – possivelmente depósitos de munição, água ou combustível. • Quatro posições defensivas fortificadas, que abrigam canhões de até 100 mm de calibre; • Instalações portuárias que incluem um guindaste móvel para manuseio de carga dos navios; e • Um farol.
Spratly	Mischief	• Pista de pouso de 3.000 metros de extensão; • Hangares para aeronaves de diversos tamanhos – de pequenas aeronaves de combate a grandes bombardeiros e aviões de transporte; • Amplo parque de antenas de comunicação; • Oito abrigos fortificados com tetos retráteis – possivelmente para lançamento vertical de mísseis; • Sistemas de radar; • Quatro grandes estruturas subterrâneas – possivelmente depósitos de munição, água ou combustível. • Quatro posições defensivas fortificadas, que abrigam canhões de até 100 mm de calibre; e
Paracel	Woody	• Pista de pouso com mais de 3.000 metros de extensão; • Hangares para aeronaves de diversos tamanhos – de pequenas aeronaves de combate a grandes bombardeiros e aviões de transporte; • Amplo parque de antenas de comunicação; • Comprovada presença de plataformas de lançamento de mísseis de cruzeiro antinavio e baterias de mísseis antiaéreos; • Sistemas de radar; e • Instalações portuárias robustas, com dois portos abrigados.
Paracel	Duncan	• Base de helicópteros com hangares e oito helipontos; e • Instalações portuárias robustas, com um porto abrigado.

Fontes: Tabela criada pelo autor do trabalho, com dados de COMPARING, 2018; UPDATE, 2017; UPDATED, 2017.

As estruturas construídas pela China nessas ilhas em muito ampliam a capacidade do país em dominar a região. As plataformas de lançamento de mísseis antiaéreos e antinavio, aliados ao emprego de submarinos e possíveis operações de minagem¹⁴⁹ em pontos de passagem obrigatória, garantem à China a capacidade de negar a aproximação e o uso do Mar do Sul da China por potenciais adversários. (USA, 2019, p. 55-56)

¹⁴⁹ “Operação de minagem - Operação que consiste no lançamento criterioso de minas, em áreas selecionadas, a fim de destruir os navios inimigos ou, pela ameaça que este representa, conter, limitar ou retardar seu trânsito.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 193)

As bases aéreas, hangares e sistemas de radar construídos nas diversas ilhas permitem a operação das aeronaves da *PLA Air Force* e da *PLA Navy*. “As aeronaves de combate chinesas operando a partir de postos avançados nas ilhas Spratly poderiam estender seu alcance e/ou tempo de permanência no Mar do Sul da China ou mesmo alcançar o Oceano Índico.”¹⁵⁰ (USA, 2019, p. 62)

As demais estruturas militares nas ilhas – como depósitos de munição e combustível, instalações portuárias, amplo sistema de comunicação e detecção, além da presença das tropas do *PLA Navy Marine Corps* guarnecendo as defesas fixas das ilhas – complementam a capacidade chinesa de defesa no Mar do Sul da China.

“[...] os postos avançados fornecem aeródromos, áreas de atracação e instalações de reabastecimento que permitirão à China manter uma presença militar e paramilitar mais flexível e persistente na área. Isso melhora a capacidade da China de detectar e desafiar atividades de requerentes rivais ou terceiros, amplia a gama de recursos disponíveis para a China e reduz o tempo necessário para implantá-los.”¹⁵¹ (USA, 2019, p. 75)

Segundo a China, suas ações sobre as ilhas no Mar do Sul da China não possuem interesse puramente militar. Antes disso, a ocupação das ilhas teria também um interesse científico, permitindo o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento (CHEN, 2015). No entanto, mesmo essa questão traz implicações geopolíticas sensíveis, uma vez que muitas pesquisas e instalação de dispositivos de monitoramento do ambiente estão sendo feitas em regiões disputadas por outros Estados. (USA, 2019, p. 74)

Outra questão sobre os projetos científicos chineses no Mar do Sul da China é sua possível utilização para fins militares. Desde 2016 a China tem construído a Rede de Informação do Oceano Azul¹⁵². Trata-se de uma série de estações de monitoramento e comunicação chamadas “*ocean E-stations*”. São plataformas móveis flutuantes ou fixas – instaladas em ilhas e recifes –, não tripuladas, que coletam dados de correntes, pressão atmosférica, temperatura e salinidade da água. Além disso, possuem antenas de comunicação e

¹⁵⁰ [...] Chinese combat aircraft operating from Spratly Island outposts could extend their range and/or loiter time over the South China Sea or even reach into the Indian Ocean. (Texto original em inglês)

¹⁵¹ [...] the outposts provide airfields, berthing areas, and resupply facilities that will allow China to maintain a more flexible and persistent military and paramilitary presence in the area. This improves China's ability to detect and challenge activities by rival claimants or third parties, widen the range of capabilities available to China, and reduce the time required to deploy them. (Texto original em inglês)

¹⁵² 蓝海信息网络. (Texto original em chinês)

retransmissão de sinal de rádio e celular, além de radar de busca aérea e de superfície. Acredita-se que podem incluir equipamentos de sonar e hidrofones. (DAHM, 2020)

Desde 2016, a China lançou oito dessas plataformas na região nordeste do Mar do Sul da China, entre a ilha de Hainan e as ilhas Paracel (DAHM, 2020). No entanto, a proposta chinesa é “Concluir a construção da Rede de Informação do Oceano Azul nas principais áreas marítimas jurisdicionais [...]”¹⁵³ até o ano de 2025, o que englobaria todo o Mar do Sul da China. (电子科学技术, 2020, p. 22)

Apesar de ser alegadamente um projeto de monitoramento ambiental e de comunicação, a Rede de Informação do Oceano Azul pode perfeitamente servir para fins militares. Os dados hidrográficos coletados permitem melhor compreensão e previsão do funcionamento de sistemas de sonar nos diferentes cenários. Além disso, as plataformas flutuantes podem rapidamente ser deslocadas para posições de interesse em situações de crise. Por fim, a conjugação desses sistemas de monitoramento submarino, de superfície e aéreo, com as diferentes capacidades de comunicação das plataformas, permite à China, em caso de um conflito militar, cobrir brechas não monitoradas presencialmente por navios ou aeronaves chinesas. (DAHM, 2020)

A ocupação e exploração do Mar do Sul da China por parte dos chineses possui também econômico. Uma pequena indústria de turismo tem se desenvolvido rapidamente, em especial nas ilhas Paracel. Em 2013 ocorreu a primeira viagem de cruzeiro a essa região, partindo da ilha de Hainan. Ano após ano essas viagens têm aumentado em frequência e número de passageiros, apesar de ainda ser limitada aos turistas chineses. Além do aspecto econômico, esse tipo de atividade aumenta a circulação de cidadãos chineses pelo Mar do Sul da China, o que contribui para reforçar a mensagem de soberania sobre aquela região. (ZHOU, 2017)

Outra questão importante para a economia no Mar do Sul da China é a indústria pesqueira, que representou mais de 187 bilhões de dólares do PIB chinês no ano de 2017, empregando mais de 14 milhões de trabalhadores. O Mar do Sul da China é a segunda região chinesa mais rica em pesca, ficando atrás, apenas, do Mar da China Oriental. (FOOD, 2017)

Disputas por exploração da pesca no Mar do Sul da China já foram motivos de atrito entre os países da região. Um desses casos ocorreu em 2012, quando oito embarcações chinesas

¹⁵³ 完成重点管辖海域网络建设. (Texto original em chinês)

pescavam na região dos recifes Scarborough. A marinha filipina enviou um de seus navios para o local. Alegando que os chineses pescavam em suas águas – o local é parte da reivindicação de soberania chinesa, mas encontra-se a menos de 200 milhas náuticas das Filipinas –, iniciaram o processo de prisão dos pescadores, mas foram impedidos por navios da guarda costeira chinesa. Os navios de pesca abandonaram o local, mas os navios oficiais dos dois países ali permaneceram. Dois dias se passaram, com mais um navio da guarda costeira chinesa chegando ao local e sem que qualquer dos países decidisse reduzir a tensão. Por fim o navio da marinha filipina retirou-se para reabastecimento, encerrando a pequena crise. (MOORE, 2018, p. 271-272)

A exploração de petróleo e gás natural no Mar do Sul da China também foi motivo de tensões em diferentes incidentes. Em maio de 2014 a China enviou sua plataforma de petróleo de grande profundidade – a HYSY 981 – e três navio de transporte de petróleo e gás natural para uma posição a 17 milhas náuticas a sul da ilha de Triton¹⁵⁴ – a ilha é parte das reivindicações de soberania chinesa no arquipélago Paracel, mas também é reivindicada pelo Vietnã. Para evitar que a China realizasse a exploração de petróleo na região em disputa, seis navios da guarda costeira vietnamita foram enviados ao local. Em pouco tempo já havia mais de 40 navios chineses – entre navios da guarda costeira e embarcações civis. (DOUGLAS, 2017)

Muitos abalroamentos ocorreram entre as embarcações dos dois países enquanto as tensões aumentavam. Após 15 dias de crise, já havia cerca de 60 embarcações vietnamitas no local, e mais de 130 navios da guarda costeira e da marinha chinesa, além de aeronaves chinesas sobrevoando a região. Uma embarcação de pesca vietnamita afundou após uma colisão. Uma série de protestos civis contra a China tomaram as ruas de Hanoi e de outras cidades no Vietnã. Atos de vandalismo a prédios e indústrias de companhias chinesas levaram à morte de seis cidadãos chineses. (DOUGLAS, 2017)

Após 25 dias de crise a plataforma HYSY 981 foi deslocada para uma posição mais próxima da ilha Triton, o que permitiu a redução das tensões e a retirada gradual dos navios de ambos os países. A empresa estatal chinesa, dona da plataforma de petróleo, anunciou que concluiu sua operação conforme o planejamento da companhia, sem qualquer outra motivação externa. (DOUGLAS, 2017)

¹⁵⁴ Chamada pela China de Zhongjian Dao (中建岛).

As disputas de poder no Mar do Sul da China têm trazido um grande impacto ao meio ambiente. A atividade pesqueira excessiva e a construção de ilhas artificiais – através da dragagem e aterramento de recifes de corais – vêm destruindo o delicado bioma da região. As correntes marítimas que circulam no interior do Mar do Sul da China transportam peixes, material orgânico e nutrientes entre as diversas ilhas, recifes e bancos de areia, num ecossistema interdependente. Por esse motivo os danos em algumas ilhas geram impactos em toda a região. (WOLANSKI; CHOUKROUN; NHAN, 2020, p. 1-2)

O perigo ambiental cada vez maior no Mar do Sul da China é inseparável das disputas territoriais que o assolam. Um número crescente de recifes de corais, algas marinhas e outros ecossistemas de águas rasas foram destruídos e enterrados principalmente como resultado do esforço da China para estabelecer reivindicações concretas na região. Os projetos de recuperação de terras continuam a minar a ligação ecológica entre as ilhas Spratly e as águas do Mar do Sul da China, sufocando o suprimento de nutrientes dos quais esses frágeis ecossistemas dependem.¹⁵⁵ (BORTON; EWING, 2018)

A discussão sobre soberania nas ilhas no Mar do Sul da China é complexa e envolve disputas de narrativas. Muitos países interpretam as ações chinesas na região como formas unilaterais de expansão de domínios pela imposição da força sobre nações menores. A China interpreta a mesma questão como mera defesa de territórios que sempre foram seus e que são constantemente ameaçados por interesses externos.

A China não é o único país a construir ilhas artificiais, estabelecer postos militares avançados e explorar pesca e extração de petróleo nas águas disputadas do Mar do Sul da China. A Malásia atualmente ocupa cinco ilhas no arquipélago de Spratly – algumas desde a década de 1980 (AMTI, 2020b). As Filipinas ocupam nove ilhas no arquipélago de Spratly – a maioria com presença desde a década de 1970 (AMTI, 2020c). O Vietnã ocupa entre 49 e 51 ilhas, recifes e bancos de areia nos arquipélagos de Spratly e Paracel – a maioria desde as décadas de 1970 e 1980. (AMTI, 2020d).

Vietnã e Filipinas iniciaram processos artificiais de ampliação e construções de ilhas nos arquipélagos de Paracel e Spratly antes da China. “Na verdade, suas ações levaram a China a acreditar que deveria agir rapidamente ou perderia para sempre quaisquer vantagens que

¹⁵⁵ *The accelerating environmental peril in the South China Sea is inseparable from the territorial disputes that plague it. Increasing numbers of coral reefs, seagrass beds, and other shallow-water ecosystems have been destroyed and buried primarily as a result of China's push to stake concrete claims in the region. The land reclamation projects continue to undermine ecological connections between the Spratly Islands and waters of the South China Sea, choking off the supply of nutrients upon which these fragile ecosystems depend.* (Texto original em inglês)

pudesse obter no Mar do Sul da China.”¹⁵⁶ Em paralelo, o apoio norte-americano às reivindicações desses países contra a China, bem como a incisiva influência dos Estados Unidos na geopolítica da região, apenas contribuem “para o senso de envolvimento estratégico da China e a mentalidade de cerco”¹⁵⁷ (MOORE, 2018, p. 279)

Entre os anos de 2013 e 2015 a China envidou os maiores esforços no projeto de construção das ilhas artificiais no Mar do Sul da China. Durante esse período ocorreram diversos outros incidentes envolvendo o país, e que poderiam ter levado a escaladas críticas de tensão. Em 2013 o cruzador norte-americano USS *Cowpens* quase colidiu com um navio da PLA Navy que realizava manobras agressivas no Mar do Sul da China. No mesmo ano, navios da guarda costeira chinesa bloquearam o acesso de navios filipinos no arquipélago de Spratly. Em 2014 ocorreu o incidente da plataforma HYSY 981, envolvendo o Vietnã. No entanto, desde 2015 a China parece estar diminuindo sua postura agressiva, e assumindo o que alguns analistas chamam de uma “assertividade passiva”¹⁵⁸. “Pequim agora está recalibrando seu desafio estratégico na ordem marítima da Ásia para torná-la menos arriscada e mais sustentável”¹⁵⁹. (TOWNSHEND; MEDCALF, 2016)

Navios e aeronaves chineses estão se comportando de maneira mais profissional durante os encontros táticos com embarcações estrangeiras. A China está adotando medidas de fortalecimento da confiança marítima para reduzir os riscos de erros de cálculo e conflitos acidentais. [...] Não é mais possível simplesmente criticar a China por seu comportamento marítimo arriscado e destabilizador. Esse mantra era verdade há alguns anos, mas repeti-lo agora não é preciso nem útil.¹⁶⁰ (TOWNSHEND; MEDCALF, 2016)

No Mar do Sul da China, desde meados de 2015, as tropas chinesas têm enfatizado o emprego de comunicação rádio para alertar aeronaves e embarcações estrangeiras que se aproximem das “zonas de alerta militar”¹⁶¹ ao redor de suas ilhas ocupadas. Essa é uma forma de minimizar a chance de desentendimentos e escaladas de tensão desnecessárias. (TOWNSHEND; MEDCALF, 2016)

¹⁵⁶ *In fact, their actions have led China to believe it must move quickly or lose forever any advantages it might gain in the South China Sea.* (Texto original em inglês)

¹⁵⁷ [...] *to China's sense of strategic encirclement and siege mentality [...].* (Texto original em inglês)

¹⁵⁸ *Passive assertiveness.* (Texto original em inglês)

¹⁵⁹ *Beijing is now recalibrating its strategic challenge to Asia's maritime order to make it less risky and more sustainable.* (Texto original em inglês)

¹⁶⁰ *Chinese ships and aircraft are behaving more professionally during tactical encounters with foreign vessels. China is embracing maritime confidence-building measures to lower the risks of miscalculation and accidental conflict. [...] No longer is it possible to simply criticize China for risky and destabilising maritime behaviour. That mantra was true a few years ago, but repeating it now is neither accurate nor useful.* (Texto original em inglês)

¹⁶¹ *Military alert zones.* (Texto original em inglês)

Após o incidente com o Vietnã, a plataforma chinesa de petróleo HYSY 981 voltou a operar em 2015. Dessa vez, a poucas milhas náuticas da ilha de Hainan, fora da área contestada pelas nações vizinhas. “Essa mudança cuidadosamente calibrada no comportamento sugere que Pequim está cautelosa sobre o desencadeamento de outro incidente marítimo envolvendo a plataforma.”¹⁶² (TOWNSHEND; MEDCALF, 2016)

Acredita-se que a China tenha entendido que muitas de suas ações estavam “prejudicando gravemente sua reputação, desestabilizando a região e levando seus vizinhos a aprofundar os laços de segurança com os Estados Unidos e entre si.”¹⁶³ E que um melhor gerenciamento de incidentes na região permitiria a continuação de seus projetos de soberania e ocupação de ilhas, com menores chances de conflitos e menos motivos para interferência de nações de fora da região. (TOWNSHEND; MEDCALF, 2016)

O discurso oficial chinês vem buscando contribuir para uma imagem de confiança e cooperação com os países da região. Como afirmou Fu Ying:

[...] o maior denominador comum entre a China e os países vizinhos no Mar do Sul da China é manter a paz e a estabilidade regionais. A China não tem motivos ou objetivos para buscar a chamada hegemonia regional. [...] No longo prazo, como o maior país costeiro do Mar do Sul da China, a China deve manter sua defesa militar e capacidades de manutenção da paz [...] e fortalecer sua posição proativa no avanço das negociações para resolver disputas.”¹⁶⁴ (2016)

3.5 Considerações finais

O interesse chinês no Mar do Sul da China é claro e ostensivo. O esforço do país nas últimas décadas – em especial no século XXI – tem sido por uma política: incisiva o suficiente para garantir sua afirmação de soberania e os interesses na região; porém cuidadosamente calculada para não gerar maior resistência organizada por seus vizinhos ou justificar intervenções estrangeiras.

¹⁶² *Such a carefully calibrated shift in behaviour suggests Beijing is cautious about triggering another maritime incident over the rig.* (Texto original em inglês)

¹⁶³ [...] *badly damaging its reputation, destabilising its periphery, and driving its neighbours to deepen security ties with the United States and one another.* (Texto original em inglês)

¹⁶⁴ 中国与周边国家在南海的最大公约数是维护地区和平稳定。中国没有旨在谋求所谓地区霸权的动机和设计。 [...] 长远看，作为南海最大的沿岸国，中国应在南海保持军事防御和维护和平的能力，增强推进谈判解决争议的主动地位。 (Texto original em chinês)

CONCLUSÃO

Por milênios a China foi a nação mais poderosa do leste asiático. As diversas crises internas e as eventuais ameaças externas jamais foram capazes de derrubar permanentemente o – por muito tempo chamado – Império do Meio. Uma nação que, de tão especial e poderosa, pouco se interessou em expandir seus domínios às terras “bárbaras” de além mar.

A tendência ao isolamento em relação às demais nações – todas inferiores diante da grandeza chinesa – contribuiu para a decisão de desmobilização de sua própria marinha no século XV. A China voluntariamente renunciou à sua capacidade naval, recolhendo-se ao continente.

E foi pelo mar que chegaram as nações ocidentais – na virada entre os séculos XV e XVI –, cuja influência passaria a ser cada vez mais significativa para a China. A Inglaterra – amparada por sua poderosa marinha – gradualmente impôs a expansão das suas relações com a China: de simples transações comerciais a condições cada vez maiores de exploração baseada na força. O ponto mais marcante dessa relação desigual de poder foram as guerras do ópio, no século XIX. O evento demonstrou de forma clara a situação de fraqueza – especialmente devido ao atraso tecnológico fruto de séculos de isolamento – em que o outrora poderoso Império do Meio se encontrava. Esse longo período de domínio e exploração marcou profundamente a China e o pensamento de seu povo.

Na segunda metade do século XX, a China ainda era um país agrícola grande e populoso, profundamente atrasado em relação a boa parte do mundo. Em meio a crises internas e externas – estas particularmente ligadas às articulações de poder da Guerra Fria – o país empreendeu esforços em busca de modernização. Antes do fim do século já era novamente uma potência regional e um ator de grande relevância mundial.

Consciente da necessidade de fortalecer-se para evitar ser novamente alvo de usurpação estrangeira, a China trabalhou em busca do “rejuvenescimento nacional”. A modernização de suas forças armadas ganhou maior ímpeto no século XXI. O CMC foi reestruturado objetivando maior eficiência na preparação e no emprego do PLA. O pessoal foi gradualmente redistribuído entre as forças, com redução do efetivo do PLA *Army* e aumento de outras, em especial da PLA *Navy*. Novos meios de combate foram desenvolvidos, incorporando tecnologias modernas – acompanhando o desenvolvimento tecnológico e industrial do resto do país – comparáveis às das maiores potências militares do mundo. Junto com esse movimento, houve a sensível

ampliação das capacidades da marinha chinesa, incluindo a expansão de seu PLA *Navy Marine Corps* – não só em efetivo, mas em meios e possibilidades de emprego.

O Mar do Sul da China, por sua conformação geográfica – como uma região de passagem quase obrigatória para as rotas marítimas que passam pelo Indo-pacífico –, possui enorme relevância econômica e estratégica para a região e o mundo. Cerca de um terço do comércio marítimo mundial passa por ali. Especificamente para a China, o fluxo pela região corresponde a mais de 60% de seu comércio marítimo, sendo 80% das suas importações de petróleo. Para a China, a dependência de uma região tão canalizada e suscetível a possíveis bloqueios – naturais ou não –, é uma vulnerabilidade perigosa – o “dilema de Malaca” – que precisa ser controlada.

A China vê-se envolvida em disputas pela soberania sobre os arquipélagos no interior do Mar do Sul da China há décadas. Com o desenvolvimento de sua marinha e sua capacidade de projeção de poder a partir do mar, a postura chinesa tornou-se cada vez mais assertiva a esse respeito. A ocupação civil mais intensa e organizada de diversas ilhas, a construção de ilhas artificiais a partir de recifes e bancos de areia em regiões disputadas, o estabelecimento de bases militares, sistemas de monitoramento no mar e aumento do patrulhamento das águas, além da intensificação da exploração dos recursos marinhos, sinalizam o empenho chinês em exercer domínio sobre a região.

Apesar da notável intensificação da política de afirmação de poder no Mar do Sul da China nas últimas décadas, o interesse do país não é recente. Na verdade, a própria reivindicação de soberania chinesa nos arquipélagos e águas da região baseia-se na alegação de um domínio histórico, mais do que uma expansão moderna. Ao menos do ponto de vista da China, o interesse – e a suposta soberania – sobre a região do Mar do Sul da China sempre existiu e suas ações recentes não seriam mais do que resposta às ações invasivas de seus vizinhos.

O documento intitulado Estratégia Militar da China, de 2015, trouxe diretrizes marcantes sobre o rumo do país em aspectos que envolvem o mar. Além de salientar a importância do poder marítimo chinês – ao invés da antiga lógica de priorização absoluta do poder terrestre –, exorta o país a voltar os olhos – até então focados prioritariamente na defesa dos mares próximos – para o que descreve como “proteção de mar aberto”.

A orientação do ex-presidente, Hu Jintao, de que a China deveria achar soluções para minimizar o “dilema de Malaca”, em certa medida é alcançada pela ideia de ampliar a esfera de influência chinesa além de suas imediações. Ao invés de limitar-se à capacidade de defender o Mar do Sul da China – podendo assim, numa situação de crise, acabar estrangulada dentro de seus próprios mares próximos por forças estrangeiras que por ventura dominem os acessos ao Índico e ao Pacífico –, busca estender seu poder e influência sobre regiões de interesse muito mais amplas. Dessa forma garantindo a segurança das linhas de comunicação marítima que abastecem o país.

Em 2017, a China inaugurou uma base militar no Djibuti – sua primeira em território estrangeiro. A instalação é guarnecida por tropas do *PLA Navy Marine Corps*. Navios da marinha chinesa realizam patrulhamento frequente nas águas do oceano Índico e exercícios militares cada vez mais distantes no Pacífico. A presença das forças armadas chinesas – em especial da *PLA Navy* – além dos mares próximos é cada vez mais notória.

Nesse sentido, a hipótese de que o desenvolvimento recente do Poder Naval chinês tem como motivação principal a garantia dos interesses do país no Mar do Sul da China não se confirma. De fato, existe uma profunda relação entre o Poder Naval e os interesses do país nessa região. No entanto, muito da evolução recente dos meios e capacidades da *PLA Navy* lhe permitem atuar mais longe e por maior tempo: navios aeródromos que permitem domínio do espaço aéreo, mesmo distantes de bases aéreas em terra; submarinos de propulsão nuclear que permitem autonomia submersa muito maior do que submarinos convencionais; navios de apoio, como navios-tanque, que ampliam o tempo de atuação dos demais navios no mar, sem necessidade de reabastecimento em terra; fragatas e corvetas, que garantem segurança à frota de navios, mesmo afastados das capacidades de defesa em terra.

O *PLA Navy Marine Corps*, em essência, é a tropa mais adequada a esse papel, por seu caráter expedicionário. A possibilidade de serem transportados por navios a longas distâncias – virtualmente a qualquer região do mundo – e empregados sobre qualquer faixa terrestre próxima ao litoral – sendo desembarcados por meios de superfície ou aéreos –, garante à China uma flexibilidade estratégica que definitivamente não se limita ao Mar do Sul da China.

Diante disso, sugere-se o futuro desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que busquem estudar a importância do Poder Naval chinês em regiões além do Mar do Sul da China. Pode-se estabelecer como recorte do trabalho: a presença da marinha chinesa no oceano Índico, em proteção a suas linhas de comunicação marítima – especialmente vindas da Europa e do Oriente

Médio – e como isso se relaciona com os demais atores da região – particularmente a Índia, países da África Oriental e do Oriente Médio; ou a expansão da atuação da marinha chinesa no oceano Pacífico, a relação disso com o aumento da capacidade chinesa de conduzir um conflito de larga escala em mar aberto, e como isso se relaciona com outros atores – em especial Estados Unidos, Japão e Rússia.

REFERÊNCIAS

- AL Jazeera. **China to increase overseas military bases**: Pentagon report, 3 maio 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/05/china-increase-overseas-military-bases-pentagon-report-190503065146243.html>>. Acesso em: 22 setembro 2020.
- AMTI. **China island tracker**. Disponível em: <<https://amti.csis.org/island-tracker/china/>>. Acesso em: 26 agosto 2020a.
- AMTI. **Malaysia island tracker**. Disponível em: <<https://amti.csis.org/island-tracker/malaysia/>>. Acesso em: 1 setembro 2020b.
- AMTI. **Philippines island tracker**. Disponível em: <<https://amti.csis.org/island-tracker/philippines/>>. Acesso em: 1 setembro 2020c.
- AMTI. **Vietnam island tracker**. Disponível em: <<https://amti.csis.org/island-tracker/vietnam/>>. Acesso em: 1 setembro 2020d.
- ASEAN. **About ASEAN**. Disponível em: <<https://asean.org/asean/about-asean/>>. Acesso em: 9 setembro 2020.
- BAUMERT, K.; MELCHIOR, B. **Limits in the Seas**: China Maritime Claims in the South China Sea. 143^a. ed. [S.l.]: The US Department of State, 2014.
- BORTON, J.; EWING, J. **As nations fight for control, South China Sea coral reefs are dying in silence**. South China Morning Post, 29 dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/asia/article/2179756/nations-fight-control-south-china-sea-coral-reefs-are>>. Acesso em: 1 setembro 2020.
- BUCKLEY, C. **China enshrines “Xi Jinping thought,” elevating leader to Mao-like status**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/10/24/world/asia/china-xi-jinping-communist-party.html>>. Acesso em: 10 julho 2020.
- CALAMUR, K. The Atlantic. **High Traffic, High Risk in the Strait of Malacca**, 21 agosto 2017. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/08/strait-of-malacca-uss-john-mccain/537471/#:~:text=The%20strait%20is%20one%20of,the%20Strait%20of%20Malacca%20dangerous.>>. Acesso em: 21 agosto 2020.
- CHEN JIAN. **外交部：中国对南沙部分驻守岛礁的建设合情合理合法** (Ministério das Relações Exteriores: a construção de algumas das ilhas e recifes estacionados em Nansha pela China é razoável, razoável e legal). 新华网 (Xinhuanet), 9 abril 2015. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/mil/2015-04/09/c_1114920500.htm>. Acesso em: 27 agosto 2020.
- CHEN ZHUO. **Chinese Navy holds drills amid US violation**. China Military Online, 2020. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2020-04/03/content_9784343.htm>. Acesso em: 18 julho 2020.

CHINA. 中华人民共和国领海及毗连区法 (Lei da República Popular da China sobre o mar territorial e zona contígua). 中国人大 (Congresso Popular Nacional), 1992. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/wxzl/wxzl/2000-12/05/content_4562.htm>. Acesso em: 22 agosto 2020.

CHINA. **China's military strategy**. State Council Information Office. Beijing. 2015.

CHINA. **China's national defense in the new era**. State Council Information Office. Beijing. 2019.

CHINA NANHAI. **Overview**, 15 março 2017. Disponível em: <http://en.thesouthchinasea.org.cn/2017-03/15/c_71510.htm>. Acesso em: 18 agosto 2020.

CHINAPOWER. **How much trade transits the South China Sea?**, 10 outubro 2019. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>>. Acesso em: 19 agosto 2020.

CLINTON, H. R. **Remarks with Indonesian foreign minister Marty Natalegawa after their meeting**. Secretary of State, Bali, 24 julho 2011. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/07/168997.htm>>. Acesso em: 13 setembro 2020.

Comparing aerial and satellite images of China's Spratly outposts, 16 fevereiro 2018. Disponível em: <<https://amti.csis.org/comparing-aerial-satellite-images-chinas-spratly-outposts/>>. Acesso em: 27 agosto 2020.

DAHM, J. M. **Exploring China's unmanned ocean network**, 16 junho 2020. Disponível em: <<https://amti.csis.org/exploring-chinas-unmanned-ocean-network/>>. Acesso em: 31 agosto 2020.

DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. **China military power: modernizing a force to fight and win**. [S.l.]. 2019.

DOLAN, R. E. **Philippines: A country study**. Washington: Library of Congress, 1991.

DONG ZHAOHUI. **China upgrades missile force, adds space and cyber war forces**. China Military Online, 1 janeiro 2016. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2016-01/01/content_7160353.htm>. Acesso em: 13 julho 2020.

DONG ZHAOHUI. **1st domestically developed aircraft carrier commissioned**. China Military Online, 17 dezembro 2019. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2019-12/17/content_9697855.htm>. Acesso em: 16 julho 2020.

DOUGLAS, J. et al. **Counter-coercion series: China-Vietnam oil rig standoff**, 12 junho 2017. Disponível em: <<https://amti.csis.org/counter-co-oil-rig-standoff/>>. Acesso em: 31 agosto 2020.

FERGUSON, N. **Empire: the rise and demise of the British world order and the lessons for global power**. London: Penguin Books, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Fishery and Aquaculture Country Profiles: The People's Republic of China.** FAO Fisheries Division, 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/facp/CHN/en#CountrySector-ProductionSector>>. Acesso em: 31 agosto 2020.

FU YING. **南海局势及南沙群岛争议: 历史回顾与现实思考**(A situação no Mar da China Meridional e as disputas pelas Ilhas Nansha: revisão histórica e pensamento realista). 中国军网 (China Military Network), 12 maio 2016. Disponível em: <http://www.81.cn/nhzca/2016-05/12/content_7135121.htm>. Acesso em: 27 agosto 2020.

GLASER, B. S.; MEDEIROS, E. S. The changing ecology of foreign policy-making in China: the ascension and demise of the theory of “peaceful rise”. **The China Quarterly**, n. 190, 2007. 291-310.

GRENVILLE, S. **The first global supply chain**, 3 novembro 2017. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/starting-point-first-global-supply-chain>>. Acesso em: 10 julho 2020.

HARRIS JR, H. B. **Speech to the Australian Strategic Policy Institute.** Canberra. 2015.

HASTINGS, M. **The korean war.** London: Pan Books, 2000.

HAVER, Z. **Sansha and the expansion of China's South China Sea administration**, 12 maio 2020. Disponível em: <<https://amti.csis.org/sansha-and-the-expansion-of-chinas-south-china-sea-administration/>>. Acesso em: 27 agosto 2020.

HU JINTAO. **Continuing Reform and Opening-up and Advancing Win-Win Cooperation.** Boao Forum for Asia. Boao. 2008.

HUANG PANYUE. **PLA Marine Corps conducts massive groundbreaking maneuvers.** China Military Online, 16 março 2018. Disponível em: <http://english.chinamil.com.cn/view/2018-03/16/content_7974447.htm>. Acesso em: 18 julho 2020.

HUANG PANYUE. **China's two first-generation ocean-going landing ships decommissioned.** China Military Online, 10 julho 2020a. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2020-07/10/content_9850796.htm>. Acesso em: 17 julho 2020.

HUANG PANYUE. **Chinese naval fleet wraps up far sea exercise deep in Pacific Ocean.** China Military Online, 26 fevereiro 2020b. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2020-02/26/content_9753144.htm>. Acesso em: 18 julho 2020.

JOHNSON, J. **Chinese Navy puts military might on display with fleet review attended by Japan and others.** The Japan Times, 23 abril 2019. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2019/04/23/asia-pacific/chinese-navy-puts-military-might-display-fleet-review-attended-japan-others/#.XxMKHyhKjIU>>. Acesso em: 18 julho 2020.

KAPLAN, R. D. **Asia's cauldron: the South China Sea and the end of a stable Pacific**. New York: Random House, 2014.

KENNEDY, P. **A Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHOO, N. **Manila's pyrrhic victory: ASEAN in disarray over the South China Sea**, 6 outubro 2016. Disponível em: <<https://amti.csis.org/manilas-pyrrhic-victory-asean-disarray-south-china-sea/>>. Acesso em: 13 setembro 2020.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LI WENFANG. **China, ASEAN begin joint naval drill**. China Daily, 23 outubro 2018. Disponível em: <[LIU HUI. **Graphics: Reform in China's national defense and armed forces**. CGTN, 2019. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/2019-12-25/Graphics-Reform-in-China-s-national-defense-and-armed-forces-MGRXIeWBZm/index.html>>. Acesso em: 7 julho 2020.](http://www.chinadaily.com.cn/a/201810/23/WS5bce80d7a310eff303283f68.html#:~:text=The%20navies%20of%20China%20and%2010%20ASEAN%20countries%20began%20their,rescue%20operations%20and%20communications%20exercises.>http://www.chinadaily.com.cn/a/201810/23/WS5bce80d7a310eff303283f68.html#:~:text=The%20navies%20of%20China%20and%2010%20ASEAN%20countries%20began%20their,rescue%20operations%20and%20communications%20exercises.>.>. Acesso em: 18 julho 2002.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Map of the South China Sea. Disponível em: <<https://www.nationsonline.org/oneworld/map/South-China-Sea-political-map.htm>>. Acesso em: 18 agosto 2020.

MARCIEL, S. **Maritime issues and sovereignty disputes in East Asia**. Senate Foreign Relations Committee. Washington. 2009. Discurso perante o Subcomitê de Assuntos do Leste Asiático e Pacífico.

MARINHA DO BRASIL. **Doutrina militar naval**. Estado-maior da Armada. 1ª ed. 2017.

MARINHA DO BRASIL. **Manual de fundamentos de fuzileiros navais**. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. 1ª revisão. 2013.

MARQUETTE, S. **Vietnam war**. [S.l.]: Rourke Publishing, 2003.

MCCARGO, D. **Contemporary Japan**. New York: St. Martin's Press, 2000.

MEYER, M. W. **Japan: a concise history**. 3ª. ed. Lanham: National Book Network, 1993.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Glossário das Forças Armadas**. 5ª ed. 2015.

MINNIE CHAN. **As overseas ambitions expand, China plans 400 per cent increase to marine corps numbers, sources say**. South China Morning Post, 13 março 2017. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2078245/overseas-ambitions-expand-china-plans-400pc-increase>>. Acesso em: 17 julho 2020.

MOORE, G. J. Bismarck or Wilhelm? China's Peaceful Rise vs. Its South China Sea Policy. **Asian Perspective**, 42, 2018. 265-283. nº 2.

NAN TIAN et al. **Trends In World Military Expenditure, 2019**. Stockholm International Peace Research Institute. [S.l.]. 2020.

NEILL, A. **What do 'hangars' on disputed islands in the South China Sea tell us?** BBC, 10 agosto 2016. Disponivel em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-37031049>>. Acesso em: 22 agosto 2020.

Opium trade, 12 maio 2020. Disponivel em: <<https://www.britannica.com/topic/opium-trade>>. Acesso em: 21 julho 2020.

PCA. **Case N° 2013-19: Award in the matter of the South China Sea arbitration**. Permanent Court of Arbitration. Hague. 2016.

PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Note Verbale CML/17/2009**. New York. 2009.

PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Note Verbale CML/8/2011**. New York. 2011.

PLETCHER, K. **Opium wars**, 5 fevereiro 2020. Disponivel em: <<https://www.britannica.com/topic/opium-wars>>. Acesso em: 20 julho 2020.

POMPEO, M. R. **U.S. position on maritime claims in the South China Sea**. Secretary of State, 13 julho 2020. Disponivel em: <<https://www.state.gov/u-s-position-on-maritime-claims-in-the-south-china-sea/>>. Acesso em: 13 setembro 2020.

RIELLY, R. J. Defeat from victory: korea 1950. In: BERG, P. E. **The last 100 yards: the crucible of close combat in large-scale combat operations**. 1ª. ed. [S.l.]: Army University Press, 2019. Cap. 7.

ROSS, R. R.; SAVADA, A. M. **Sri Lanka: A Country Study**. Washington: Library of Congress, 1988.

SANELLO, F.; HANES, W. T. **Opium wars: the addiction of one empire and the corruption of another**. Naperville: Sourcebooks, 2002.

Ships built by country of building, annual. Disponivel em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=89493>>. Acesso em: 15 julho 2020. United Nations Conference on Trade and Development.

SIPRI. **Military Expenditure Database 2020**. Stockholm International Peace Research Institute. [S.l.]. 2020.

SOLSTEN, E.; KEEFE, E. K. **Portugal: A Country Study**. Washington: Library of Congress, 1993.

SOUTH CHINA SEA EXPERT WORKING GROUP. **A blueprint for a South China Sea code of conduct**, 11 outubro 2018. Disponivel em: <<https://amti.csis.org/blueprint-for-south-china-sea-code-of-conduct/>>. Acesso em: 9 setembro 2020.

STOREY, I. China's "Malacca Dilemma". **China Brief**, v. 6, 2006. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/chinas-malacca-dilemma/>>. Acesso em: 21 agosto 2020.

Strait of Malacca, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Strait-of-Malacca>>. Acesso em: 21 agosto 2020.

SUCIU, P. **China Now Has Six Type 094A Jin-Class Nuclear Powered Missile Submarines**. The National Interest, 6 maio 2020. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/china-now-has-six-type-094a-jin-class-nuclear-powered-missile-submarines-151186>>. Acesso em: 15 julho 2020.

THE Eurasian Times. **Chinese Military Base In The Indian Ocean Near Maldives To Complete 'String Of Pearls' Around India?**, 15 maio 2020. Disponível em: <<https://eurasianimes.com/chinese-military-base-in-the-indian-ocean-maldives/>>. Acesso em: 22 setembro 2020.

THE Guardian. **China will build string of military bases around world, says Pentagon**, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/may/03/china-will-build-string-of-military-bases-around-world-says-pentagon>>. Acesso em: 21 setembro 2020.

THEOBALD, U. **The South China Sea Conflict**. China Knowledge, 8 setembro 2017. Disponível em: <<http://www.chinaknowledge.de/History/PRC/prc-event-southchinaseaconflict.html>>. Acesso em: 22 agosto 2020.

TOWNSHEND, A.; MEDCALF, R. **Shifting waters: China's new passive assertiveness in Asian maritime security**. Lowy Institute, 29 abril 2016. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/publications/shifting-waters-china-s-new-passive-assertiveness-asian-maritime-security#>>. Acesso em: 2 setembro 2020.

UNCTAD. **Review of Maritime Transport 2019**. United Nations Publications. New York. 2019.

UNITED NATIONS. **United Nations Convention on the Law of the Seas**. Montego Bay. 1982.

Update: China's continuing reclamation in the Paracels, 9 agosto 2017. Disponível em: <<https://amti.csis.org/paracels-beijings-other-buildup/>>. Acesso em: 27 agosto 2020.

Updated: China's Big Three near completion, 29 junho 2017. Disponível em: <<https://amti.csis.org/chinas-big-three-near-completion/>>. Acesso em: 26 agosto 2020.

USA. **Annual report to congress: military and security developments involving the people's republic of china 2019**. US Department of Defense. [S.l.]. 2019.

WANG XINJUAN. **Aircraft carriers, destroyer prepare for Chinese Navy's 71st anniversary**. China Military Online, 23 abril 2020. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2020-04/23/content_9798597.htm>. Acesso em: 18 julho 2020.

WANG XINJUAN. **China launches second amphibious assault ship**. China Military Online, 24 abril 2020. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2020-04/24/content_9800241.htm>. Acesso em: 17 julho 2020.

WOLANSKI, E.; CHOUKROUN, S.; NHAN, N. H. Island building and overfishing in the Spratly Islands archipelago are predicted to decrease larval flow and impact the whole system. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 233, 2020.

WORDEN, R. L.; SAVADA, A. M.; DOLAN, R. E. **China: A Country Study**. Washington: Library of Congress, 1987.

XI JINPING. **Secure a decisive victory in building a moderately prosperous society in all respects and strive for the great success of socialism with chinese characteristics for a new era**. 19th National Congress of the Communist Party of China. Beijing. 2017.

YAO JIANING. **Review of China-Malaysia-Thailand “Peace and Friendship 2018” joint exercise**. China Military Online, 9 novembro 2018. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2018-11/09/content_9339674.htm>. Acesso em: 18 julho 2020.

ZHAO LEI. **Marines conduct live-fire exercises in Xinjiang**. China Daily, 26 janeiro 2016. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/china/2016-01/26/content_23245627.htm>. Acesso em: 18 julho 2020.

ZHOU, L. **Paracel Island cruises prove an undisputed hit with Chinese holidaymakers**. South China Morning Post, 23 outubro 2017. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/society/article/2116629/paracel-island-cruises-prove-undisputed-hit-chinese-holidaymakers>>. Acesso em: 31 agosto 2020.

电子科学技术 (Ciência Eletrônica & Tecnologia). 工业和信息化部 (Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação), Beijing, junho 2020. Disponível em: <<http://www.miitesc.org.cn/uploadfile/2019/0727/20190727050055199.pdf>>.

APÊNDICE A – PRIMEIRA E SEGUNDA CADEIAS DE ILHAS

Fonte: DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 32

APÊNDICE B – MAIORES PORTOS DO MUNDO EM MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Porto	País	Quantidade equivalente de contêineres de 20 pés movimentados anualmente
Xangai	China	42.010.000
Singapura	Singapura	36.600.000
Ningbo-Zhoushan	China	26.350.000
Shenzhen	China	25.740.000
Cantão	China	21 920 000
Busan	Coreia do Sul	21.660.000
Hong Kong	China	19.600.000
Qingdao	China	19.320.000
Tianjin	China	16 000 000
Dubai	Emirados Árabes	14.950.000
Roterdã	Países Baixos	14 510 000
Klang	Malásia	12.030.000
Antuérpia	Bélgica	11.100.000
Xiamen	China	10.700.000
Kaohsiung	Taiwan	10.450.000
Dalian	China	9.770.000
Los Angeles	Estados Unidos	9.460.000
Tanjung-Pelepas	Malásia	8.790.000
Hamburgo	Alemanha	8.780.000
Long Beach	Estados Unidos	8.070.000

Fonte: UNCTAD, 2019, p. 17, apud Shanghai International Shipping Institute, 2019, Global Port Development 2018

APÊNDICE C – MAPA COM A COMPARAÇÃO ENTRE A DASHED LINE E AS ZEE DOS PAÍSES AO REDOR DO MAR DO SUL DA CHINA



Fonte: NEILL, 2016